

***REFLEXÕES BREVES EM TORNO DO CONCEITO DE
DESENVOLVIMENTO****

Marcos Olímpio Gomes dos Santos¹

**Évora
13/07/2013**

* Texto em construção, baseado na matriz inicial elaborada em 30 de Setembro de 2005.

¹ Sociólogo. Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (CISA-AS) / Universidade de Évora - mosantos@uevora.pt.



SIGLAS

ASEAN / ANSA – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CE – Comissão Europeia

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

COMESA - Mercado Comum da África Oriental e Austral

CSI - Confederação Sindical Internacional

EAC - Comunidade da África Oriental

GDP – Groos Domestic Product

INSEE - Institut National de la Statistique et des Études Économiques

IVH - Índice de Valores Humanos

MERCOSUR - Mercado Comum do Sul

NAFTA - Tratado de Livre Comércio da América do Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIE - Organização Internacional de Empregadores

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SOFI - State of the Future Index (Índice de Estado do Futuro)



ABSTRACT

Este texto em aberto (*living document*) tem como finalidade proporcionar um contributo para a sistematização das reflexões suscitadas continuamente sobre o conceito de desenvolvimento. O autor considerou de interesse para o efeito eleger os seguintes tópicos: i) Definição genérica, conceitos antecedentes e concepção actual; ii) Estágios Histórico-Contextuais; iii) Dimensões do conceito; iv) Requisitos; v) Escalas de observação; vi) Tipos de territórios; vii) Instrumentos de medida e análise; viii) Organismos e actores; ix) Correntes de Pensamento / Filosofias Políticas / Religião; x) Quadros normativos / Textos Internacionais; xi) Instrumentos de intervenção; xii) Conceitos específicos; xiii) Conceitos relacionados; xiv) Desenvolvimento territorial (Condições necessárias); xv) Estratégias de desenvolvimento; xvi) Teorias e Paradigmas; xvii) Factores chave e obstáculos ao desenvolvimento; xviii) Desenvolvimento individual e desenvolvimento colectivo; xix) Considerações finais.

O texto é ainda complementando com bibliografia complementar e com a indicação de sites que abordam a problemática do desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Cidadania, Qualidade de Vida



ÍNDICE

Introdução.....	4
Definição genérica, conceitos antecedentes e concepção actual.....	5
Estágios Histórico-Contextuais.....	10
Dimensões do conceito.....	21
Requisitos.....	22
Escalas de observação.....	25
Tipos de territórios.....	27
Instrumentos de medida e análise.....	37
Organismos e actores.....	43
Correntes de Pensamento / Filosofias Políticas / Religião.....	47
Quadros normativos / Textos Internacionais.....	51
Instrumentos de intervenção.....	53
Conceitos específicos.....	59
Conceitos relacionados.....	62
Desenvolvimento territorial (Condições necessárias).....	66
Estratégias de desenvolvimento.....	73
Teorias e Paradigmas.....	84
Factores chave e obstáculos ao desenvolvimento.....	91
Desenvolvimento individual e desenvolvimento colectivo.....	102
Considerações finais.....	109
Bibliografia adicional.....	110
Sites e Blogs com interesse.....	111
Anexos.....	113

INTRODUÇÃO

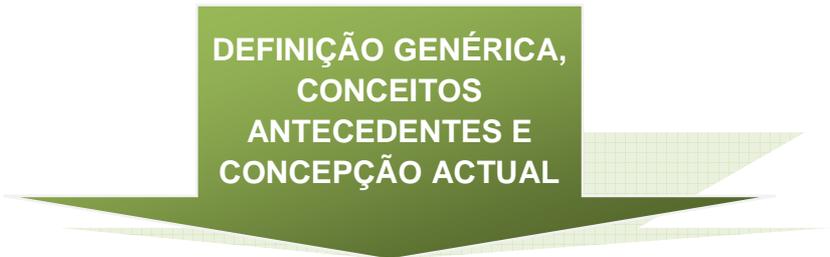
Desde a década de sessenta do século XXI que o conceito de desenvolvimento tem assumido uma importância fundamental na abordagem da melhoria das condições de vida dos seres humanos.

As questões que levanta uma reflexão sobre esse conceito são várias, como por exemplo as seguintes:

- ✓ Qual é o significado do conceito?
- ✓ Quais são os respectivos antecedentes e o conteúdo actual?
- ✓ Como se pode quantificar ou medir?
- ✓ Quais são as explicações emitidas sobre o processo?
- ✓ Quem são os actores envolvidos nomeadamente nas questões que se prendem com as desigualdades e a melhoria da situação em que vivem as populações humanas?
- ✓ Quais são as correntes de pensamento / filosofias políticas que enquadram as directrizes dos governantes sobre os mecanismos e instrumentos do desenvolvimento?
- ✓ Que orientações e indicações norteiam actualmente a actuação dos diferentes actores que promovem a melhoria da vida das populações?
- ✓ Quais os instrumentos de intervenção mediante a concretização dos quais se visa conseguir patamares mais elevados de desenvolvimento?
- ✓ A que níveis se pode analisar a problemática exposta?
- ✓ Como se articulam desenvolvimento pessoal e desenvolvimento colectivo?

Neste texto são afluadas algumas respostas a estas questões, como forma de preparação duma publicação mais alargada que o autor se encontra a preparar.

Refira-se que a crise financeira e socioeconómica que se agravou em 2008, fez emergir o conceito de decrescimento sustentável (Georgescu-Roegen, 1979; Grinevald and Rens, 1979, Serge Latouche, 1970), o qual será abordado mais à frente neste texto.



DEFINIÇÃO GENÉRICA,
CONCEITOS
ANTECEDENTES E
CONCEPÇÃO ACTUAL

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Neste ponto reproduz-se as definições de várias autores(as) e procede-se a uma reflexão crítica sobre essas definições. A este propósito são coligidos autores tais como: A. Simões Lopes (1986, 2001, 2002, 2006), A. de Franco (2004), S. Boisier (2003), A. Sen (2000; 2001), OCDE (2001), A. Vázquez-Barquero (2000), D. Seers (1972), I. Sachs (1993), J. Clark (1991), M. M. Silva (1969), R. R. Amaro (1991) e F. Perroux (1981).

Respigando algumas definições destaca-se por exemplo a de que o “Desenvolvimento, apresenta aspectos qualitativos e alterações da natureza quantitativas... para além de abranger aspectos económicos, abarca também aspectos extra-económicos como: i) Planeamento territorial; ii) Desenvolvimento dos diferentes ramos de produção; iii) Redução das desigualdades; iv) Melhoria da qualidade de vida; v) Satisfação das necessidades básicas de toda a população; vi) Garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos, e vii) Respeito pelo ambiente e gerações futuras².

Da leitura das diferentes definições o autor deste texto retira a seguinte noção: O desenvolvimento consiste num processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida numa vida considerada de qualidade, aferida segundo padrões objectivamente estabelecidos e subjectivamente avaliada.³

Segundo J. Milando (2005), o conceito de desenvolvimento abarca hoje as três seguintes e distintas dimensões: i) o “desenvolvimento-processo”, ii) o “desenvolvimento-resultado” e iii) o “desenvolvimento-utopia”. A primeira dimensão refere-se ao conjunto de práticas sociais em curso desenhadas pelos actores ou operadores de desenvolvimento; já a segunda reporta-se aos resultados do processo ou às suas consequências práticas; e por fim, a terceira dimensão, emerge como uma mera representação social do inatingível apresentado como possível e imperativo por parte das sociedades “mais desafogadas” economicamente, e pretende justificar intervenções nas sociedades alvo as quqis têm como consequência a sua subordinação social e económica face às duas primeiras.

² Retirado de www.exames.org/index.php?option=com_docman

³ Há no entanto autores, nomeadamente H. Marcuse (1978, 1979, 1981) e A. Negri (s/d), que têm vindo a adoptar uma posição crítica, em relação à possibilidade do sistema capitalista assegurar as condições que permitam o desenvolvimento tal como descrito.

Efectua-se também um levantamento de conceitos que ao longo do tempo, desde a Antiguidade, foram utilizados nomeadamente por filósofos e economistas e, que antecederam o conceito de desenvolvimento, de entre os quais se destacam os seguintes: *Felicidade* (Aristóteles, Antoine de Montchrestien), *Prosperidade* (François Quesnay), *Progresso* (Auguste Comte), *Riqueza* (Xenofonte, Jeremy Bentham, Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi), *Evolução, Bem-estar* (Arthur Cecil Pigou) e *Crescimento*⁴ (W. W. Rostow, Paul A. Baran, Robert Solow, Waiane Swan).

O conceito de desenvolvimento evoluiu a partir dos meados do século XX como seguidamente se refere⁵:

Décadas de 50-60. É considerada como a década do “triunfo do PIB”, durante a qual após as descolonizações, o principal objecto consistiu na acumulação de capitais através da industrialização, acreditando-se então num crescimento económico (as políticas orientaram-se para um crescimento elevado do PIB *per capita*), gerando desigualdades em toda a sociedade. Década de 70. Ao longo da qual são geradas novas teorias centradas na articulação entre o económico e o social. Essas novas teorias baseavam-se nas necessidades básicas da população através da adopção de tecnologias que favoreciam o emprego e políticas de redistribuição do rendimento. Para alguns autores foi nesta época que surge a distinção dos conceitos entre crescimento e desenvolvimento.

Década de 80, Foi a “década perdida”, embora tenha sido antevista como a “década de desenvolvimento” acabou de facto por ser uma “década perdida” num quadro em que a globalização veio acentuar a interdependência de problemas como: i) Maior confronto entre os países “pobres e excluídos” (exemplo: países do sul) com os países ricos, e ii) E maiores desigualdades dentro do próprio país (aparecimento de bolsas de pobreza nos países ricos do Norte)

Década de 90. Foi quando emergiram novas terminologias como o desenvolvimento humano/qualidade de vida. A partir da década de 90 o desenvolvimento humano passa a ser considerada uma questão prioritária, envolvendo cada vez mais a preocupação com a qualidade de vida.

Actualmente, e impulsionado pela crise que se agravou em 2008, emergiu o conceito de de crescimento económico socialmente sustentável (J. Alier)⁶ e que é já abordado em várias

⁴ O crescimento económico é suportado por três motores: o consumo, o investimento e o comércio externo.

⁵ Adpatado de www.exames.org/index.php?option=com_docman

⁶ Antecedido por N. Georgescu-Roegen (1979); Grinevald and Rens (1979); Herman Daly (1970), e, Serge Latouche (2007) autor este que chama a atenção para o que apelidou do “círculo virtuoso dos oito R(s)”: reciclar; reutilizar; reduzir; revalorizar; reconceptualizar; reestruturar; redistribuir; e re-localizar (ver em <http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2011/11/17/serge-latouche-a-via-do-decrescimento-capitalismo-decrescimento-mito-do-desenvolvimento-mito-do-desenvolvimento-sustentavel-serge-latouche-degrowth/>).

páginas da internet⁷. Refira-se no entanto que o conceito de crescimento continua a ser utilizado com frequência no discurso de responsáveis políticos e nos textos de várias instituições com responsabilidade na vida diária de muitos cidadãos⁸.

Em consonância com esta perspectiva surgiu em 2006 o movimento Cidades em Transição, ou *Transition Towns*, criado pelo inglês Rob Hopkins, com o objetivo de transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes de combustíveis fósseis, mais integradas na natureza e no meio ambiente e mais resistentes a crises externas, tanto económicas como ecológicas, através do fortalecimento da comunidade local e do redesenho dos espaços, ações e relações entre pessoas (e destas com o ambiente).⁹ Ainda associados à filosofia do decrescimento económico socialmente sustentável têm emergido movimentos tais como: EcoAldeia (ou Comunidades Sustentáveis), Economia de Comunhão, Comércio Justo, Permacultura, etc.

BIBLIOGRAFIA

Textos com autor referenciado

ALIER, Joan Martinez (2009). *Decrescimento Económico Socialmente Sustentável*, s.l., s.e.
http://gaia.org.pt/system/files/MartinezAlier_Decrescimento.pdf

AMARO, Rogério Roque (1991) "Caminhos de des-envolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações", *Terceiras Jornadas da Beira Interior*, pp. 62-80

ANDRADE, Manuel Correia de (1987). *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas

BOISIER, S. (2003). "Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?", *Revista del Clad y Democracia*, n.º 27

BRASIL. (2005). *Diretrizes e metas para o PNRH*, Brasília, Agência Nacional de Águas (on line)
Disponível em
<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/Conjuntura_Macro_Global_Nacional.pdf >
(acesso em: 20/01/2012)

CLARK, J. (1991). *Democratizing development*, Londres, Earthscan Publications.

⁷ Ver em: <http://odecrescimento.blogspot.com/> ; <http://fabulasustentaveis.blogspot.com/2010/11/degrowth.html>;
<http://decrecimentobrasil.blogspot.com/2010/08/o-decrescimento-na-rio20-em-2012-na.html>

⁸ Veja-se o caso da Estratégia 2020 apresentada pela União Europeia onde se adopta os conceitos de crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo, e do Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo (um dos Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que de acordo com a própria designação propugna que "Crescimento inclusivo significa que todos e todas possam participar do processo de crescimento económico e do compartilhamento dos seus benefícios. Fonte: <http://www.ipc-undp.org/PagePortb.do?id=146&active=1>

⁹ Ver http://files.glocal2010.org/200000204-756fd7669a/glocal2010_jacqi_hodgson.pdf

CORSI, Francisco Luiz (2002). A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. n.19 [cited 2011-04-09], pp. 11-29 . Available from: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>

DURANTE, Júlio Cesar. (2006). “Arranjos Produtivos Locais”, *SIMPOLUX*, nº 4.
http://www.abilux.com.br/pdf_simp/arranjosprodutivoslocais.pdf

FISCHER, Tânia. (2002). “A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação”, *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct.
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044559.pdf>

FRANCO, Augusto de (2004). *Capital social e desenvolvimento local*, s.l., s.e.
<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>

LATOUCHE, Serge (2009). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo: Martins Fontes

LOPES, A. Simões (1986) "Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista)" in Maria Manuela SILVA (organiz) *Portugal Contemporâneo -problemas e perspectivas*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, pp. 596-609

LOPES, A. Simões (2001) *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, 5ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

LOPES, A. Simões (2002) “Globalização e Desenvolvimento Regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 11, pp. 9-25

LOPES, A. Simões (2006) "Encruzilhadas do Desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 75
<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1594/1/asl-2006.pdf>

MARCUSE, Herbert. (1978). *Eros e Civilização*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra

MARCUSE, Herbert. (1979). *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Zahar

MARCUSE, Herbert. (1981, 1986). *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar

MILANDO, J. (2005). *Cooperação Sem Desenvolvimento*, Coleção Estudos e Investigações, nº 39, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PERROUX, François. (1981). *A filosofia do novo desenvolvimento*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REIS, Vítor Manuel Vaia dos (2000). *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
http://adelinotorres.com/teses/Victor%20Reis_Estrat%C3%A9gias%20de%20desenvolvimento%20em%20Cabo%20Verde.pdf

RODRIGUES, Jacinto (2006). “Crescimento, decrescimento sustentável e desenvolvimento ecologicamente sustentável”, *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*

<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/736/1/57-73Pages%20from%20aObraNasce04-5.pdf>

SACHS, Ignacy. (1981). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.

SEERS, Dudley (1972). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? In: *Análise Social* (XV), nº 19

SEN, Amartya. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo-SP

SEN, Amartya. (2001). *Desigualdade Reexaminada*. Record, Rio de Janeiro-RJ.

SILVA, Maria Manuela da. (1969). "O desenvolvimento económico e a política social", *Análise Social*, VII (27-28): 475-484

SIMON, Camila (2008). *Concepções de Desenvolvimento*, s.l., s.e.

<http://pt.shvoong.com/social-sciences/political-science/1785663-concep%C3%A7%C3%B5es-desenvolvimento/>

SPITZ, André; PEITER, Gleyse. (2000). *Desenvolvimento Local* (Cadernos da Oficina Social) Rio de Janeiro, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania – Oficina Social

<http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/000085>

VÁZQUEZ-BARQUERO (2000). *Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual*, Santiago do Chile, Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe)

<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/6058/lcr1964e.pdf>

Textos sem autor referenciado

A Inteligência Competitiva e a Prospecção Tecnológica e Estratégica como Suporte ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Reflexão para Aqueles que Acreditam que Não Existe Sustentabilidade sem Construção do Futuro.

http://www.uniethos.org.br/_uniethos/documents/ainteligenciacompetitiva.pdf



ESTÁGIOS HISTÓRICO - CONTEXTUAIS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Neste ponto aborda-se a questão do percurso que a Humanidade tem percorrido e onde se encontra actualmente. A análise dos estádios de evolução é a que consta seguidamente por autor e respectivo critério adoptado.¹⁰

Friedrich List – ACTIVIDADE DOMINANTE - pastorícia; agricultura; agricultura e indústria; agricultura, indústria e comércio.

Bruno Hildebrandt – INSTRUMENTOS DE TROCA - economia natural (produto por produto); economia monetária; economia creditícia.

Karl Bucher – ÂMBITO TERRITORIAL - economia doméstica; economia urbana; economia nacional; economia mundial.

Karl Marx – MODOS DE PRODUÇÃO - comunismo primitivo; escravagismo; feudalismo; capitalismo (mercantilista e imperialista); socialismo.

Werner Sombart – ESPÍRITO, FORMA E MÓBIL - economia fechada; economia artesana; economia capitalista.

Walter Eucken – DIRECÇÃO DA ECONOMIA - economia de mercado; economia de direcção central.

Um outro autor que se debruçou sobre esta matéria foi J Clemente Zamora (1938) para quem, em termos de complexidade, os grupos humanos evoluíram ao longo de três fases principais e pela seguinte ordem: fase nómada, fase rural e fase urbana.

Numa recensão realizada por Helder Ponte (2006), este refere que, na fase nómada, as colectividades humanas se encontravam organizadas em bandos (conjuntos de famílias), clãs ou tribos liderados por um chefe, assistido por um conselho de anciãos, e por vezes feiticeiros. Os seres humanos praticavam uma forma de economia colectora e pastoral, pois os meios de subsistência eram a colheita de frutos naturais, a caça, a pesca, a pastorícia, e por vezes as presas de guerra arrebatadas a outros bandos. Embora estas sociedades utilizassem já alguns animais domesticados, ainda não cultivavam a terra. A propriedade era incipiente nos bandos, mas nas tribos era caracterizada pela propriedade colectiva dos bosques e pastos, e comunal ou individual para os rebanhos, e em geral privada para os utensílios.

¹⁰ Fonte: <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/877976-sistemas-econ%C3%B3micos/>

Acrescenta o autor que na fase rural, as sociedades já se encontravam estabelecidas em pequenas aldeias e povoações permanentes (já não em bandos itinerantes) sendo que a actividade económica principal era a agricultura, que produzia já um pequeno excedente económico (uma mais valia do trabalho). A pastorícia caracterizava-se pela criação de animais domésticos e aproveitamento dos seus produtos (carne, leite e peles). Politicamente, as sociedades rurais organizavam-se em estruturas nitidamente feudais, governadas por formas de nobreza que controlava a posse das terras. A sociedade estava dividida em classes, em que a nobreza e o clero gozavam de privilégios exclusivos, e os servos (trabalhadores da terra) produziam o excedente económico que sustentava a nobreza e o clero.

Quanto à fase urbana, diz Helder Ponte que é caracterizada pela formação de cidades e de Estados, verificando-se que a manufactura de mercadorias para venda directa ao consumidor e a produção industrial em massa e fabricação para mercados distantes caracterizavam o sistema económico, na forma do modo de produção capitalista. Nesta fase a propriedade privada estendeu-se a todos os bens e meios de produção, e o trabalho assalariado (operários) tornou-se a forma mais típica das relações de produção. A divisão social do trabalho intensificou-se com a especialização e a tecnologia, e as instituições financeiras como bancos de poupança e investimento passaram a controlar a moeda e o crédito, que se tornaram muito móveis numa escala global e acabaram por controlar a economia mundial.

Um dos autores mais conhecidos que se tem debruçado sobre esta temática é o futurista norte-americano Alvin Toffler (1984), que compara a actual revolução da informação, com a agrícola e a industrial do passado, adoptando sequência que se segue. Primeira Vaga (8000 aC-1650aC): revolução agrícola, caracterizada pelo homem sedentário e agricultor, que trabalha manualmente. Segunda Vaga (1650-1955): revolução Industrial corresponde à era da industrialização que levou à distinção dos países desenvolvidos dos não desenvolvidos. Mas esta vaga está actualmente em crise, o que leva ao começo do surgir de uma nova vaga. Terceira Vaga (1955-?): Revolução da Informação ou Tecnológica, é relacionada por Alvin Toffler com a nanotecnologia, biotecnologia, genoma humano, desenvolvimento sustentável e ecologia. Segundo o autor, o que temos hoje é a substituição da força física pelo conhecimento. O conhecimento é o substituto último de todas as formas de produção e mudou a natureza das propriedades, das formas de dinheiro, dos sistemas de pagamentos. Mudou a natureza do capitalismo e do capital. Para o autor é sem dúvida, a revolução mais profunda desde a Revolução Industrial".

O desafio dos decisores em todo o mundo é, portanto, criar redes de conhecimento numa época em que se afirmam três pontos-chaves para a gestão do futuro: i) Efeito da Velocidade, ii) Efeito da Complexidade e iii) Efeito da Constelação".

Por Efeito da Velocidade, entende-se a capacidade de acompanhar todas as informações que afectam directa ou indirectamente as decisões. Toffler diz que tal cria um ambiente de dessincronização, no qual é impossível sincronizar todas as áreas, produtos e processos na economia global. Cabe aos gestores identificar quais necessidades precisam ser tratadas primeiramente".

Já o Efeito da Complexidade implica a exigência de administrar a diversidade de necessidades criadas por uma sociedade informada. "Por exemplo, existe uma enorme variedade de calçados, água com sabores e uma infinidade de produtos criados e adaptados para os desejos de cada consumidor. A complexidade individual de cada cliente passou a determinar a produção".¹¹

Por último, o Efeito da Constelação, que implica na capacidade de perceber as inúmeras redes que estão interligadas em uma área de actuação ou de negócio. "Não se trata apenas de identificar as áreas de negócios, fornecedores e consumidores. Vai muito além e exige um cuidado especial com a estratégia, que precisa ser capaz de coordenar as várias pontas que formam um negócio".¹²

Mas este autor adianta ainda que, "Saber o que significam as palavras Ser Humano" será o grande desafio que temos pela frente, o que se prende com a importância da bioeconomia - uma nova realidade, a qual "faz parte de uma quarta vaga de transformação da sociedade e da economia".

Lewis Mumford (1934), defende que a evolução técnico-social da civilização percorreu cinco fases (Litotécnica; Antropotécnica; Eotécnica; Paleotécnica e a era Neotécnica), seguidamente descritas.

- A era Litotécnica, a mais antiga, corresponde à época pré-histórica e às primeiras invenções tecnológicas feitas a partir de madeira, ossos, pele, sílex. Estes artefactos serviam as necessidades de subsistência básicas do homem como caçar ou vestir;
- Com a era Antropotécnica introduzem-se os metais no fabrico tecnológico. Surgem os primeiros meios de transporte: o carro de roda e a embarcação;
- A era Eotécnica prepara a revolução industrial, assim, com a invenção da imprensa e do relógio mecânico dão-se os primeiros progressos do conhecimento científico;
- A era Paleotécnica é caracterizada pela revolução do carvão e do ferro, é então que se constrói o primeiro barco a vapor e a locomotiva. As distâncias encurtam-se, é o auge da revolução industrial;

¹¹ O que está relacionado com o conceito de customização, que significa personalização e adaptação, ou seja adaptar algo de acordo com o gosto ou necessidade de alguém.

¹² Adaptado de: <http://br.hsmglobal.com/notas/45897-alvin-toffler--futuro>

• Por fim, a era Neotécnica, que assenta no desenvolvimento de novas formas de energia como a electricidade, o petróleo e o gás, corresponde à era do átomo e da automatização da máquina.

Outros autores como Gordon Childe (1971) e R. Lopez (1980) sugerem as seguintes fases: Revolução agrícola, Revolução Comercial, Revolução Industrial (primeira, segunda e terceira). A Revolução Agrícola (ou Revolução Neolítica) teve origem segundo o arqueólogo inglês Gordon Childe com a sedentarização do *homo sapiens*, e o subsequente o aparecimento há cerca de oito mil anos das primeiras vilas e cidades, tendo assim marcado assim o fim do nomadismo.

A Revolução Comercial foi um período de grande expansão económica, nomeadamente da Europa que durou aproximadamente do século XVI ao século XVIII. Neste período a produção e a troca deixam de ter carácter de subsistência e visam atender aos mercados das cidades. As companhias mercantis contam com técnicas contabilísticas e adoptam novas formas de comercializar, como as cartas de crédito e de pagamento. As minerações de ouro e prata conhecem o auge. Intensifica-se a busca frenética por novas minas na África e nas Índias. A navegação e o comércio de alto-mar ganham um significativo impulso com a construção de novos tipos de embarcação e o aperfeiçoamento da cartografia e de instrumentos como a bússola. O desenvolvimento comercial resulta a partir do século XV, em transformações profundas na economia europeia. A moeda torna-se factor primordial da riqueza e as transacções comerciais são monetarizadas. As características mais importantes desta era foram:

- ✓ A ascensão ao capitalismo.
- ✓ A implantação do sistema de salários como forma de pagamento.
- ✓ O desenvolvimento do sistema bancário.
- ✓ A fundação de bancos dos governos.
- ✓ A expansão das facilidades de créditos mediante letra de câmbio.
- ✓ Adopção do sistema de pagamento por cheque nas transacções locais e a emissão de notas bancárias como substituto do ouro e da prata, criados pelos italianos e gradualmente adotado na Europa setentrional.
- ✓ Surgimento de novas indústrias inteiramente fora do sistema corporativo, como: mineração, a fundição de minério e a indústria de lã.

Foi uma revolução que consistiu na transição da economia de subsistência da Idade Média, para o capitalismo, dinâmico e de âmbito mundial.¹³

¹³ Adaptado de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Comercial e de <http://importpost.blogspot.com/2010/02/resumo-revolucao-comercial-1450-1800.html>

A revolução industrial teve início no século XVIII e segundo alguns autores tem-se desenrolado ao longo de três fases.

A Primeira Revolução Industrial surgiu na Inglaterra nos finais da década de 60 do século do século XVIII início do século XIX, foi marcada principalmente pelo advento da máquina à vapor na indústria têxtil e locomotiva, nesse período a produção deixou de ser artesanal e passou a ser manufaturada e a produção passou a ser em larga escala.

A Segunda Revolução Industrial iniciou no final do século XIX, cerca de 1850, com a queda da hegemonia Inglesa que estava sendo substituída por outras nações como Alemanha e EUA, e prolongou até o século XX.

Foi quando o processo de industrialização entrou num ritmo acelerado, envolvendo os mais diversos setores da economia, com a difusão do uso do aço, a descoberta de novas fontes energéticas, como a eletricidade e o petróleo, e a modernização do sistema de comunicações. Os principais adventos desse período foram assim o descobrimento da eletricidade e o motor a combustão, gerando a indústria automobilística.

A Terceira Revolução Industrial teve início no final da década de 70 do século XX, denominada de Revolução Técnico-Científica, mudou a configuração do sistema de produção, que passou a assentar na tecnologia, na robótica, na telecomunicação.

Actualmente vivemos uma nova etapa no processo produtivo, devido à globalização conjuntamente como os meios de comunicação modernos e a competitividade, proporcionou um mercado exigente buscando profissionais com alto conhecimento. Esse período actual da sociedade é chamado de Revolução Técnico-Científico-Informacional.

Assim relacionado com esta revolução, D. Magnoli e R. Araújo, (s/d), indicam as seguintes cinco ondas de inovação tecnológica da economia industrial:

- ✓ 1785 primeira onda: força hidráulica, têxteis e ferro
- ✓ 1845 segunda onda: vapor, ferrovias e aço
- ✓ 1900 terceira onda: electricidade, químicos, motor a combustão interna
- ✓ 1950 quarta onda: petroquímicos, electrónicos, aviação
- ✓ 1990 quinta onda: redes digitais, *software*, novas mídias

Outros autores subdividem parte deste percurso da humanidade nas 3 seguintes fases:

- ✓ Pré-modernidade
- ✓ Modernidade
- ✓ Pós-modernidade

A pré-modernidade caracteriza-se pelo domínio do sagrado, a sacralidade da crença na salvação e o espírito de pertinência e coesão da comunidade.

A Modernidade significa o fim da crença em uma ordem revelada e mantida por Deus e a assunção de que “os humanos encontram-se no mundo por conta própria. Seis conceitos centrais estão na base do que veio a ser conhecido como "modernidade": a epistemologia racional crítica, a "universalidade", o ideal iluminista de progresso, a diferenciação estrutural, a integração funcional e o determinismo (cf. Habermas, 1987).

A pós-modernidade teve para uns início por volta de 1980 (nomeadamente com a vaga neo-liberal), mas, para outros autores, a sua introdução se deu, antes, por volta da metade do século (anos 60), e caracteriza-se por traços tais como:

- Destruição dos princípios do progresso irreversível e do bem na ciência, na medida em que a ciência contribuiu para a produção de bens de consumo e para uma deterioração ambiental.
- Crises nacionais posteriores a 1945 que erodiram a aceitação da crença no Estado-nação.
- Burocracia e racionalidade da organização total da sociedade e do indivíduo que suscitaram um cepticismo crescente após a metade do século XX.
- Afirmação de grupos minoritários que começaram a insistir na legitimidade ou na igualdade de sistemas alternativos.
- Novas formas de cognição e de tecnologia, estão também comumente associada à génese da pós-modernidade.
- A teoria do caos, a engenharia genética, a cibernética, os estudos de não-linearidade e complexidade, o desenvolvimento e difusão do computador e a capacidade de simulação da realidade, a geração da realidade virtual, a supremacia da imagem como entretenimento e também como um novo dispositivo epistemológico, da comunicação global etc.

A totalidade desses novos domínios cognitivos enfatiza a indeterminação e a contingência, podendo a a cultura pós-moderna ser distinguida por três elementos: i) uma perda de profundidade individual (hoje as pessoas são muitas coisas e estão constantemente mudando, o que não significa superficialidade mas, antes, multiplicidade); ii) o anterior entendimento progressivo e linear da história está perdido, (os indivíduos vivem agora o presente; as noções de espaço e tempo são bastante diferentes na pós-modernidade em comparação com a modernidade); iii) a emoção é legítima e central na pós-modernidade e abre caminho para muitas outras formas de exploração e de identidade. (Jameson, 1996)

Ao longo da história da Humanidade há leis que de acordo com M. Titiev (2002) se têm vindo a afirmar, tais como:

- Lei do uso crescente dos recursos naturais.

- Lei da percentagem decrescente do conhecimento individual e seus corolários (sabemos cada vez mais sobre cada vez menos).
- Leis da conservação do tempo e da energia muscular humana.
- Lei da crescente dependência da cultura.

Mas para além da "Pós-modernidade" (Lyotard, 1989), outras são as designações da época actual, como por exemplo: "Super" Modernidade" (Marc Augé, 1994), "Hipermodernidade" (Gilles Lipovetsky, 2004, entre outros), "Modernidade Tardia" (Jameson, 2000), "Modernidade Reflexiva" (Giddens, 1992), "Modernidade Líquida" (Zygmunt Bauman, 2001 e 2007).¹⁴

Segundo este último autor, Z. Bauman, a solidez das instituições sociais, como por exemplo a família, o governo, as relações de trabalho, está perdendo espaço para o fenómeno de liquefacção. De acordo com essa metáfora, a solidez dessas instituições, firmes e inabaláveis, estão se derretendo, transformando-se, irreversivelmente, num estado líquido, pelo que os traços da modernidade líquida são: i) A incerteza da vida quotidiana, ii) A insegurança na cidade, iii) A precariedade dos laços afectivos e do trabalho, iv) O privilégio do consumo em detrimento da produção, v) A troca do durável pela amplitude do leque de escolhas, e vi) O excesso de informações, etc.

A época actual é também designada por Sociedade Pós-Industrial, Capitalismo Tardio, Novo Capitalismo, Especialização Flexível, "After"-Fordismo, Neo-Fordismo, Pós-Fordismo, caracterizada por F. Albuquerque (1998) e, segundo L. Barros (2004) engloba três classes modelares (neotaylorista, californiana e saturniana)

Actualmente há três grandes posições teóricas dominantes dentro do campo de debate sobre o pós-fordismo, as quais são segundo Amin (1997), as seguintes: i) a abordagem da regulação (que também é apresentada por Peet, 1991), ii) a abordagem da especialização flexível, e iii) a abordagem neo-shumpeteriana. F. Bendassolli (2007) sublinha que cada uma destas três posições, oferece uma estrutura teórica desenvolvida com a finalidade de subsidiar e explicar a afirmação de que, a era da produção de massa (ou fordismo) está sendo desafiada, e antecipa o caminho de um novo conjunto de princípios organizacionais a fim de assegurar uma nova e longa onda de crescimento económico.

Ao longo da História a Humanidade tem percorrido fases que é usual serem assim designadas:

Pré-História - até 4000 a.C. (advento da escrita):

Idade Antiga - de 4000 a.C. até 476 d.C. (queda do Império Romano do Ocidente).

¹⁴ Porém, para além dessa denominação são por vezes utilizados, em alternativa, inúmeros termos, mais ou menos análogos, na sua designação: «sociedade pós-industrial» (Daniel Bell), de «sociedade de risco» (Ulrich Beck), de «modernidade tardia» (Anthony Giddens), de «modernidade ambivalente» (Zygmunt Bauman), de «sociedade programada», (Alain Touraine), de «sobremodernidade» (Marc Augé), de «capitalismo desorganizado» (Claus Offe, Scott Lash e John Urry), de «sociedade em rede» (Manuel Castells) ou de «fim da história» (Francis Fukuyama) o que não é irrelevante e remete, muitas vezes, para universos de referência distintos, debates diferenciados e filiações epistemológicas descoincidentes (Giddens, 1992 e 1994).

Idade Média - de 476 d.C. até 1453 (conquista de Constantinopla pelos turcos).

Idade Moderna - de 1453 até 1789 (eclosão da Revolução Francesa).

Idade Contemporânea - de 1789 até os dias actuais.

Na Pré-História que corresponde a 98% da vida do homem em terra, os seres humanos viviam da recolecção, começando a cultivar.

A Idade Antiga caracteriza-se pelo Escravismo. A Idade Média pelo Feudalismo e a Idade Moderna e Contemporânea pelo Capitalismo, que tem assumido as seguintes facetas: Capitalismo Comercial, Capitalismo Industrial, Capitalismo financeiro e Capitalismo informacional.

Indissociável desta sequência do percurso da História, sobressai a problemática da divisão do trabalho nas suas diferentes facetas: sexual, social, técnica, internacional.

A divisão do trabalho sempre existiu e refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida.

D. Pires (s/d) sugere que no início da história da Humanidade se verificava a divisão sexual, de acordo com a idade e vigor corporal. Mais tarde, com a complexidade da vida em sociedade e o aprofundamento do sistema de trocas entre diferentes grupos e sociedades, emerge a divisão do trabalho em especialidades produtivas, designada pela expressão 'divisão social do trabalho' ou divisão do trabalho social. Segundo a autora, "Esta forma de divisão do trabalho ficou bem caracterizada na estrutura dos ofícios da Idade Média. Os artesãos organizados nas guildas, ou corporações de artífices, constituíam uma unidade de produção, de capacitação para o ofício e de comercialização dos produtos"¹⁵.

A Divisão internacional de Trabalho (DIT) respeita à divisão das actividades e serviços entre os inúmeros países do mundo, particularmente entre os subdesenvolvidos (exportadores de matéria-prima, com mão-de-obra barata e geralmente com industrialização tardia), e os desenvolvidos (economicamente mais fortes, industrializados). Corresponde a uma especialização das actividades económicas seja no âmbito da produção, da comercialização, da exportação e da importação entre distintos países do mundo.

Há autores que identificam três grandes ciclos na DIT. Assim para N. Costa e C. Souza (s/d) o primeiro ciclo da DIT encontra-se associado à fase do capitalismo comercial durante a qual foi imposta uma relação de exclusivismo comercial entre metrópoles e colónias. O segundo ciclo teve lugar durante a fase do capitalismo industrial, e foi marcado pela Primeira e Segunda

¹⁵ Acrescenta ainda D. Pires (s/d) a partir de Marglin (1980) que "Apesar de existir, entre mestres-companheiros-aprendizes, divisão do trabalho, hierarquia e também actividades de coordenação e gerenciamento do processo de produção, estas eram diferentes da divisão parcelar do trabalho e da hierarquia verificada na emergência das fábricas e do modo de produção capitalista. No artesanato, os produtores eram donos dos instrumentos necessários ao seu trabalho, tinham domínio sobre o processo de produção, sobre o ritmo do trabalho e sobre o produto, e também, quase certamente, havia ascensão a companheiro e muito provavelmente a mestre".

Revolução Industrial. Terá sido na transição da Primeira para a Segunda fase que o fordismo, conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário Henry Ford, foi introduzido na indústria. Nesta fase teve lugar o fim ao pacto colonial imposto na primeira fase capitalista. O terceiro ciclo surge associado ao capitalismo financeiro, durante o qual foram implantadas várias teorias econômicas, entre elas o liberalismo, o keynesianismo e o neoliberalismo. Segundo aqueles autores, “após a Segunda Guerra Mundial, o fato mais marcante do capitalismo financeiro foi a expansão das empresas multinacionais, hoje chamadas de transnacionais. Essas empresas mantiveram sua sede em seu país de origem e abriram filiais em países subdesenvolvidos, em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata”.

Uma outra perspectiva a explorar no âmbito deste ponto é a que incide sobre o contrato social, nomeadamente sobre as suas três fases (pré contratualismo, pós contratualismo e neocontratualismo), questão abordada por vários autores (K. Czajkowski, s/d; C. Ferraz, 2008; M. C. Santos, 2011).

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Francisco (1998). *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*, Fortaleza: BNB
http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Desenvolvimento%20Economico%20Local%20e%20Distribuicao%20do%20Progresso%20Tecnico%20-%20Uma%20Resposta%20as%20Exigencias%20do%20Ajuste%20Estrutural.PDF

AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papius

BARROS, Lúcio Alves de (2004). *Fordismo. Origens e Metamorfoses*. Piracicaba: Editora UNIMEP

BAUMAN, Zygmunt (2001) *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Zygmunt (2007) *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BENDASSOLLI, Pedro F. (2007). “The brave new world of work”: do fordismo à sociedade pós-industrial
<http://www.pedrobendassolli.com/trabalhoeidentidade/workingpaper1.pdf>

BONANNO, Alessandro (s/d). A Globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pós-Fordismo no Setor Agroalimentar
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:09-8rOVzsn0J:bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pernambuco/05.doc+fordismo+e+p%C3%B3s-fordismo&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2008). *Desenvolvimento Econômico e Revolução Capitalista*
<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.19.DesenvolvimentoERevolu%C3%A7aoCapitalista.20.6.pdf>

CARMO, Maristela Simões do; COMITRE, Valeria (2010). “Pensar localmente agir localmente: A perspectiva territorial no rural contemporâneo”, *VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas

<http://www.alasru.org/cdaldasru2010/1%20trabalhos%20completos/GT-18/1%20set/GT18%20Maristela%20Sim%C3%B5es%20do%20CARMO.pdf>

CHILDE, V. Gordon (1971). *A evolução cultural do homem*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores

CLEMENTE ZAMORA, Juan (1938). *O processo histórico*, Lisboa: Livraria Renascença

COSTA, Naudiele; SOUZA, Claudinei de (s/d). *Capitalismo e Divisão Internacional do Trabalho*, s.l., s.e.

http://200.201.10.38/Setores/caa/Geografia/anais/Arquivos_IV/Trabalhos_Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Oral_IV/Capitalismo%20e%20Divis%C3%A3o%20Internacional%20do%20Trabalho.pdf

CZAJKOWSKI, Karen Eler (s/d). *Alternativas ao Modelo Atual de Globalização: o Homem no Centro de Todas as Teses*, s.l., s.e.

<http://www.uniguacu.edu.br/deriva/Ensaios/docente/Alternativas%20ao%20Modelo%20Atual%20de%20Globalizacao%20artigo%20Karen.pdf>

DOWBOR, Ladislau (2000). *Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos (1)*, s.l., s.e.

<http://dowbor.org/capitalismo.asp>

DOWBOR, Ladislau. (2009). “Crise financeira: riscos e oportunidades”, *Economia Global e Gestão*, vol.14, nº.2, p.119-147:

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442009000200009&lng=pt&nrm=iso

FERRAZ, Carlos A. (2008). “Legitimação a partir do contrato ou com o contrato: Acerca dos modelos de fundamentação política de Rawls e de Dworkin”, *Dissertatio*, nº. 27-28, pp. 105–126

<http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/27-28/27-28-6.pdf>

GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta.

HEILBRONER, Robert (1994). *O Capitalismo do Século XXI*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

JAMESON, Frederic (1996). *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática

JAMESON, F. (2000). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ática

KURZ, Robert (1999). *Livro Negro do Capitalismo*, Eichborn

KURZ, Robert (2002). *Guerra de Ordenamento do Mundo*, Eichborn

LEAL, Edson Pereira Bueno (2003). *Revolução Comercial - Expansão Ultramarina*

<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=22082&cat=Artigos&vinda=S>

LIPOVETSKY, Gilles (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla

- LOPEZ, Robert S. (1980). *A revolução comercial da Idade Média: 950-1350*, Lisboa: Presença
- LYOTARD, J. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa, Gradiva.
- MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina (s/d). *Projeto de Ensino de Geografia: natureza, tecnologia, sociedades*. São Paulo, Moderna
<http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/em/geografia/projensinogeo/rumos/0011>
- MENEZES, Wellington Fontes (2008). “A ilusão da felicidade: autofagia, angústia e barbárie na sociedade de hiperconsumo”, *VI Congresso Português de Sociologia*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/601.pdf>
- MUMFORD, Lewis. (1934). *Técnica y Civilización*. Madrid, Alianza Editorial (1997)
- PIRES, Denise Elvira (s/d). “Divisão social do trabalho”, *Dicionário da educação profissional em saúde*
<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoetra.html>
- POLIZELLI, Demerval e OZAKI, Adalton (organizadores) (2007). *Sociedade da Informação*, Editora Saraivax
- PONTE, Helder F. de P. Correia (2006). Um Pouco de Historiografia
<http://umpoucodehistoriografia.blogspot.com/2006/05/41-o-processo-historico.html>
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998). *Reinventar a Democracia: entre o précontratualismo e o pós-contratualismo*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais
- SANTOS, Marla Cecyane Mesquita dos. (2011). “O contratualismo político moderno e complexidade social contemporânea”, *III Seminário Nacional de Sociologia & Política*, pp.
http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/1_328.pdf
- SINGER, Paul et al. (2010). *Ciclo de Seminários Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro Seminário IX: Crise Como Oportunidade*, s.l., Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/090826-Semin9Perspec.pdf>
- TITIEV, Mischa (2002). *Introdução à Antropologia Cultural*, 9ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- TOFFLER, Alvin TOFFLER, Heidi (1983). *O choque do futuro*. Lisboa, Livros de Brasil
- TOFFLER, Alvin TOFFLER, Heidi (1984). *A terceira vaga*. Lisboa, Livros de Brasil
- ZAMORA, Juan Clemente (1938). *O Processo Histórico*, Lisboa, Livraria Renascença Editora



DIMENSÕES DO CONCEITO

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

São aqui consideradas duas dimensões através dos quais se pode efectuar uma aproximação aos níveis de desenvolvimento: a dimensão objectiva e a dimensão subjectiva.

A dimensão objectiva, é mensurada através de informação disponível geralmente sob a forma de indicadores (alguns dos quais são referenciados no ponto sobre Instrumentos e Medidas de Análise). Esta dimensão encontra-se relacionada com outros conceitos tais como o de Qualidade de Vida Objectiva (captada mediante a utilização de vários instrumentos quantitativos, geralmente Índices).

Já a dimensão subjectiva é expressa pelos seres humanos e, sistematizada através de informação provocada mediante inquéritos aplicados a um conjunto de respondentes. Por sua vez esta dimensão encontra-se relacionada com os conceitos de Qualidade de Vida subjectiva e o de Felicidade (abordado por exemplo através do Índice de Felicidade Bruta).

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Clitia Helena Backx. (2002). “Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável”. *Indic. Econ. FEE*, (Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística), Porto Alegre, v. 30, nº 3, pp. 171-188, Dez.

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1412/1775>.

SANTOS, Marcos Olímpio G. (1997), *Alentejo 2010: O Cenário mais provável* (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora



REQUISITOS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

O desenvolvimento generalizado é, actualmente, considerado como um processo complexo que não pode ser observado através de indicadores agregados que escondem assimetrias e desigualdades, nem pode assentar em bases frágeis que comprometam a sua continuidade, apontando-se que deverá ser dinamizado ao nível micro.

Revela-se assim indispensável atender a requisitos, exigíveis para que se possa considerar um processo de desenvolvimento como harmonioso, equilibrado e convincente. Esses requisitos são os seguintes:

- ✓ *Territorialidade*, que significa a expressão local do processo;
- ✓ *Endogeneidade*, que se prende com a importância das decisões locais¹⁶, e com o papel dos recursos locais;
- ✓ *Integração / multidimensionalidade*, que respeita aos múltiplos factores (social, económico, ambiental, cultural, político, etc.), que têm de ser articulados e interagir coerente e dialecticamente;
- ✓ *Sustentabilidade*, que aponta para a necessidade do processo assentar em bases duradouras que garantam a existência dum processo continuado no tempo e resistente a flutuações conjunturais.

Há autores que referem assim que não há desenvolvimento se não for local, endógeno, integrado e sustentável.

Já na página do Centro Informático de Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social (CIARIS), são apontados por sua vez quatro princípios do desenvolvimento, cuja aplicação tem vindo a propiciar os melhores resultados em vários programas e projectos. Esses princípios são os seguintes:

- ✓ *Integralidade*. Requer que as relações entre as causas e os processos e os seus efeitos cumulativos nas pessoas, grupos, comunidades e territórios sejam analisados);

¹⁶ O que coloca a questão do princípio da subsidiariedade e dos modelos multi-escalas de decisão designadas por *middle out*.

- ✓ **Parceria.** Processo mais ou menos formalizado através do qual dois ou mais tipos diferentes de actores (sector público, sector privado) concordam em implementar um plano de acção, um programa ou um projecto conjunto através de estratégias e acções;
- ✓ **Participação.** Processo através do qual as pessoas, grupos e territórios excluídos se (re)apropriam dos seus recursos, da sua identidade, intervêm na vida social, política e cultural e fazem ouvir a sua voz com mais força nas instâncias de decisão);
- ✓ **Territorialidade.** Implica a identificação, definição e apropriação de uma área para tentar eliminar situações de exclusão social que aí decorrem).

Dalila Oliveira (2008), por sua vez, acrescenta que o desenvolvimento defendido por vários autores, apresenta os seguintes traços em comum:

- ✓ Humano
- ✓ Territorial
- ✓ Multidimensional
- ✓ Integrado
- ✓ Sistémico
- ✓ Sustentável
- ✓ Institucionalizado
- ✓ Participativo
- ✓ Planificado
- ✓ Inovador

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (2004) “Desenvolvimento Local”, in CATTANI, Antonio David et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina, SA, pp. 108-113 (on line) Disponível em <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> > (acedido em: 01/09/2012).

AMARO, Rogério Roque (1991) "Caminhos de desenvolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações" *Poder Local*, nº 102, pp. 62-80

AMARO, Rogério Roque (1998), “O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro”, *A Rede, Edição Especial – dez anos de desenvolvimento local em Portugal*, Associação In Loco

AMARO, Rogério Roque (1991) "Lógicas de espacialização da economia portuguesa" *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 161-182
<http://loki.iscte.pt:8080/dspace/handle/10071/1231>

CAVALCANTI, Clóvis (s/d). Uma contribuição para o desenvolvimento sustentável de Angola, s.l., s.e.

http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Palestra/1.pdf

CIARIS. (s/d). *Abordagens: Conceitos e Estratégias de Luta contra a Exclusão Social*
<http://www.ciaris.org/community/library/methodology/25>

OLIVEIRA, Dalila Alves de (2008). *Os Municípios e o Desenvolvimento Social Local*
(Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento e Inserção Social).
Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto
<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20577>

OLIVEIRA, Gevaci Carlos Perroni Gama de (s/d). *Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação*, s.l., s.e.
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vtNntr6HIC0J:www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao5-3.doc+Condi%C3%A7%C3%B5es+End%C3%B3genas+para+o+Desenvolvimento+dos+Territ%C3%B3rios+em+geral&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

PAULA, Juarez de (2003). *Territórios, redes e desenvolvimento*, s.l., Territórios em Rede
<http://territorioemrede.wordpress.com/artigos/territorios-redes-e-desenvolvimento-por-juarez-de-paula/>

SANTOS, Fábio Pádua dos et al (2008). “Desenvolvimento endógeno, projeto Meu Lugar e uma nova ontologia social para pensar o local”, *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis – SC, nº 04, p. 48-61, Maio
<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed04/artigo02.pdf>

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

São aqui referidos os vários níveis geográficos a que se pode observar e analisar o processo de desenvolvimento (Global, Macro, Meso, Mini e Micro).

O nível global abrange o panorama mundial e permite observar as semelhanças e diferenças entre países e as dinâmicas que se geram entre países e blocos. O nível macro refere-se a análises que incidem sobre a totalidade ou a quase totalidade dum continente ou ainda sobre um número limitado de continentes (União Europeia, ASEAN, MERCOSUR, etc.). O nível meso respeita a um país ou ao agregado constituído por um número limitado de países. O nível mini incide sobre um número limitado de municípios. Por sua vez ao nível micro ou local, abrange um município e suas subdivisões (freguesias), ou um conjunto destas subdivisões.

Também se pode utilizar outra terminologia como por exemplo: Global, Continental, Sub-continental, Nacional, Regional, Sub-regional e, Local.

Já Sidónio Pardal (s/d), considera que a organização social e a sua territorialização se estrutura, actualmente, nos cinco níveis seguintes:

- a) Nível Global que emerge de uma ordem mundial alicerçada em múltiplas instituições, onde se destaca o Banco Mundial - o qual estabelece uma ordem económica com forte e eficaz poder operacional de ordem financeira - e as Nações Unidas.
- b) Nível das Comunidades de Estados de que são exemplo a União Europeia, a EFTA, o Mercosul e os Países ACP.
- c) Nível Central alicerçado no poder soberano de um Estado.
- d) Nível Regional.
- e) Nível Local que corresponde à esfera municipal.

Deste enunciado decorrem várias questões tais como: i) A problemática da articulação e relacionamento entre os referidos níveis de desenvolvimento, e ii) As semelhanças e diferenças dos respectivos factores chave (*drivers*) inerente a cada um desses níveis, nomeadamente a temática das vantagens competitivas e das vantagens comparativas nas dinâmicas diferenciadas entre territórios.

Neste âmbito poderá ser abordada a problemática da articulação entre por exemplo políticas macro e microeconómicas, questão abordada nomeadamente por M Roe (2012) para quem “As políticas macroeconómicas interagem, no terreno, com realidades microeconómicas de maneiras poderosas, embora essas interacções sejam sutis e raramente comentadas”, este autor afirma que “a estrutura microeconómica europeia faz com que as políticas macroeconómicas baseadas no crescimento sejam menos eficazes na União Europeia do que nos Estados Unidos”, e acrescenta que a explicação reside na flexibilização macroeconómica, através da descida das taxas de juro ou da injeção de dinheiro na economia, que tem como objectivo o aumento da actividade económica, concluindo que na União Europeia não é tão fácil como nos Estados Unidos gerar uma tal dinâmica, devido às mais restritas normas laborais que vigoram na U.E.

B. Fernandes (s/d) vem acrescentar no seu ensaio sobre a tipologia de territórios um contributo onde refere que convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente, descrevendo esses territórios de acordo com a respectiva escala de abrangência.

BIBLIOGRAFIA

Com autor referenciado

AMORIM Luci Suzana Bedin; SOUZA, Edson Belo Clemente de (2005). “Região: Novas configurações, novos conceitos”, *Revista Varia Scientia*. Vol. 04, nº 08, pp. 11-24

BEZERRA JÚNIOR, Wilson Fernandes. (2001). “Comércio Internacional e os Blocos Econômicos”. *Adcontar*, Belém, v. 2, nº 1, p. 7-10.

http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/251.pdf

FERNANDES, Bernardo Mançano. (s/d). *Sobre a tipologia de territórios*, s.l., s.e.

http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. (2006). *Integração Regional: blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier.

PARDAL, Sidónio (s/d). *A organização do poder e as novas territorialidades*, s.l., s.e.

http://www.sidonipardal.com/1_territorios21.pdf

PEREIRA, Margarida (2009). “Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)”, *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16

http://www.dpp.pt/pages/files/Desafios_Contemporaneos.pdf

ROE, Mark J. (2012). “A Grécia e os limites da austeridade”, *Jornal de Negócios*, ano XII, nº 2280, de 26 de Junho, p. 38

RÜCKERT, Aldomar; MISOCZKY, Maria Ceci A. (2002). *Território vivido, território em mutação, Estratégias de organização da atenção à saúde*. PDG-UFRGS- Editora da Casa

<http://www.visbrasil.org.br/biblioteca/TERRITORIOVIVIDOTERRITORIOEMMUTACAO.pdf>

SANTOS, Carmem Lúcia et al. (2010). “Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Uma análise do território do Alto Sertão de Sergipe (Brasil)”, *VIII Congresso latinoamericano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas

<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Carmem-L%C3%BAcia-Santos.pdf>

VITTE, Claudete de Castro Silva. (2006). “Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações”, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87.

<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf/>

Sem autor referenciado

Blocos Econômicos e Organizações Internacionais

<http://www.brasilecola.com/geografia/acordos-economicos.htm>



**TIPOS DE
TERRITÓRIOS
E
ENTIDADES
SOCIOTERRITORIAIS**

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Partindo da noção de território explicitada por vários autores (C. Santos et al., 2010), estes espaços geográficos onde se verifica diferentes níveis de desenvolvimento, são classificados por diversos autores através de tipologias mais ou menos complexas.

Uma dessas tipologias foi proposta por A. Kuklinski (1977) e outros¹⁷ cuja classificação é a seguinte:

- Territórios Congestionados (caso das áreas metropolitanas);
- Territórios Deprimidos (caso dos territórios com actividades económicas em declínio ou em dificuldades transitórias);
- Territórios sub-Desenvolvidos (territórios com uma dinâmica económica reduzida).

Uma outra tipologia é a sugerida por Vanessa Sousa (2008), que abarca os seguintes tipos:

- Territórios urbanos dinâmicos
- Territórios urbanos densos e em estabilização
- Territórios urbanos medianamente densos e dinâmicos
- Territórios de transição
- Territórios rurais em situação de risco
- Territórios rurais em situação de depressão

João Ferrao (2000) apresenta uma outra tipologia que inclui os tipos que constam abaixo:

- Centros urbanos
- Áreas rurais "centrais"
- Áreas rurais "periféricas"
- Áreas rurais "marginais"
- Áreas rurais "profundas".

Na carta do Ordenamento do Território os tipos de territórios identificados, são:

- Regiões Rurais
- Regiões Urbanas
- Regiões Fronteiriças
- Regiões Montanhosas

¹⁷Ver: www.estig.ipbeja.pt/.../Microsoft%20PowerPoint%20-%20crescimento%20e%20desenvolvimento.pdf

- Regiões em decadência e pobres

T. Correia et al. (2006) num estudo elaborado que teve com um dos objectivos identificar e avaliar os vários processos de abandono agrícola e rural em curso em Portugal Continental, concluíram que no país se pode delimitar os seguintes dez tipos:

- 1 - Urbano,
- 2 - Peri-urbano dinâmico
- 3 - Florestal degradado
- 4 - Agrícola intensivo
- 5 - Florestal marginal e desqualificado
- 6 - Agrícola em processo de urbanização
- 7 - Agrícola extensivo
- 8 - Agrícola em intensificação
- 9 - Agricultura e floresta em padrões tradicionais
- 10 - Peri-urbanas com agricultura diversificada

Numa publicação do Instituto da Segurança Social (A. Marques et al., 2005), procede-se à caracterização de situações de exclusão social em Portugal continental com a finalidade de se perceber a sua manifestação, em especial nas zonas urbanas e rurais. O estudo revela os seguintes seis grupos de concelhos com situações-tipo de inclusão/exclusão social muito diferenciadas:

Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1)

Foram considerados os mais favoráveis na medida em que descrevem uma situação em que todos os indicadores explicativos são positivos.

Territórios de contrastes e base turística (tipo 2)

Este são territórios dos mais identificáveis no que concerne à sua relação com um território específico e administrativamente determinado. Efectivamente, a maioria dos concelhos que o integram pertencem ao Algarve, e os traços que o definem este tipo estão fortemente associados à principal actividade desenvolvida nessa região que se centra no turismo.

Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3)

Engloba os territórios onde se localiza a vertente mais dinâmica do desenvolvimento de Portugal, designadamente aquele que se reflecte nas condições e modos de vida das populações das grandes metrópoles como Lisboa e Porto e um conjunto de outros territórios que se têm vindo a desenvolver na sua periferia ou à sua semelhança.

Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4)

Abrange uma faixa importante do território continental (20% dos concelhos), mas onde reside uma fracção diminuta da população portuguesa (4,9%), representando uma realidade que situa no lado oposto daquela que caracteriza os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). São os territórios afastados do desenvolvimento, que num primeiro momento beneficiou o litoral e, num segundo momento se polarizou em torno de uma rede de cidades médias e ao longo dos eixos viários mais importantes.

Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5)

Representam o terceiro maior peso da população (18,6%) em 12,9% dos concelhos do continente, encontrando-se localizados numa mancha que corresponde à bacia industrial do Porto (concentrando-se sobretudo no Vale do Ave, Tâmega e no Cavado).

Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6)

Inclui-se aqui um número significativo de concelhos representando uma fatia bem mais pequena no que toca à população abrangida. São concelhos que se distribuem pelo interior do país, mas sobretudo no Norte e no Alentejo, onde se verifica um panorama caracterizado por territórios demograficamente envelhecidos e economicamente deprimidos, cujos habitantes detêm fracas competências escolares, qualificações profissionais, mas onde os jovens são menos propensos ao abandono dos locais onde residem.

No Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia (CE, 2008), são identificadas regiões com características geográficas específicas, que se distinguem pelas suas dificuldades particulares:

- Regiões montanhosas (muitas vezes fronteiriças, onde mais de um terço da população vive em zonas rurais);
- Ilhas (muitas vezes montanhosas, onde mais de metade da população vive em zonas de fronteira); Regiões de fraca densidade populacional, em número de 18, todas rurais e quase todas fronteiriças;
- Regiões costeiras (pressão do desenvolvimento e riscos de aquecimento global);
- Regiões ultraperiféricas (questões relacionadas com mudanças demográficas, fenómenos migratórios, acessibilidades e integração regional)

No que se prende com a classificação das áreas rurais, a Comissão Europeia sugeriu a divisão das em três tipos: áreas sob a pressão do desenvolvimento moderno; áreas remotas e isoladas que estão despovoadas. No entanto, a OCDE, no seu programa de Desenvolvimento Rural, dividiu o mundo rural em: i) regiões periféricas ou remotas, ii) intermédias, que compõem a maioria da terra rural, e, iii) regiões rurais economicamente integradas, muitas vezes próximas de grandes cidades. L. Ramos (2007) acrescentam que as mudanças que os espaços rurais sofreram ou virão a sofrer provocam a sua diversificação. Esta diversidade pode ser classificada, de um modo resumido, conforme referido pela Comissão Europeia (1999) em cinco categorias: i) espaços rurais situados na proximidade de zonas fortemente urbanizadas; ii) espaços rurais de grande utilização turística; iii) espaços rurais de actividades diversificadas; iv) espaços rurais predominantemente agrícolas; e v) espaços rurais de reduzida acessibilidade.

A classificação das regiões de nível NUTS II segundo o seu grau de desenvolvimento relativo, adoptada no âmbito da política de coesão no período de programação 2007/2013, identifica os seguintes quatro tipos de regiões, designados por classes (a título de comodidade de linguagem), conforme refere R. Baleiras (2010):

- Classe 1 - Os territórios daquele nível cujo Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é inferior a 75 por cento da média da UE-252 formam a classe de regiões menos desenvolvidas (Para esta classe, foi concebido o chamado objectivo — Convergência da política de coesão.
- Classe 2 - As regiões cujo PIB *per capita* excede 75 por cento da média da UE-25 mas não ultrapassa os 75 por cento da média da UE-15 integram a classe de regiões em transição do primeiro tipo (*phasing-out* ou saída progressiva do objectivo Convergência).
- Classe 3 - As regiões classificadas no período de programação anterior no objectivo 1 e cujo PIB *per capita* excede os 75 por cento da média da UE-15, constituem o conjunto de regiões em transição do segundo tipo (*phasing-in* ou entrada progressiva no objectivo Competitividade e Emprego Regionais).

- Classe 4 - As demais regiões de nível NUTS II formam a classe de regiões mais desenvolvidas, às quais a política de coesão dedica o seu objectivo Competitividade e Emprego Regionais.

Num estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social em Portugal, é referida a seguinte tipologia das NUTS II nacionais, posicionadas no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes.

As grandes situações na articulação entre coesão e competitividade como base de uma tipologia das regiões portuguesas (NUTS III)

I	<i>Regiões globalmente “avançadas”</i>	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
II	<i>Regiões “seguidoras”</i>	Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga (Algarve, se considerada)
III	<i>Regiões intermédias</i>	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
IV	<i>Regiões menos desenvolvidas</i>	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (Madeira, se considerada)
V	<i>Regiões industriais com reduzida coesão</i>	Cávado e Ave
VI	<i>Regiões globalmente “atrasadas”</i>	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores

Fonte: Augusto Mateus & Associados et al. (2005)

No que concerne aos municípios é também possível distinguir estes em três tipos,¹⁸ conforme abaixo se dá a conhecer:

- Urbanos - municípios constituídos exclusivamente, ou quase, por território urbanizado;
- Rurais - municípios constituídos por um ou mais núcleos populacionais de pequenas dimensões e por território não urbanizado relativamente vasto;
- Mistos - municípios que compreendem quantidades significativas quer de território urbano, quer de território rural.

Cada um destes tipos de territórios, face à sua especificidade exige abordagens diferentes e respostas aos problemas com que se debatem em termos de desenvolvimento.

Os tipos de territórios com uma base económica mais dinâmica e, regra geral mais densamente povoados (referenciados genericamente através de uma das seguintes designações: Entidades sócio territoriais, Agrupamentos territoriais de agentes económicos, Sistemas Locais de Produção, Aglomerações locais de empresas especializadas, Concentrações geográficas de elos da cadeia produtiva ou Aglomerados tecnológicos)¹⁹, têm vindo a ser classificados mediante conceitos tais como: Distrito industrial marshalliano, Clusters, Meios inovadores, Arranjos Produtivos Locais / Sistemas Produtivos Locais.

S. Fernandes (2005), destaca as seguintes: i) Áreas de especialização (Krugman); ii) Distritos industriais (Marshall); iii) Clusters de inovação (Porter); iv) Redes de inovação (Maillat, Camagni).

E. Mira (2003) numa abordagem à temática dos clusters refere que para H. Tristão (2000, p. 6) podem ser classificados de acordo com os tipos seguidamente descritos:

Distrito industrial italiano: é composto por pequenas e médias empresas especializadas e com forte concorrência, mas com interrelações de confiança, o que permite a divisão do trabalho, o desenvolvimento da tecnologia e especialização flexível que possibilitam produtos de alta qualidade e potencial inovativo;

- *Satélite*: é composto principalmente pelas pequenas e médias empresas que dependem de firmas maiores em razão de sua mão-de-obra barata;

- *Meão e raio*: são compostos por empresas locais de grande porte que lideram o relacionamento com as pequenas e médias;

- *Cluster ancorado no governo*: é aquele composto por instituições e empresas mantidas pelo governo.

Acrescenta ainda que, M. Bernardo et al. (1999, p. 11) destacam a classificação de Markusen, na qual se incluem:

- *Distritos industriais Marshallianos*, nos quais a estrutura do negócio é dominada por empresas pequenas e locais, há um comércio substancial intra-distrital entre compradores e vendedores, contratos e compromissos de longo prazo entre compradores e fornecedores locais, e menor grau de cooperação ou ligação entre empresas externas ao distrito;

- *Distritos eixo-e-roda (hub-and-spoke)*, em que a estrutura do negócio é dominada por uma ou algumas empresas grandes, integradas verticalmente e cercadas por fornecedores, empresas centrais, com ligações substanciais com fornecedores e concorrentes fora do distrito, comércio substancial intra-distrital entre empresas e fornecedores dominantes, contratos e compromissos de longo prazo entre empresas e fornecedores dominantes, elevado grau de

¹⁸ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Munic%C3%ADpio>

¹⁹ Tipos de territórios que estão associados ao conceito de região ou território em aprendizagem (sobre este conceito ver mais pormenores em: http://7oficios.wikispaces.com/file/view/learning_regions_cedefop.pdf)

cooperação, ligações com empresas externas tanto local como externamente, mercado estável e compartilhamento de inovação, e um elevado grau de envolvimento público no fornecimento de infra-estrutura;

- *Plataformas industriais satélites*, nas quais há um comércio mínimo intradistrital entre compradores e fornecedores, ausência de compromissos de longo prazo com fornecedores locais, elevado grau de cooperação, ligações com empresas externas, especialmente com companhias controladoras, baixo grau de cooperação entre empresa concorrente para dividir riscos, participação de mercado estável e compartilhamento de inovação;

- *Distritos industriais fundados pelo Estado*, onde a estrutura do negócio é dominada por uma ou algumas grandes instituições governamentais, tais como bases militares, grandes universidades públicas, cercadas por fornecedores e clientes, comércio substancial intra-distrital entre instituições e fornecedores dominantes, elevado grau de cooperação, ligações com empresas externas para organizações fornecedoras com sede externa, baixo grau de cooperação entre empresas locais do setor privado para dividir riscos, participação de mercado estável e compartilhamento de inovação, e um elevado grau de envolvimento público no fornecimento de infra-estrutura.

multi-cluster, associado a cidades no topo de suas hierarquias urbanas nacionais, que são também nós comerciais internacionais [como Londres e Paris]. São caracterizados por múltiplos *clusters* de setores inovadores, a maioria com baixos níveis de ligações com fornecedores e clientes locais, importância de mercados nacionais e internacionais, infra-estrutura crítica, tais como aeroportos internacionais, grande porte e elevada concentração de inovação competitiva.

Já J. Almeida *et al.* (1994)²⁰ numa abordagem mais delimitada identificam os três seguintes tipos de zonas rurais:

Zonas rurais recuadas, nas quais as actividades agrícolas se têm retraído progressivamente no quadro do sector mercantilizado, abrindo lugar à rentabilização de outras potencialidades;

Zonas rurais economicamente integradas, territórios onde o esforço de modernização e de requalificação dos processos agrícolas reforçam a componente competitiva da agricultura destes espaços;

Zonas rurais intermédias que devido às suas características tendem a ocupar uma posição que se aproximará tanto da segunda quanto mais favoráveis forem os factores e as condições naturais, as acessibilidades, a procura, etc.

Numa publicação sobre a diversidade do espaço rural português e a aceleração dos processos de mudança²¹, são identificados em Portugal os seguintes tipos de territórios: i) Os grandes territórios, subdivididos em quatro dinâmicas socioeconómicas (Rural dinâmico / agricultura competitiva; Rural dinâmico / agricultura frágil; Rural frágil / agricultura competitiva e, Rural frágil / agricultura frágil); ii) Os Meso-territórios e, iii) Territórios de 3º nível.

Com aplicação a entidades territoriais de estatuto administrativo mais restrito, denominadas em Portugal por freguesias, são apresentadas por João Ferrão (2003) as duas tipologias seguidamente descritas. Na primeira dessas tipologias, as freguesias do país encontram-se agregadas em três categorias, (cujas designações são, segundo o seu autor, deliberadamente

²⁰ Citado por F. Fonseca e R. Ramos (2007).

²¹ Ver mais pormenores em: http://www.gpp.pt/rica/Portugal_Rural_Apresentao.pdf

equivocas), e que simbolicamente referenciou por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.

Os territórios englobados no conjunto “alta pressão” são excessivos tanto do ponto de vista das ameaças como das oportunidades, localizando-se nas manchas metropolitanas e urbanas do país, tratando-se conseqüentemente, do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX (J. Ferrão, 2003).

O conjunto designado por “país sonolento” (o pólo oposto do país sob “alta pressão”) compreende os territórios que se caracterizam quer por uma carga negativa - a inação própria de quem perdeu energia, quer por uma carga positiva - o sono retemperador que permite, mais tarde, acordar revigorado, localizando-se em grande parte com o interior do país, embora revele uma particular incidência nas regiões Norte e Centro²².

Já no conjunto que constitui a situação intermédia, revela-se o “país tranquilo”, no qual cabe um expressivo número de territórios situados maioritariamente na faixa litoral, mas também com um número significativo de pequenos e médios afloramentos no interior, conjunto onde, em termos comparativos, as evoluções ocorridas ao longo da última década do século XX foram relativamente moderadas, constituindo sob todos os aspectos – social, económico e geográfico, o país intermédio, o país da transição.

Em termos gerais a trajetória de evolução seguida por estes territórios encontra-se mais próxima da que se verifica nos territórios do “Portugal sob alta pressão”.

Na segunda tipologia mais fina, embora construída a partir da mesma base de informação, João Ferrão (2003, pp. 22-23) identifica as seis seguintes classes ou categorias de freguesias:

“*Crateras urbanas*, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande (Lisboa, Porto) ou média (Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, etc.) dimensão, mas que no caso de Lisboa se alarga já aos subúrbios industriais de primeira geração (Almada, Barreiro);

Áreas de (sub)urbanização intensiva, que envolvem geograficamente as “crateras urbanas” ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;

Áreas de urbanização moderada, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;

Pequenas bolsas de resistência, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente das categorias com resultados mais problemáticos;

Freguesias regressivas, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);

²² Segundo João Ferrão (2003). Os indicadores sobre-representados no seu texto “sugerem um círculo vicioso de subdesenvolvimento difícil de romper: repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano. Complementarmente, o aumento de alojamentos sazonais e a diminuição das taxas de emprego confirmam a natureza sonolenta desta vasta parcela do país. Este é, de forma clara, o Portugal perdedor ao longo dos anos em análise.”

Freguesias (eventualmente) em coma, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.”

Numa outra publicação editada no Brasil²³, é apresentada uma tipologia que caldeando várias combinações, se traduz na grelha seguidamente apresentada para classificação de municípios daquele país:

- Municípios claramente deprimidos do ponto de vista económico;
- Municípios com potencial próprio para alcançar níveis de desenvolvimento mais elevados, sendo que o que os diferencia é o fato de terem ou não crescido acima da média na última década;
- Situações anómalas (renda alta com potencial baixo), onde não encontram-se municípios;
- Municípios que, apesar de terem crescido acima da média nacional na última década, ainda não alcançaram um patamar favorável e, apresentando baixo potencial, não há indicação de que eles sejam capazes de alcançar essa condição;
- Municípios economicamente consolidados, mas que apresentaram um ritmo de crescimento abaixo da média na última década, seja por enfrentarem alguma situação conjuntural, seja por já terem atingido patamares muito elevados de renda;
- Municípios claramente não deprimidos do ponto de vista económico.

Esta proposta foi elaborada no âmbito do mapeamento das áreas (municípios e regiões) do Brasil, com maior potencial de desenvolvimento, com a finalidade de focalizar, adequadamente, os rebatimentos espaciais de desenvolvimento de um novo ciclo de expansão económica que se colocava no horizonte do país.

Conforme referido no texto em análise, embora se tratasse de uma questão analítica de grande complexidade conceitual e operacional, era no entanto possível dispor de uma visão macroscópica do potencial de desenvolvimento dos municípios brasileiros (e de sua agregação espacial) a partir de um Relatório Especial elaborado para delimitar as áreas deprimidas do Brasil. O Relatório se divide em dois momentos: i) no primeiro, foram identificados os municípios que podiam ser considerados como economicamente deprimidos, ii) no segundo, foram seleccionados de entre estes municípios, aqueles que apresentavam maior capacidade endógena de superação de seu estado de depressão.

BIBLIOGRAFIA

Com autor referenciado

ALMEIDA, J. et al. (1994): *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*, CAIS/CIES, Lisboa.

AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS et al. (2005). *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social – Volume 3 (Competitividade, Coesão e Convergência: A óptica específica das regiões portuguesas – A Região Alentejo)*, s.l., s.e.

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73

²³ Esta nomenclatura e a sua fundamentação consta no relatório intitulado Diretrizes e metas para o PNRH - Produto 3: Avaliação de Diretrizes e Metas (Brasil, 2005).

BALEIRAS, Rui (2010). *Que mudanças na Política de Coesão para o horizonte 2020?* (NIPE WP 6/ 2010), Braga, Universidade do Minho.

http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2010/NIPE_WP_6_2010.pdf

BERNARDO, Mauro Santo et al. (1999). *Distritos industriais – clusters*. Texto para discussão. Série Contabilidade, 29 pp.

<http://www.cpq.fearp.usp.br/pesq/Textos/wpc3.pdf>

BRASIL. (2005). *Diretrizes e metas para o PNRH*, Brasília, Agência Nacional de Águas (on line) Disponível em

<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/Conjuntura_Macro_Global_Nacional.pdf >
(acesso em: 20/01/2012)

CE (2008). *Livro verde sobre a coesão territorial europeia: Tirar partido da diversidade territorial*, COM (2008) 616 final, Bruxelas

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf

CORREIA, Teresa Pinto et al. (2006). *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais*, Évora, Universidade de Évora

http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/pcasimiro/DEM/ESTUDO_ABANDONO%202006.pdf

DURANTE, Júlio Cesar. (2006). “Arranjos Produtivos Locais”, *SIMPOLUX*, nº 4.

http://www.abilux.com.br/pdf_simpo/arranjosprodutivoslocais.pdf

FERNANDES, Bernardo Mançano. (s/d). *Sobre a tipologia de territórios*, s.l., s.e.

http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf

FERNANDES, Sílvia Brito (2005). *Inovação Tecnológica nas PME e Dinâmica Regional em Portugal* (Tese de Doutoramento), Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

<http://w3.ualg.pt/~sfernan/ARTIGOS/doutoramento/apresentacao%20Tese.pdf>

FERRAO, João (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia*, nº.33, p.45-54

<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/368>

FERRAO, João (2003). *Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991–2001*, Lisboa, INE

<https://woc.uc.pt/fluc/getFile.do?tipo=2&id=5741>

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local*, s.l., s.e.

www.sep.org.br/artigo/AMARAL_FILHO.pdf

FONSECA, Fernando P.; RAMOS, Rui A. R. (2007). “O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida”, *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov.

http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/FFonsecaRRamos_com.pdf

KUKLINSKI, A. R. (1977) *Polos y Centros de Crecimiento em la Planificaión Regional*. Fondo de Cultura Económica, México.

MARQUES, Ana Sofia et al. (2005). *Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.
www.cm-satao.pt/.../134-tipificacao-da-situacao-de-exclusoes-de-portugal-continental

MIRA, Elson Cedro (2003). *Fatores impeditivos à formação do cluster turístico-cultural de Ilhéus (Bahia)*, Santa Cruz / Universidade Federal da Bahia.
http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_elson.pdf

NETO, Leonardo Francisco Figueiredo (2008). “Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso do Sul”, *XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco – Acre, 20 a 23 de Julho*
<http://www.sober.org.br/palestra/9/934.pdf>

RAMOS, Luis et al. (2007). *Espaços Rurais: Novos Paradigmas*, s.l., PROT-NORTE (on line) Disponível em <<http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROTNORTEespacosrurais.pdf>> (acesso em: 20/10/2011).

SANTOS, Carmem Lúcia et al. (2010). “Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Uma análise do território do Alto Sertão de Sergipe (Brasil)”, *VIII Congresso latinoamericano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas
<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Carmem-L%C3%BAcia-Santos.pdf>

SOUSA, Vanessa Duarte de. (2008). “A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural – uma reflexão a partir do caso algarvio”. *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS
<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/16.pdf>

TRISTÃO, Hélcio Martins (2002). *Cluster e a cadeia produtiva de calçados de Franca*, s.l., s.e., 16 p. (mimeo)

Sem autor referenciado

Portugal rural: territórios e dinâmicas - *Nota de apresentação*
http://www.gpp.pt/rica/Portugal_Rural_Apresentao.pdf

INSTRUMENTOS DE MEDIDA E ANÁLISE

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Refere-se neste ponto alguns dos principais desses instrumentos, que possibilitam conhecer níveis objectivos do desenvolvimento, nomeadamente os seguintes: Grau de endogenia municipal (Brasil (2005), Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-Estar dos Municípios do Continente Português²⁴, Índice de Competitividade Municipal (ICM)²⁵, Índice de Competitividade Regional (ICR)²⁶; Índice de Condições de Vida (ICV); Índice de Desenvolvimento Concelhio (IDC)²⁷; Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES); Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ)²⁸; Índice de Desenvolvimento Socioeconómico (Idese)²⁹; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁰; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Índice de Desenvolvimento Humano Regional (IDH-R); Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI); Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS); Índice de Estado do Futuro (SOFI - State of the Future Index); Índice de Exclusão Social (IES)³¹; Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB); Índice de Governança Municipal; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice de Pobreza Humana (IPH); Índice de Poder de

²⁴ Ver em:

<http://www.dge.ubi.pt/pmanso/Estudo%20sobre%20qualidade%20de%20vida%20dos%20concelhos%20portugueses%202009.pdf>

²⁵ Índice elaborado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com base numa pesquisa em que foram analisados cinco subíndices: Performance Económica, que é o desempenho do mercado local; Capacidade de Alavancagem do Governo, referente às finanças públicas; Quadro Social, sobre os indicadores sociais; Suporte aos Negócios, que compreende mercado de trabalho e instituições de apoio; e Infraestrutura, que considera a educação, saúde e meio ambiente. "Os subíndices permitem uma análise individualizada de cada cidade, macro e microrregião, detectando vantagens e dificuldades para o desenvolvimento dos negócios". A metodologia adotada prevê que os resultados obedeçam a uma escala de 0 a 100 pontos, assim definidos: 0 a 20, nível de competitividade muito baixo; acima de 20 e até 40, competitividade baixa; de 40 a 60, competitividade média; entre 60 e 80, competitividade alta; e, acima de 80 até 100, competitividade muito alta. Fonte: Portal Qualidade.com

<http://www.portalqualidade.com.br/portalqualidade/index.php/destaques-da-qualidade/3580/28.12.2011/pesquisa-mostra-cidades-mais-competitivas-de-minas-gerais>

²⁶ Proposto por Lewis Dijkstra, Paola Annoni e Kornelia Kozovska por incumbência da União Europeia

²⁷ Ver em: <http://poolman.no.sapo.pt/desenvolvimento.pdf>

²⁸ Ver COMUNICARTE (2010).

²⁹ Ver em: <http://www.fee.tche.br/idese/idese.php>

³⁰ Cujas temáticas têm sido as seguintes: 1990 – Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano; 1991 – Financiamento do Desenvolvimento Humano; 1992 – Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano; 1993 – Participação da População; 1994 – Novas Dimensões da Segurança Humana; 1995 – Género e Desenvolvimento Humano; 1996 – Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano; 1997 – Desenvolvimento Humano para a Erradicação da Pobreza; 1998 – Consumo para um Desenvolvimento Humano; 1999 – Globalização com uma Face Humana; 2000 – Direito Humanos e Desenvolvimento Humano; 2001 – Fazer com que as Novas Tecnologias trabalhem para o Desenvolvimento Humano; 2002 – Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado; 2003 – Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana; 2004 – Liberdade Cultural num Mundo Diversificado; 2005 – Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual; 2006 – Para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água; 2007/2008 – Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido; 2009 – Superar os obstáculos: mobilidade e desenvolvimento.

³¹ Construído em 2002 por Pochmann e Amorim (2007), a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem para aferir padrões de bem-estar nas economias mais atrasadas (adaptado em 2003 por J. Lemos). Ver mais detalhes em: <http://www.eumed.net/libros/2009a/487/Indice%20de%20Exclusao%20Social%20segundo%20Pochmann%20e%20Amorim.htm>

Compra (IPC); Índice de Prosperidade Legatum (IPL), Índice de Qualidade de Vida Humana (IQVH); Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IDQ); Índice de Vulnerabilidade Social; Índices *Marktest*, agregados através de um índice abrangente designado por Sales Index; Índice Mo Ibrahim (de Governação em África); Índice Regional de Bem-Estar Económico Sustentável (RISEW - Regional Index of Sustainable Economic Wellbeing)³²; Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial (ISCCT); Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social; Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)³³; Índice Sintético dos Desequilíbrios Regionais; Índice Social Municipal Ampliado (ISMA)³⁴; Índice de Valores Humanos (IVH),³⁵ Índice Vox Populi (IVP), criado pela Fundação com o mesmo nome (Vox Populi). Recentemente foi também criado o Índice de Responsabilidade Orçamental.³⁶

Neste âmbito são também de interesse os seguintes três instrumentos referidos por A. Fonseca et al. (s/d): Global Report Initiative (GRI), Genuine Progress Indicator (GPI), Policy Performance Indicator (PPI).

Estes instrumentos podem, e por vezes são complementados com outros nomeadamente: Índice de Concentração de Gini / Coeficiente de Gini que têm tradução gráfica na curva de Lorenz.

Um dos recentes instrumentos de medida e análise é designado por Índice dos Estados Falhados, sendo da responsabilidade da organização The Fund for Peace, que em colaboração com a revista *Foreign Policy*³⁷ têm vindo a divulgar aquele Índice, cuja versão de 2010 está disponível no site referido.

Alexandre Reis Rodrigues (2007), esclarece que são considerados como “Estados falhados” todos aqueles cujos respectivos governos não têm controlo sobre a totalidade do território ou não têm o monopólio do uso da força. Outras possíveis circunstâncias a originarem a mesma classificação incluem, por exemplo: falta de autoridade do governo para tomar decisões aceites pela população; incapacidade de assegurar serviços básicos; incapacidade de evitar um clima generalizado de desobediência; falta de autoridade para impor o pagamento de impostos, etc. Acrescenta ainda que devem cair nesta classificação todos os países que estiverem sujeitos a restrições à sua soberania, por exemplo, em consequência de um embargo, bloqueio ou ocupação militar. O índice tem quatro níveis: Alerta, Atenção, Moderado e Sustentável.

Um outro instrumento com interesse é o Índice de Desempenho Ambiental (*Environmental Performance Index*, sigla EPI), que constitui um método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país, e, foi antecedido pelo Índice de Sustentabilidade Ambiental (*Environmental Sustainability Index*, sigla ESI), publicado

³² Conforme consta no Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial (UE 2010), este índice inclui custos e benefícios que não são tradicionalmente medidos em termos monetários, congregando uma vasta gama de aspectos económicos, sociais e ambientais. “A base é a despesa do consumidor, que é depois ajustada de forma a levar em conta factores positivos e negativos a nível social, económico e ambiental. Por exemplo, o trabalho doméstico não remunerado e o voluntariado são valorizados e adicionados ao índice, juntamente com a despesa pública de saúde e educação. Em simultâneo, são deduzidos os custos ambientais decorrentes da perda de *habitats*, da poluição, do esgotamento de recursos não renováveis e das alterações climáticas, os custos sociais associados ao crime, ao divórcio, aos movimentos pendulares e à distribuição desigual de rendimentos, assim como os custos de saúde causados por acidentes rodoviários e acidentes de trabalho” (UE 2010).

³³ Ver em: <http://www.ine.pt>

³⁴ Ver em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_barbieri_gonzalez_couto_santagada.pdf

³⁵ Desenvolvido pelo escritório brasileiro do programa da ONU, é inédito e tem escala igual à do IDH. Porém enquanto este se concentra nos resultados, o IVH desloca a atenção para os processos que levam a um pior ou melhor desenvolvimento humano. Ambos os índices são complementares. Ver mais informações em: http://redebrazileirademea.ning.com/profiles/blog/show?id=3549601%3ABlogPost%3A6408&xgs=1&xg_source=msg_share_post e <http://www.pnud.org.br/noticias/reportagens/index.php>

³⁶ Este índice foi construído com base em três factores, o nível de endividamento, a sustentabilidade desse mesmo endividamento e o grau de responsabilização e transparência nas decisões orçamentais.

Fonte: <http://aminhagestao.blogspot.com/2011/04/portugal-pouco-responsavel-nas-contas.html>

³⁷ Ver: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/the_failed_states_index_2010

³⁷ Retirado de Índice de Desempenho Ambiental. Para mais informações consultar o seguinte site:

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desempenho_Ambiental

entre 1999 e 2005. A construção deste Índice implica a utilização de indicadores orientados para resultados, servindo como índice de comparação, o que permite assim um melhor entendimento por parte de políticos, cientistas, ONGs e o público em geral. Até Janeiro de 2010 foram publicados os três seguintes relatórios: o Índice de Desempenho Ambiental Piloto de 2006, o Índice de Desempenho Ambiental de 2008 e o Índice de Desempenho Ambiental de 2010.³⁸

A nível global há ainda um instrumento de mensuração bastante importante que é o índice mensal de preço dos alimentos, medido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o qual subiu em Dezembro de 2010 pela sexta vez consecutiva, atingindo uma nova máxima histórica e ultrapassando o nível observado durante a crise de 2007/08. O indicador, que mede a variação dos preços globais de uma cesta de commodities (55 matérias primas agrupadas nos seguintes 5 conjuntos: cereais, açúcar, carnes, produtos lácteos, óleos e gorduras), tocou 214,7 pontos no mês passado, acima de 206 pontos em Novembro e superior ao, até então, recorde de 213,5 pontos em junho de 2008. A elevação do índice foi provocada pelo aumento dos preços de todas as categorias de alimentos monitoradas pela FAO, que se encontram incluídos nos 5 conjuntos acima referidos.

Mas para além destas, também medidas como as que são referidas seguidamente, podem contribuir para caracterizar quantitativamente os níveis ou graus de desenvolvimento, geralmente a nível regional / local: Estrutura dos Níveis de Qualificação (ENQ), Índice de Localização Profissional (ILP), Indicador de Localização Sectorial (ILS), Índice de Dispersão Sectorial (IDS), Índice de Dispersão Profissional, Coeficiente de Industrialização Transformadora (CIND), Coeficiente de Terciarização (CERVI), Índice de Especialização/Diversificação Sectorial (INDISEC), Índice Microempresarial (IME), o Índice de Escala Empresarial (IEE), Índice de Dinamismo Empresarial (IDINE) e Índice de Amadurecimento Empresarial (IME), Índice de Herfindahl, Índice de Theil, Índice de Alexandersson, Índice de Industrialização, Índice de Terciarização, Índice Bruto de Diversificação de Rogers (IBDR_i), Índice de Entropia (E_i), bem como a Matriz de Localização e Especialização (MLE) a qual inclui o Quociente de Localização (QL_{ij}), o Coeficiente de Localização do Sector (CL_j) e o Índice de Especialização da Unidade (IE_i).

Recentemente foi publicado um relatório na sequência do pedido formulado em Fevereiro de 2008 pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, a Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, para que criassem uma comissão que identificasse os limites do PIB / GDP como indicador de performance e progresso social. O Relatório foi apresentado a 14 de Setembro de 2009 e concluía que não devemos concentrar as nossas decisões num só indicador económico. Nesse relatório são apontados os seguintes cinco caminhos para lidar com as insuficiências do PIB / GDP como indicador de bem-estar: i) Valorizar indicadores de contabilidade nacional que nos aproximem mais do rendimento disponível de cada cidadão e que nos dêem uma melhor visão do bem-estar, ii) Melhorar a medição dos serviços, iii) Melhorar a medição dos serviços do Estado, iv) Revisitar o conceito de gastos “defensivos”, e v) Rendimento, riqueza e consumo tem que ser analisados no seu conjunto.

Jean-Philippe Cotis, director do INSEE e membro da Comissão Stiglitz é de opinião que indicadores sobre desigualdade, consumo das famílias, “capital social” e sustentabilidade devem ser utilizados para complementar o PIB ou a Renda bruta interna (GNI) *per capita*.³⁹

³⁹ Que aparece listada por país, no relatório Doing Business, sendo a capitação respectiva classificada numa das seguintes categorias: Renda elevada, Renda média superior, Renda média inferior, Renda baixa. Fonte: <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/economycharacteristics>

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Yolanda Vieira; BARBOSA, Anete das Dores (2009). *Estudo do Índice de Exclusão Social no Brasil: Caso Tocantins*, Madri, Universidade Federal do Tocantins
<http://www.eumed.net/libros/2009a/487/Indice%20de%20Exclusao%20Social%20segundo%20Pochmann%20e%20Amorim.htm>
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS et al. (2005). *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social – Volume 1 Parte II (Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas)*, s.l., s.e.
www.qren.pt/download.php?id=81
- BARBIERI, Cláudio Dias et al. (s/d). “Índice Social Municipal Ampliado para os Municípios do RS, 1991 – 981”, *Documentos FEE*
http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_barbieri_gonzalez_couto_santaqada.pdf
- COMUNICARTE. (2010). *Avaliação de programas e projetos sociais*, Rio de Janeiro, Comunicarte
- COSTA, José da Silva (Coord.) (2009). *Compêndio de Economia Regional*, 3ª edição, APDR, Coimbra
- CRUZ, Nuno Ferreira da; MARQUES, Rui Cunha (2011). “Índices de Governança Municipal: Utilidade e Exequibilidade”, *8º Congresso Nacional da Administração Pública: Desafios e Soluções*.
<http://reap.ina.pt/bitstream/10782/581/1/Indices%20de%20governanca%20municipal.pdf>
- DAMÁSIO, Bruno; MAH, Luís (2011). *Índice de Prosperidade Legatum (IPL) do Instituto Legatum*, s.l., s.e.
[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/1/%C3%8Dndice-de-Prosperidade-Legatum-\(IPL\)-do-Instituto-Legatum-264/](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/1/%C3%8Dndice-de-Prosperidade-Legatum-(IPL)-do-Instituto-Legatum-264/)
- Dijkstra, Lewis et al. (2011). “A New Regional Competitiveness Index: Theory, Methods and Findings”, *Working Paper nº 02/2011*
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/work/2011_02_competitiveness.pdf
- DINIZ, Francisco; SEQUEIRA, Teresa. (s/d). *Especialização produtiva e desenvolvimento regional no espaço português ao nível de NUTS III*
www.jcyl.es/.../G10_44_Especializacao%20productiva%20e%20desenvolvimento%20regional.pdf?
- DINIZ, Francisco; SEQUEIRA, Teresa (2008). “Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento económico e social (IDSE) dos Concelhos de Portugal Continental”, *Interações (Campo Grande)*, vol. 9, nº 1, Campo Grande Jan./Jun.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122008000100003
- FERNANDES, Ricardo (2010). *Geografia das actividades económicas (Aula Prática nº 4)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra / Departamento de Geografia
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q>
- FONSECA, Aline Mary e tal. (s/d). Os indicadores do desenvolvimento sustentável para a formulação de políticas públicas na visão do estado, sociedade civil e empresas privadas: complementares ou antagónicos?

http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/iiseminario/pdf_indicadores/indicadores_01.pdf

FONSECA, Paulo Lucas (2002). “Índices de Desenvolvimento Concelhio”, *Revista de Estatística*, 2º quadrimestre.

<http://poolman.no.sapo.pt/desenvolvimento.pdf>

FUNDAÇÃO Mo IBRAHIM (s/d). *O Índice Ibrahim*, s.l., s.e.

<http://www.moibrahimfoundation.org/pt/section/the-ibrahim-indexindex>

<http://www.moibrahimfoundation.org/pt/section/the-ibrahim-index/methodology>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009). *Estudo sobre o poder de compra concelhio 2007*, Lisboa, INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2009). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – 2006*, Lisboa, INE

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=69544232&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

LEMONS, José de Jesus Sousa & NUNES, Edson Luiz Lima (s/d). *Mapa da Exclusão Social num país Assimétrico Brasil*, s.l., s.e.

Disponível em: www.fenecon.org.br/Mapa_da_Exclusão_Social.pdf

LEMONS, José de Jesus Souza (2003). *Pobreza e Exclusão Social no Brasil Em 2003*, s.l., s.e.

Disponível em: www.sober.org.br/palestra/2/1102.pdf

MANSO, José R. Pires; SIMÕES, Nuno Miguel (2009). *Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-Estar dos Municípios do Continente Português*. Castelo Branco: Universidade da Beira Interior (Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social)

<http://www.dge.ubi.pt/pmanso/Estudo%20sobre%20qualidade%20de%20vida%20dos%20concelhos%20portugueses%202009.pdf>

MARKTEST CONSULTING. (2009). *Sales Index 2009*, Lisboa: Markttest

PARENTE, Cristina (2008). “Estrutura empresarial: perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra”, in GONÇALVES, Carlos Manuel. *A Região Norte de Portugal – Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6610.pdf>

PINHEIRO, Luísa (2008). “Principais transformações nas condições e na qualidade de vida na Região Norte” in GONÇALVES, Carlos Manuel. *A Região Norte de Portugal – Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6612.pdf>

PINTO, J. Vicente (2008). *Isto é África: conheça o Ibrahim Index da governação ao Sul do Sara*, s.el., s.e.

http://www.favelaocidental.com/documents/IstoeafrikaConhecaoIbrahimIndexStc3.swf?POPUP_ENABLED=true

PNUD Brasil (2010), *Novo indicador do PNUD retrata vivências no trabalho, na educação e na saúde*, Brasília, PNUD Brasil
<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=3537&lay=cid>

POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo (Organizadores) (2007). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Cortez

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatórios de Desenvolvimento Humano*, PNUD)
<http://www.pnud.org.br/rdh/>

PROJETO MILÊNIO. (s/d). IEF - *Índice Estado do Futuro*
http://www.pucsp.br/~nef/projetos/projeto_millenium.htm

RIBEIRO, J. Cadima. (2009). *Estatísticas do Território: índice de poder de compra concelhio*
<http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2009/12/estatisticas-do-territorio-indice-de.html>

RODRIGUES, Alexandre Reis (2007). Artigos diversos, *Jornal Defesa e Relações Internacionais*, s/ nº
http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=486

SEPÚLVEDA, Sérgio (2005). *Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local*, Brasília, IICA
http://books.google.com.br/books?id=CELDVeH8Q5YC&pg=PA4-IA4&dq=sustentavel+cidade&lr=&as_brr=1&ei=Y_5JSK_xJYHsiQGIsoljIDQ&sig=T1GgdGm-tr_zKRk_z6dsyguVPJw#v=onepage&q&f=false

SILVA, Rita; LOPES, Alexandra Ferreira. (2012). “A Regional Human Development Index for Portugal”, *CEFAGE-UE Working Paper 2012/05*
STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, e Jean-Paul (). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*,

UMBELINO, Glauco José de Matos. (2007). “Aplicação do Índice de Qualidade de Vida Humana (IQVH) nas regiões metropolitanas do Brasil”, *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, vol. 24, nº 2, p. 339-340, jul./dez.
<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/10.pdf>

UNIÃO EUROPEIA. (2010). *Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *Human Development Reports*, s.l., s.e.
<http://hdr.undp.org/en/reports/>

WAQUIL, Paulo Dabdab (s/d). *Avaliação de desenvolvimento territorial em Quatro territórios rurais no Brasil*, s.l., s.e.
<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/508.pdf>

Conceitos e Metodologias: Medidas de Especialização Regional
www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...107015

Significado de Vulnerabilidade Social / Índice de Vulnerabilidade Social
<http://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/>

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Procede-se neste ponto a um recenseamento dos vários protagonistas que, aos vários níveis geográficos, anteriormente referidos, contribuem com a totalidade ou grande parte da sua actividade para processos de desenvolvimento.

Ao nível transcontinental estes organismos e actores são constituídos por iniciativa de Estados (caso da ONU e respectivos órgãos: PNUD; CNUCED) ou da OCDE.

A nível global também os Grupos (ou blocos) *n*, os designados *G_n* (5, 8, 20), tal como segue O G5 são os 5 países que têm assento permanente do Conselho de Segurança da ONU (China, Rússia, EUA, Inglaterra e França).

O G8 é um grupo político-económico, no qual se incluem os 7 países mais ricos do Mundo (EUA, Alemanha, Itália, França, Canadá,... e Reino Unido), mais a Rússia, que ingressou, devido em parte ao seu poder atómico-nuclear.

Já o G-20, é um grupo político-económico que visa lutar pelos interesses dos países em desenvolvimento, e apresenta uma ampla e equilibrada representação geográfica, sendo actualmente integrado por 21 Membros: 5 da África (África do Sul, Egipto, Nigéria, Tanzânia e Zimbabué), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 10 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

Ao nível continental há também organismos e actores constituídos por iniciativa de Estados (caso da própria União Europeia, do Banco Europeu de Investimento, ASEAN, MERCOSUR, NAFTA⁴⁰, SADC⁴¹).

Verifica-se também a existência de organismos com vocação internacional, fundados por entidades privadas sem fins lucrativos, assumindo com alguma frequência o estatuto de Fundações (Terre des Hommes), ou são ainda constituídas por Fundos Público-Privados (p.e.:

⁴⁰ Do qual fazem parte os Estados Unidos da América, o México e o Canadá.

⁴¹ Constituída pela África do Sul, Botswana, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, Zimbabue e Madagáscar.

Fundo Internacional para Mulheres e Crianças Refugiadas que resulta duma parceria entre o Departamento de Estado dos EUA e o sector privado)⁴².

A nível nacional os organismos e actores que se incluem neste âmbito podem ser agrupados nos três sectores: público (1º sector), empresarial (2º sector) e sem fins lucrativos (3º sector).

No sector público (1º sector), o Estado através dos seus órgãos Assembleia da República, Governo (Ministérios, Secretarias de Estado, Direcções Gerais, organismos regionais e locais da Administração Central)⁴³. Neste âmbito incluem-se ainda os órgãos de governo regional, sub-regional e local. As funções deste sector são segundo S. Ferro (2008), as seguintes:

- ✓ Políticas (promove a paz social, gerindo a administração pública, aplicando os recursos na satisfação das necessidades colectivas);
- ✓ Sociais (promove a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população);
- ✓ Económicas (pretende-se que estabilize a economia e garanta o seu bom funcionamento, promova o crescimento e desenvolvimento económico).

No que se refere ao sector empresarial (2º sector), o Mercado, que funciona na lógica da oferta e da procura, há a salientar as empresas (Micro, Pequenas, Médias e Grandes), que operam na indústria, nos serviços e na agricultura (articuladas com estas há a referir as Associações Empresariais, que na generalidade não perseguem fins lucrativos).

Relativamente ao sector sem fins lucrativos (3º sector), que ocupa o espaço aberto com a crise do Estado no seu papel de, através da política fiscal e das políticas sociais, promover intermediações não mercantis entre cidadãos, baseia a sua actuação na satisfação de necessidades, geralmente dos mais carenciados, através da auto-organização dos próprios interessados ou da mobilização dos/as cidadãos/ãs, numa perspectiva associativa e solidária, engloba as organizações do terceiro sector (OTS), Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As organizações agrupam-se em quatro grandes famílias: i) Cooperativas, ii) Mutualidades, iii) Associações e iv) Fundações de solidariedade social, ou, ainda de acordo com uma outra classificação, as famílias são as seguintes: i) Associações de Desenvolvimento Local, ii) Instituições Particulares de Solidariedade Social, iii) Cooperativas, iv) Associações Mutualistas, v) Fundações, vi) Movimento Associativo Popular e outras entidades sem fins lucrativos.⁴⁴

⁴² Ver: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1107/ijpp/ijpp1107.pdf>

⁴³ A propósito há autores (nomeadamente Hernâni Lopes) que chamam a atenção para o papel das elites defendendo que “O papel das elites não é governar-se nem, sequer orientar os assuntos do Estado em tempo de vida corrente e banal; é acima de tudo, saber compreender as mudanças do processo histórico e ter capacidade de conceber e concretizar as novas soluções que a História tende, discretamente, a exigir” Expresso, nº 2012, de 21/05/2001.

⁴⁴ Fonte: http://q3.org.pt/web/downloads/13.3_Boletim_Q3_3.pdf (Boletim Informativo Qualificar o 3º Sector, nº 3, Dezembro/2006).

Relacionados com este sector surgem os conceitos de Economia Social e Economia Solidária. Mais especificamente quando se aborda o contexto a intervenção, ao nível de operadores de desenvolvimento, E. Bernardo (2009), com base em J. Milando (2005) refere que há 5 grupos específicos dos quais destaca os dois seguintes: os “Operacionais da Indução Estratégica/Dissonante” (OPED), e os “Teórico-Operacionais da Indução Apriorística/Transcendental” (TOIAT).

Neste âmbito, uma das questões relevantes que se pode colocar, consiste no relacionamento entre alguns desses autores, em termos de inputs e outputs, tendo em atenção as expectativas e os interesses

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Sara Simone Boavida Carvalho Simões (1999). *GLOBALIZAÇÃO: Que Futuro para o Estado?*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão
<http://ssimone.no.sapo.pt/GPE.pdf>

BERNARDO, Edgar Alexandre da Cunha. (2009). *Discursos, estratégias e (in)consequências: o caso Esmabama* (Tese de Mestrado), Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – IUL
<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2513/1/TeseEdgarBernardo.pdf>

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. (2000). “Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 103-136
http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

ESTEVIÃO, João A. Ramos (1999). *O Estado e o Desenvolvimento Económico (elementos para uma orientação da leitura)*, Lisboa, (CEsA - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG/UTL - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa)
www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/estado.doc

FERRO, Diana Sofia (2008). Estado e o seu Papel na Economia e na Sociedade
<http://www.notapositiva.com/resumos/economia/11estado.htm#vermais>

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho (2002), “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular”, *Bahia Análise e Dados*, vol. 12, nº 01, pp. 09-19
<http://wiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>

LECHAT, Nöelle Marie Paule (2002), “Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata?”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Junho, Ano/vol. 2, nº 001, pp. 123-140
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/742/74220108.pdf>

LEIRIÃO, José (2004), “A economia social”, *Solidariedade*, Maio/04
<http://www.solidariedade.pt/sartigo/index.php?x=40>

OCDE. (2006). *L'évaluation environnementale stratégique. Guide de Bonnes Pratiques dans le Domaine de la Coopération pour le Développement*, Paris, OCDE.

<http://www.oecd.org/dataoecd/4/20/37354750.pdf>

PEREIRA, Margarida (2009). “Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)”, *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16
http://www.dpp.pt/pages/files/Desafios_Contemporaneos.pdf

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional (2008). *Perspectivas para o século XXI: tendências socioeconómicas e científico-tecnológicas*, Brasília, SESI/DN
www.sesi.org.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId

eJournal USA, Volume 12, Número 11 (Repensando a Ajuda Internacional)
<http://www.america.gov/media/pdf/ejs/1107eipo.pdf>

Fundação Terre des Hommes Schweiz
http://www.terredeshommes.ch/spezial/auto_retrato/

Fortalecimento do papel das Organizações Não-Governamentais: Parceiros para um Desenvolvimento Sustentável
<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/agenda21/aq27.htm>

Fundo Internacional para Mulheres e Crianças Refugiadas
<http://www.state.gov/g/prm/hth/index.htm>

G20 maiores economias
http://pt.wikipedia.org/wiki/G20_maiores_economias

G8
<http://pt.wikipedia.org/wiki/G8>

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)
<http://www.gtz.de/en/>

Instituições Internacionais
<http://www.ibjc.pt/teste/index.php/favoritos/41-instituicoes-internacionais.html>

Organismos Internacionais
http://www.solbrilhando.com.br/Economia/Organismos_Int.htm
<http://pt.reingex.com/Organizacoes-Internacionais.asp>
<http://www.mercosur.int/show?contentid=228&channel=secretaria>

Organizações Internacionais
http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Organiza%C3%A7%C3%B5es_internacionais



**CORRENTES DE
PENSAMENTO /
FILOSOFIAS
POLÍTICAS /
RELIGIÃO**

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Ao nível dos Estados-Nação, as opções estruturantes que os órgãos de governo adoptam enquanto dirigem os destinos do território sobre que exercem soberania, baseadas no ideário porque se regem, influenciam os contornos do processo de desenvolvimento do território, modelando algumas condições que influenciam o dia-a-dia dos cidadãos.

Há autores que referem os seguintes tipologias de opções: Marxismo-Leninismo; Liberalismo Social; Comunitarismo; Socialismo; Social-Democracia e, Neoliberalismo.

Por sua vez Maria João Cabrita e Roberto Merrill (s/d), assinalam os seguintes grandes paradigmas teóricos do pensamento político contemporâneo: Utilitarismo, Liberalismo igualitário, Libertarismo, Comunitarismo, Republicanismo e Democracia deliberativa.

No tema sobre Ciência política, da Wikipédia⁴⁵, são referidas as ideologias seguintes: Anarquismo; Comunismo; Fascismo; Nazismo; Neonazismo; Sionismo; Liberalismo; Populismo; Esquerdismo; Socialdemocracia; Socialismo; Trabalhismo; Estadismo; Ultr nacionalismo; Democracia Cristã; Direita; Esquerda.

Estes tipos de posicionamento dão resumidamente origem a um espectro político que engloba as três seguintes famílias ideológicas: esquerda, centro e direita.

À família ideológica de esquerda encontram-se associadas correntes políticas tais como socialismo e social-democracia. O Centro-esquerda, a designada "Terceira Via", o centro-direita e as suas variantes, são considerados de centro. O liberalismo, o neoliberalismo, o conservadorismo e Libertarianismo são associados à direita.

Numa abordagem simples poderá dizer-se que a esquerda se identifica com a resolução de determinados problemas sociais via forte actuação do Estado e políticas indutoras de

⁴⁵ Ver em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%Aancia_pol%C3%ADtica

transformação. Pelo contrário, a direita, confia mais nas forças de mercado para que essa correção tenha lugar⁴⁶.

A esquerda defende que o Estado é um instrumento útil e mesmo necessário para a correção das mazelas sociais criadas pelo capitalismo, a começar pela desigualdade distributiva e pela existência de “desequilíbrios de mercado”, que importa corrigir pela via do planeamento e da intervenção social. A direita é mais propensa a acreditar nas soluções de mercado, como o meio mais justo, e inerentemente mais racional e eficiente, para redistribuir ganhos derivados do esforço individual.

A direita prefere as liberdades individuais e a liberdade de iniciativa, com retenção de ganhos para o detentor dos “meios de produção”, ao passo que a esquerda privilegia a redistribuição da “riqueza social”.

No plano político, a esquerda defende “mecanismos de controlo social, implementando mecanismos de democracia direta e participação popular”, enquanto a direita prefere apenas a “democracia pura” (que a esquerda apelida de “formal” ou “burguesa”, pretendendo, então, dar-lhe conteúdo social ou económico).

Mas também a corrente religiosa dominante é por alguns autores associada ao desenvolvimento nacional, associação essa relativizada por P. Almeida (2010) para quem Não existe um padrão universal e uma correlação unívoca – ou seja, de causa a efeito, numa só direção – entre religião e prosperidade, ou entre religião e nível de vida de um povo, pois as situações são as mais diversas possíveis e têm mais a ver com a formação histórica e cultural de um povo do que propriamente com o seu nível de vida.

Já N. Souza (2007) afirma que “O desenvolvimento económico dos países da Europa e América, nunca foi igual em todos os períodos da história, pois cada religião possui sua doutrina, sua ética e moral e conseqüentemente influencia o modo de vida das pessoas e sua relação com o dinheiro”. A este respeito é conhecida a posição assumida por Max Weber, para quem “a ética protestante foi responsável pelo espírito capitalista existente e os países de doutrina protestante apresentaram prosperidade muito maior que os católicos; estes últimos por sua vez, rejeitam a tese de Max Weber e a doutrina calvinista da justificação, na qual o homem é salvo pela fé e não pelas obras, ao mesmo tempo em que o homem é predestinado à salvação ou à perdição”. Relembra N. Souza que os calvinistas defendem que um dos sinais da predestinação à salvação é a prosperidade económica e a riqueza pessoal, enquanto para o catolicismo a riqueza é celestial e o enriquecimento pessoal sem um fim social é condenável. Acrescenta ainda o autor que um teste matemático e outro econométrico foram feitos para testar a hipótese se os países protestantes ainda apresentam tendência de maior

⁴⁶ Este parágrafo e os três que se lhe seguem foram adaptados de P. Almeida (2006).

desenvolvimento econômico que os católicos tendo-se verificado que para os 20 primeiros países do ranking do IDH da ONU para Europa e América, as diferenças religiosas aparecem nas diferentes rendas per capita. Os resultados dos testes referidos mostram que “o grupo de países católicos apresentou renda per capita inferior ao grupo de influência religiosa mista, e o grupo de protestantes apresentou renda *per capita* superior aos outros dois grupos. A regressão tendo a renda *per capita* como variável dependente e os percentuais religiosos de cada país como variáveis explicativas, apresentaram tendências de que os países protestantes apresentam renda *per capita* maior e os católicos apresentam renda *per capita* menor (N.Souza, 2007).

Com base no enquadramento explicitado nos parágrafos anteriores, as atitudes que são geradas na dinâmica da vida social e que, de alguma forma estão articuladas com as correntes políticas e religiosas acima referidas, influenciando em maior ou menor grau os processos de desenvolvimento são nomeadamente as seguintes: Clientelismo; Chauvinismo; Colectivismo; Colonialismo; Conservadorismo; Elitismo; Imperialismo; Neo-imperialismo; Intervencionismo; Isolacionismo; Nacionalismo; Oposicionismo; Pacifismo; Radicalismo; Sectarismo; Separatismo; Secularismo; Tradicionalismo; Pluri-Bi-Unipartidarismo; Abstenção; Amnistia; Desobediência civil; Dissidência; Resistência; Subversão; Clandestinidade; Multiculturalismo; Terrorismo.⁴⁷

Estas opções adoptadas a nível nacional repercutem-se na orientação imprimida em organizações internacionais, nomeadamente ONU, União Europeia, etc.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto (2006). “Esquerda versus direita: de volta a um velho debate...”, *Revista Espaço Académico*, nº 59

ALMEIDA, Paulo Roberto (2010). “Religiao e desenvolvimento: um questionario e minhas respostas”, *Diplomatizando*

<http://diplomattizando.blogspot.com/2010/10/religiao-e-desenvolvimento-um.html>

CABRITA, Maria João; MERRILL, Roberto. (s/d). *Tendências do Pensamento Político Contemporâneo*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa

<http://verao.fcsh.unl.pt/cursos/tendencias-do-pensamento-politico-contemporaneo>

CARDIM, Carlos Henrique. (1997). (organizador). *A social-democracia*. Rio de Janeiro: UGF; Londrina: Instituto de Humanidades, 5 volumes.

⁴⁷ Ver mais detalhes em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofia_pol%C3%ADtica

FREIRE, André (2006). *Esquerda e direita na política europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R.(2003). “As três versões do Neo-Institucionalismo”, Lua Nova, nº 58

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

KEPEL, Gilles. (2000). *Jihad – Expansion et déclin de l’Islamisme*. Paris: Gallimard.

MOREIRA, Adriano, (1979). *Ciência Política*. Lisboa, Livraria Bertrand

PAIM, Antônio (1994) (organizador). *Pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 13 volumes.

PAIM, Antônio et al. (1999). *As grandes obras da política em seu contexto histórico*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura.

RAJAN, Raghuram. (2012). “A desigualdade inibe o crescimento?”, *Expresso Economia*, nº 2073, de21/07, p. 26

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. (1988) *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. (1999). *Keynes – Doutrina e crítica*. São Paulo: Massao Ohno.

SLOM, Hans. (2000). *European Politics Into the Twenty-First Century: Integration and Division*, s.l., s.e.

SOUZA, Nilson Levi Zalewski de (2007). *Religião e Desenvolvimento: Uma análise da influência do Catolicismo e Protestantismo no Desenvolvimento Econômico da Europa e América*, Porto Alegre, Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=484

TOUCHARD, Jean (s/d). *História das Ideias Políticas*. 7 vols., Mem Martins, Publicações Europa-América



QUADROS
NORMATIVOS /
TEXTOS
INTERNACIONAIS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

São os textos de referência que norteiam a actuação dos organismos e actores na sua actuação a favor do desenvolvimento, podendo assumir a forma de: Códigos de Conduta, Convenções, Declarações, Estatutos, Pactos, Protocolos Facultativos / Protocolos Opcionais, Princípios Básicos, Princípios Orientadores, Tratados, Regras Gerais, Regras Mínimas.

Esses textos podem ser agrupados de acordo com o objecto sobre que incidem, nomeadamente: Direitos Humanos; Direitos da Mulher; Direitos da Criança; Escravatura; Emprego; Direito dos Refugiados; Direito Internacional Humanitário; Direitos Humanos na Administração da Justiça; Jovens Delinquentes; Liberdade de Associação; Pena de Morte; Prevenção da Discriminação; Prevenção e Punição da Tortura (e outras graves violações de direitos humanos); Protecção da Vítima; Trabalhos Forçados e Práticas Similares; Tratamento dos Delinquentes.

Recentemente foi adoptada a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.⁴⁸

De entre os mais frquentes citados há a referir os seguintes:

- ✓ Agenda 21 Global
- ✓ Declaração do Milénio

Neste ponto podem ser também considerados documentos emitidos por órgãos da União Europeia, como por exemplo algumas Resoluções do Parlamento Europeu. De entre essas cite-se a título de exemplo as seguintes: i) Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Março de 2009, sobre melhores práticas no domínio da política regional e entraves à utilização dos Fundos Estruturais e, ii) Resolução do Parlamento Europeu, de 24 Março de 2009, sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e o estado do debate sobre a futura reforma da política de coesão.

Um dos textos que poderá ser considerado como também importante neste âmbito é a Carta de Ordenamento do Território, aprovada pelo Conselho da Europa (1988), que define o

⁴⁸ Adoptada pela Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 04 de Dezembro de 1986.

conceito de Ordenamento do Território como “a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. (...)”

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. (1986). *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*.

http://www.cedin.com.br/050trata_pdf/pdf_tratados7/Declara%E7%E3o%20sobre%20o%20Direito%20ao%20Desenvolvimento.pdf

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992). *Agenda 21*. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal.

CONSELHO DA EUROPA (1984). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa, DGOT-SEALOT-MPAT

PARLAMENTO EUROPEU (2010). “Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e debate sobre a futura reforma da política de coesão Resolução do Parlamento Europeu, de 24 Março de 2009, sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e o estado do debate sobre a futura reforma da política de coesão” (2008/2174(INI)) - *JO Oficial* série C 117 de 6 de Maio de 2010

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117E:0065:0072:PT:PDF>

PARLAMENTO EUROPEU (2010). “Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Março de 2009, sobre melhores práticas no domínio da política regional e entraves à utilização dos Fundos Estruturais (2008/2061(INI))”, *JO Oficial* série C 117 de 6 de Maio de 2010

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117E:0038:0046:PT:PDF>

UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE. (2001). *United Nations Millennium Declaration*. DPI/2163 - Portuguese. Lisboa: UNIC

<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Descreve-se neste ponto, também aos diversos níveis geográficos de análise, os Planos, Programas e Projectos ou instrumentos afins, através dos quais um ou mais actores se propõem contribuir para um processo de desenvolvimento.

São geralmente textos com uma periodicidade definida (entre por exemplo 2 a 10 ou mais anos), apresentam mais do que intenções, acolhendo objectivos operacionais ou metas e aos quais quase sempre se encontra afecto um orçamento.

Aos níveis nacional, regional e local os instrumentos referidos são os que decorrem em Portugal.

A nível global

Plano de Implementação de Joanesburgo da Agenda 21

Trabalho desenvolvido pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Através da integração, a todos os níveis, das componentes económica, ambiental e social, visa atingir o desenvolvimento Sustentável, o que é facilitado através do diálogo global contínuo e desenvolvimento de acções em parceria, focalizadas em áreas chave do Desenvolvimento Sustentável.

Lista de indicadores de desenvolvimento sustentável (terceira versão)

A qual contém 96 indicadores, incluindo um sub conjunto de 50 e foi finalizada em 2006 pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas.⁴⁹

Objectivos do Milénio (ODM)⁵⁰

Adoptados na Declaração do Milénio, aprovada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual veio lançar um processo decisivo da cooperação global no século XXI. Nesta Assembleia foi dado um enorme impulso às questões

49 Estes instrumentos são acompanhados pelo Programa de Ambiente das Nações Unidas - "*Ambiente para o desenvolvimento*" que inclui as seguintes seis prioridades: i) Alterações Climáticas (Climate Change); ii) Desastres e Conflitos (Disasters and Conflicts); iii) Gestão dos Ecossistemas (Ecosystem Management); iv) Governança Ambiental (Environmental Governance); v) Substâncias Nocivas (Harmful Substances); vi) Eficiência de Recursos (Resources Efficiency), vii) Outras áreas temáticas. Para consulta destes documentos ver: <http://desenvolvimentosustentavel.apambiente.pt/estategianacoesunidas/Paginas/default.aspx>

⁵⁰ Ver mais detalhes em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr03_por_chapter_1.pdf

do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio, e com a aprovação dos já referidos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG) pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos, nomeadamente, que são os seguintes oito:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

A nível da União Europeia

Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)⁵¹

Este quadro de orientação política tem como objectivo definir à escala da União Europeia objectivos políticos e princípios gerais de desenvolvimento espacial tendo em vista assegurar um desenvolvimento sustentável equilibrado do território europeu e respeitador da sua diversidade.

O EDEC compõe-se de 2 partes: i) Contribuição da política de desenvolvimento espacial enquanto nova dimensão da política europeia e ii) Tendências, perspectivas e desafios do território da União. Este instrumento baseia-se na ideia de que o crescimento económico e a convergência de determinados indicadores económicos não bastam para atingir o objectivo de coesão económica e social. Uma intervenção concertada em matéria de desenvolvimento espacial é, portanto, desejável a fim de corrigir as disparidades registadas.

Aborda quatro domínios importantes que interagem e exercem pressões importantes sobre o desenvolvimento espacial da União Europeia: i) Evolução das zonas urbanas, ii) Evolução das zonas rurais, iii) Transportes e iv) Património natural e cultural. Objectivos políticos e opções para o território europeu são os que seguidamente referidos: i) Desenvolvimento espacial policêntrico e nova relação cidade/campo, ii) Acesso equivalente às infra-estruturas e ao saber, e, iii) Gestão prudente da natureza e do património cultural.

A Estratégia Revista de Desenvolvimento Sustentável da UE (EDSUE)⁵²

Foi adoptada no Conselho Europeu de Junho de 2006. É uma estratégia enquadradora de todas as políticas comunitárias que estabelece como fazer face às necessidades das

⁵¹ Retirado de: http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/management/g24401_pt.htm (Síntese da legislação da U.E.)

⁵² O texto pode ser consultado no site seguinte: http://ec.europa.eu/sustainable/docs/renewed_eu_sds_pt.pdf

presentes gerações, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de fazerem face às suas próprias necessidades. A EDSUE integra as vertentes económica, ambiental e social e, define os sete seguintes desafios chave: i) Alterações Climáticas e Energia limpa; ii) Transportes Sustentáveis; iii) Produção e Consumo Sustentáveis; iv) Conservação e Gestão dos Recursos Naturais; v) Saúde Pública; vi) Inclusão Social, Demografia e Migração, e, vii) Pobreza global.

Estratégia UE 2020

A qual se baseia em "três áreas prioritárias interdependentes": i) um crescimento inteligente (desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação), ii) um crescimento sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva)⁵³ e, iii) um crescimento inclusivo (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial). Os progressos para alcançar estes objetivos serão avaliados em função de cinco objetivos representativos a nível da União Europeia (UE), que os Estados-Membros deverão traduzir em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida.

De entre os objetivos quantificáveis apresentados, é assumido o compromisso de elevar a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos, de 69 por cento para pelo menos 75 por cento e, aumentar os investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) dos actuais 1,9 por cento do produto interno bruto (PIB) para três por cento.

Alguns dos objetivos constituem legados da Estratégia de Lisboa, enquanto outros foram já formalmente adoptados pelos 27, como o compromisso de diminuir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 por cento até 2020, bem como aumentar a parte das energias renováveis em 20 por cento até à mesma data, tudo isto no quadro de combate às alterações climáticas.

Um outro objetivo prevê que a taxa de abandono escolar deverá ser inferior a 10 por cento e que, pelo menos 40 por cento da geração mais jovem deverá dispor de um diploma do ensino superior até 2020.

Finalmente, Bruxelas quer diminuir em 20 milhões o número de pessoas sujeitas actualmente ao risco de pobreza.

A Estratégia 2020 foi antecedida da Estratégia de Lisboa, adoptada em Março de 2000 no Conselho Europeu de Lisboa e cujo objectivo estratégico consistia em “tornar a UE no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de

⁵³ O que contempla a questão dos empregos verdes, os quais se caracterizam por: i) Reduzir o consumo de energia e de matérias-primas (desmaterializar economias) ii) Evitar emissões de gases a efeito estufa (descarbonizar economias), iii) Minimizar a geração de lixo e poluição e, iv) Proteger e restaurar ecossistemas e serviços ambientais. Fonte:

http://www.oitbrasil.org.br/topic/green_job/doc/apresentacao_peter_20_agosto_09_15.pdf

garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”.

Ainda ao nível da União Europeia refira-se que são periodicamente lançados os designados Programas de Iniciativa Comunitária (PIC). Entre esses Programas contam-se no ciclo 2007-2013 os seguintes:

- ✓ INTERREG
- ✓ PROGRESS

Ao nível nacional

Geralmente em todos os países são lançados periodicamente instrumentos de intervenção com a finalidade de consolidar ou dinamizar o processo de desenvolvimento. Em Portugal alguns desses instrumentos são os seguintes:

- ✓ Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)
- ✓ Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2008-2010)
- ✓ Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- ✓ Plano Tecnológico (PT 2007-2013)
- ✓ III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (PNI 2007-2010)
- ✓ Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD 2007-2010)
- ✓ Plano Nacional de Saúde (PNS)
- ✓ Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013)
- ✓ Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE 2005-2008)
- ✓ Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI 2006-2009)
- ✓ Plano Nacional de Emprego (PNE 2005-2008)

Ao nível regional

- ✓ Programa Operacional (PO 2007-2013)
- ✓ Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT)
- ✓ Planos Estratégicos Regionais

Ao nível sub-regional

- ✓ Plano Integrado de Desenvolvimento Distrital (PIDD)
- ✓ Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIMOT)
- ✓ Planos Estratégicos sub-Regionais

Ao nível local

- ✓ Plano Director Municipal
- ✓ Plano Estratégico Municipal
- ✓ Plano de Desenvolvimento Social

✓ Agenda 21 Local

Para além destes tem decorrido ou decorre ao nível micro (concelho e freguesia) ao abrigo de vários dos correspondentes Programas, a concretização de projectos plurianuais (Escolhas, PROGRIDE, Contratos Locais de Desenvolvimento Social/CLDS).

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO EUROPEIA. (2009). *Estratégia “UE 2020”* (Doc. COM (2009) 647 final de 24.11.2009).

CONSELHO EUROPEU. (2010). *Conclusões do Conselho Europeu de 17 de Junho de 2010* (Anexo I - Nova Estratégia Europeia para o Emprego e o Crescimento Grandes Objectivos da UE / Estratégia 2020), Bruxelas, Secretariado-Geral do Conselho
http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=5695

FERRÃO, João. (2004): «A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: re-imaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial?». *Revista EURE*, Santiago de Chile, vol. XXIX, 89: pp. 43-61 (Apresenta o EDEC e o ESPON)
<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/196/19608903.pdf>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2010). *Futuro da Estratégia de Lisboa-Estratégia “UE2020” Contributo de Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Energia e Inovação - Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico
http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/8188143F-0868-483E-B585-3ED725448595/4014/UE2020_Contributo_PT_Jan2010_pt.pdf

OCDE. (2006). *L'évaluation environnementale stratégique. Guide de Bonnes Pratiques dans le Domaine de la Coopération pour le Développement*, Paris, OCDE.
<http://www.oecd.org/dataoecd/4/20/37354750.pdf>

PNUMA, OIE, OIT, CIS (2008). *Empregos Verdes: Trabalho Decente em um Mundo Sustentável e com Baixas Emissões de Carbono*, Brasília, Escritório da OIT no Brasil
<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=406>

Agenda 21 Global - O que é a Agenda 21 Global?

<http://responsabilidade.files.wordpress.com/2009/08/agenda21.pdf>

<http://ecoflash.tripod.com/id20.html>

<http://www.agenda21empresarial.com.br/arquivo/1260080709.625-arquivo.pdf>

ENDS 2015

<http://desenvolvimentosustentavel.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

Estratégia UE 2020

<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000043315/documento/0001/>

http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/eu2020_pt.pdf

Objectivos do Milénio

<http://www.objectivo2015.org/>

http://hdr.undp.org/en/media/hdr03_por_chapter_1.pdf

Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género III (2007-2010)

<http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Outros%20Documentos/pni.pdf>

Plano Nacional contra a Violência Doméstica III (PNVD 2007-2010)

http://195.23.38.178/cig/portal/bo/documentos/Apres_III_PNCVD.pdf

Plano Nacional de Saúde (PNS 2004 – 2010)

http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/vol1_04.html

Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2008 – 2010)

http://www.cnrsi.pt/preview_documentos.asp?r=397&m=PDF

Plano Director Municipal

<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=D2FEB584-A9A2-4B07-98C6-441586DE9683&listaUltimos=1>

CONCEITOS ESPECÍFICOS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

O conceito de desenvolvimento é com frequência aplicado a realidades e situações concretas, aparecendo assim com frequência adjectivado, de que são exemplo os seguintes conceitos específicos: i) Desenvolvimento Sustentado / Sustentável / Durável; ii) Desenvolvimento Humano; iii) Desenvolvimento Social.

Com alguma frequência deparamo-nos também com os seguintes: i) Desenvolvimento Local; ii) Desenvolvimento Endógeno; iii) Desenvolvimento Rural; iv) Desenvolvimento Comunitário; v) Desenvolvimento Integrado, vi) Desenvolvimento Económico, vii) Desenvolvimento Económico Local; viii) Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)⁵⁴, ix) Desenvolvimento Regional⁵⁵, e x) Desenvolvimento Rural Sustentável⁵⁶. Complementarmente Donaire (1999) refere quatro correntes (de carácter económico), com diferentes características, associadas ao meio ambiente: os ecodesenvolvimentistas; os pigouvianos; os neoclássicos e os economistas ecológicos.

Conforme referido numa publicação do CES (1996, p. 21), “O desenvolvimento local pode ser definido, do ponto de vista económico, como um processo de mudança e de enriquecimento das estruturas económicas num território homogéneo graças aos aspectos culturais, sociais e económicos. E também como a utilização, para efeitos de desenvolvimento, de todos os recursos que, de outro modo e do exterior, não teriam sido identificados”.

Por sua vez V. Reis (2000), no ponto “Abordagens alternativas do desenvolvimento” refere como conceitos recenseados neste âmbito os que constam seguidamente: Desenvolvimento comunitário; Necessidades básicas (*basic needs*); Desenvolvimento sustentável; “Village Concept”; Outro desenvolvimento; Desenvolvimento a partir de baixo (*from below*); Desenvolvimento centrado nas pessoas (*People center development*); Desenvolvimento participativo, e, Desenvolvimento local ou endógeno (e a propósito refere num outro ponto conceito de Desenvolvimento Humano).

O autor refere ainda que “os pontos de contacto em que se apoiam as correntes alternativas de desenvolvimento são os seguintes seis: multidimensionalidade; realização das capacidades dos cidadãos; participação dos cidadãos; sustentabilidade; recusa da uniformidade; e uma nova geografia do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Francisco (1998). *Desenvolvimento económico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*, Fortaleza: BNB

http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Desenvolvimento%20Economico%20Local%20e%20Distribuicao%20do%20Progresso%20Tecnico%20-%20Uma%20Resposta%20as%20Exigencias%20do%20Ajuste%20Estrutural.PDF

AMARO, Roque (1993), "As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local", *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8, pp.15-22.

⁵⁴ Ver J. L. C. Santos (s/d) e, N. Carvalho et al. (2009)

⁵⁵ Que segundo a APDR (2012), deverá entender-se como “o processo de melhoria da qualidade de vida (desenvolvimento económico) experimentada pelas pessoas residentes em determinado território, tendo presentes as seguintes dimensões: atributos de rendimento, acesso a bens e serviços colectivos, coesão social e estado ambiental”.

⁵⁶ Ver em: <http://www.ipc-undp.org/PagePortb.do?id=194&active=2>

AMARO, Rogério Roque (1998), “O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro”, *A Rede, Edição Especial – dez anos de desenvolvimento local em Portugal*, Associação In Loco

APDR (2012). Livro com casos de Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional. Apelo a contribuições, s.l., APDR

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. (2000). “Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 103-136

http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

BRASIL. (2005). *Diretrizes e metas para o PNRH*, Brasília, Agência Nacional de Águas (on line) Disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/Conjuntura_Macro_Global_Nacional.pdf > (acesso em: 20/01/2012)

CARMO, Hermano (1999), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta

CARVALHO, Nuno et al. (2009). “Novas formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As dinâmicas dos Actores Sociais”, *15º Congresso da APDR (Redes e Desenvolvimento Regional)*, 07-09 de Julho, Cabo Verde.

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%206/226A.pdf>

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (1996). *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, CES

<http://www.ces.pt/file/doc/353/>

DONAIRE, D. (1999). *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas

www.portalga.ea.ufrgs.br/acervo/ds_art_03.doc

FRAGOSO, António (2005). “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências Investigativas”, *Revista Lusófona de Educação*, nº 5, pp. 63-83

FRANCO, Augusto de (2004). *Capital social e desenvolvimento local*, s.l., s.e.

<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>

MILANI, Carlos R. S. (2007). “Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local”, *REDES*, Santa Cruz do Sul, vol. 12, nº.1, pp. 195-224 jan/abr.

<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/105/61>

MORTÁGUA, Camilo, (1998), “Existem ou não Práticas de Desenvolvimento Local no nosso país? ” *A Rede, Edição Especial – dez anos de desenvolvimento local em Portugal*, Associação In Loco, Novembro.

<http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=82>

OLIVEIRA, Dalila Alves de (2008). *Os Municípios e o Desenvolvimento Social Local* (Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento e Inserção Social). Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

OLIVEIRA, Pamela Torres et al. (s/d). *Exploração inicial do desenvolvimento e da governança local de um mercado municipal de tecelagem tradicional*

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9oWotCC5FFYJ:http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo69.pdf%2Bgovernan%C3%A7a+desenvolvimento+local&hl=pt-PT&gbv=2&rlz=1W1AURU_pt-PTPT502&ct=clnk

PECQUEUR, Bernard. (1989). *Le développement local: mode ou modèle?*, Paris, Syros

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho (2004). “O desenvolvimento sustentável (DS): indicadores de sustentabilidade [versão 2]”, *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 92-99, jul./dez.

https://www.unifor.br/images/pdfs/pdfs_notitia/1560.pdf

PNUD (1996-2009), *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, Lisboa / Coimbra, Trinova Editora / Almedina

<http://www.pnud.org.br/rdh/>

REIS, Vítor Manuel Vaia dos (2000). *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

http://adelinotorres.com/teses/Victor%20Reis_Estrat%C3%A9gias%20de%20desenvolvimento%20em%20Cabo%20Verde.pdf

ROSA, Maria Teresa Pires (2002). *Conceptualização do Desenvolvimento Sustentável: A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Planos Municipais do Ambiente* (Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre), Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

http://docentes.esgs.pt/aep/Investigacao_ficheiros%5C_vti_cnf%5CTese_TeresaRosa.pdf

RUIZ DE LEÓN, Carlos Gauna (2008). “Los Adjetivos del Desarrollo”, *DELOS Desarrollo Local Sostenible*, Vol 3, Nº 8

<http://www.eumed.net/rev/delos/08/cgri.pdf>

SANTOS, José Lázaro de Carvalho (s/d). *Planejando o Desenvolvimento Local Sustentável*, s.l., s.e.

http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/artigo_desust.htm

SILVA, Maria Manuela. (1963). "Bases de um processo de Desenvolvimento Comunitário". *Análise Social*, I (4): 538-558

SPITZ, André; PEITER, Gleyse. (2000). *Desenvolvimento Local* (Cadernos da Oficina Social) Rio de Janeiro, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania – Oficina Social

<http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/000085>

SWINBURN, Gwen et al (2006). *Desenvolvimento Económico Local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento económico local e planos de acção*, Bertelsmann Stifund, Gutersloch; Banco Mundial (BIRD), Washington, DC.

http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf

VITTE, Claudete de Castro Silva. (2006). “Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações”, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87.

<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf/>

CONCEITOS RELACIONADOS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

São aqui identificados alguns dos principais conceitos que complementam o conceito genérico de desenvolvimento ou os conceitos específicos. Entre esses conceitos destaca-se neste ponto os seguintes agrupados em três conjuntos como consta abaixo:

Fundamentais (utilização generalizada antes dos primeiros anos 70 do século XX)

- **Competição / Competitividade**
- **Crescimento**
- **Desenvolvimento**
- **Distrito Industrial**
- **Inovação**
- **Planeamento / Plano / Programa / Projecto**
- **Políticas públicas**
- **Progresso**
- **Produtividade**
- **Valor acrescentado**

Complementares (2ª geração – utilização generalizada a partir dos finais dos anos 70 do século XX)

- **Análise contextual**
- **Análise SWOT**
- **Caracterização e diagnóstico**
- **Cooperação**
- **Desenvolvimento Humano**
- **Desenvolvimento local**
- **Desenvolvimento Social**
- **Desenvolvimento sustentável (fraco e forte) / *triple bottom line* (dimensão económica, dimensão social e dimensão ambiental)**
- **Eficácia**
- **Eficiência económica**
- **Eficiência Económica / Equidade Social**

- Equidade social
- Exclusão
- Globalização
- Glocalização
- Identidade cultural
- Inclusão
- Inovação
- Mudança
- Ordenamento do Território
- Parcerias / Partenariado
- Princípio da subsidiariedade
- Sinergias
- Vantagens comparativas
- Vantagens competitivas

Complementares (3ª geração – utilização generalizada a partir de meados dos anos 80 do século XX)

- Agenda 21 Local – AL21
- Ambiente
- Animação territorial
- Arranjo Produtivo Local / Sistema Produtivo Local
- *Benchlearning*
- *Benchmarking*
- Capital humano
- Capital Social (Redes de proximidade (Bonding capital); Redes de Longa Distância (Bridging capital))
- Cenários
- *Cluster* [Distrito industrial italiano; Satélite; Meão e raio; Cluster ancorado no governo / Distritos industriais Mashallianos; Distritos eixo-e-roda (hub-and-spoke); Plataformas industriais satélites, Distritos industriais fundados pelo Estado]
- Coesão económica e social
- Coesão territorial
- Condições de vida
- Conglomerado sinérgico
- Coopetição
- Decrescimento Económico Socialmente Sustentável

- Desafiliação
- Economia solidária
- *Empowerment* e capacitação
- Empreendedorismo
- Estratégia
- Governancia / Governança / Governação
- Igualdade de Oportunidades
- Marketing territorial
- Meio inovador
- Modelo *Middle Out* e paradigmas V e Λ
- Neocontratualismo
- Oportunidades de vida
- Organizações sustentáveis, aprendentes, ágeis e qualificantes
- Plano de Desenvolvimento Social (PDS)
- Plano Estratégico
- Plano estratégico local
- Pós contratualismo
- Pré contratualismo
- Qualidade
- Qualidade de Vida (Objectiva e Subjectiva)
- Redes (Redes de Proximidade / *Bonding Capital*; Redes de Longa Distância / *Bridging Capital*)
- Região aprendente
- Sectores de actividades (1º, 2º e 3º)
- Sustentabilidade⁵⁷
- Visão
- Vulnerabilidade Social

⁵⁷ A qual pode ser de 2 tipos: 1º Sustentabilidade fraca: Acredita que basta apenas manter o stock de capital total (natural e artificial) ao longo das gerações, defendendo que caso o capital natural diminua, essa diminuição poderá ser compensada pelo aumento do capital artificial; 2º Sustentabilidade forte: Defende que o capital natural deve ser mantido ou aumentado entre as gerações, não sendo ambos os tipos de capital substitutos mas sim complementares, devendo ser geridos em separado.

(in <http://www.centrovegetariano.org/Article-279-O%2Bdesenvolvimento%2Bsustent%25E1vel.html>)

Para a Civitas, a sustentabilidade assenta nos doze princípios seguintes: i) Prevenção; ii) Precaução; iii) Poluidor-Pagador; iv) Cooperação; v) Integridade ecológica; vi) Melhoria contínua; vii) Equidade intra e inter-gerações; viii) Integração; ix) Democracia; x) Subsidiariedade; xi) Envolvimento da comunidade e transparência, e, xii) Responsabilização. (Ver: <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/faqs.php>)

A título de curiosidade, refira-se que para Andrew Savitz (autor de “A Empresa Sustentável”) Sustentabilidade significa o ponto de intersecção entre os negócios e os interesses da sociedade e do planeta. Fonte: <http://www.ideiasustentavel.com.br/consultoria/>

BIBLIOGRAFIA

Sem autor referenciado

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. (2000). “Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 103-136

http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

CONSELHO DA EUROPA (1984). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa, DGOT-SEALOT-MPAT

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R.(2003). “As três versões do Neo-Institucionalismo”, *Lua Nova*, nº 58

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

MILANI, Carlos. (2003). “Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia – Brasil)”, *IV Conferência Regional ISTR-LAC*, San José da Costa Rica, 8 a 10 de Outubro.

<http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf>

OLIVEIRA, Dalila Alves de (2008). *Os Municípios e o Desenvolvimento Social Local* (Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento e Inserção Social). Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

PALMA, Alexandre; MATTOS, Ubirajara A. de O. (2001). Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social, *Manguinhos*, vol. VIII(3): 567-90, set.-dez.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000400004&script=sci_arttext

PEREIRA, Margarida (2009). “Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)”. *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16

http://www.dpp.pt/pages/files/Desafios_Contemporaneos.pdf

SANTOS, Marcos Olímpio G. (1997), *Alentejo 2010: O Cenário mais provável* (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2006). *Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social*. Belo Horizonte, Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

www.grupos.com.br/

Sem autor referenciado

Capítulo 1- O tema, os conceitos e o modelo de análise (Coesão territorial)

<http://coeter.no.sapo.pt/Cap1.pdf>

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

(CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS)

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Uma parte substancial das reflexões teóricas e dos trabalhos de investigação realizados no âmbito do desenvolvimento incidem sobre níveis geográfica ou territorialmente delimitados (países, regiões, conjuntos de municípios, municípios individualmente, etc.).

A nível nacional é de tomar em consideração o contributo de Nicholas Kaldor (1982) que através do seu Quadrado Mágico mostra que condições devem ser observadas num país para que o processo de desenvolvimento possa decorrer.

Um outro autor, F. Llorens (2001) refere os três seguintes elementos-chave na análise do modelo de desenvolvimento: i) o paradigma tecnoeconómico, ii) o regime de acumulação e, iii) o modo de regulação. Para o autor, o primeiro elemento, o paradigma tecnoeconómico, abarca os aspectos microeconómicos, como a base tecnológica, a estrutura de produção, o tecido empresarial e as relações salariais. Quanto ao segundo elemento referenciado por Llorens, o regime de acumulação, incide sobre a inter-relação dos equilíbrios macroeconómicos nas fases de produção, financiamento, distribuição, intercâmbio e consumo, com a finalidade de garantir o processo de acumulação ou da reprodução ampliada do capital. No que concerne ao terceiro elemento, o modo de regulação, diz respeito ao lado social, institucional e de relação entre os actores envolvidos visando facilitar a operacionalização do modelo de desenvolvimento a partir do nível sóciopolítico. Para F. Sorgi (2009) fica assim claro “que o desenvolvimento não se dá apenas e tão somente com equilíbrio macroeconómico, mas também com mudanças no plano microeconómico e com reformas no nível mesoeconómico através da atuação das administrações públicas”.

Actualmente alguns autores chamam a atenção para o papel e importância do Estado, como é o caso de H. Garrido (2011) que se refere ao Estado português que temos, como regulador, pobre, fraco ou capturado por interesses mais privados que públicos.

Assim, neste ponto aborda-se a questão das condições necessárias a um processo de desenvolvimento territorial, o que constitui outro ângulo de abordagem conjugada das dimensões do desenvolvimento (objectiva e subjectiva).

Retendo o contributo de vários autores (J. F. Almeida (1994), pode referir-se que o desenvolvimento territorial anda associado a factores tais como:

- ✓ Capital humano, qualificado através de acções de educação e formação profissional;
- ✓ Capacidade empresarial local, incluindo o acesso ao sistema bancário;

- ✓ Redes de inovação e de cooperação dos agentes da área e sua ligação a naturais do território;
- ✓ Apoio especial ao investimento produtivo;
- ✓ Dotação em infra-estruturas económicas, com especial relevância para as telecomunicações e os transportes;
- ✓ Apoio à criação de redes de comercialização e ao marketing das produções da zona;
- ✓ Apoio às infra-estruturas e à prestação de serviços sociais, tanto quanto possível geridos localmente;
- ✓ Protecção do ambiente como factor de qualidade de vida e, também, como bem económico.

Uma abordagem mais simples é a efectuada por José Reis (s.d., p. 14), em cujo entender constituem condições mínimas para que actualmente e no futuro, um território seja capaz de ultrapassar ou evitar a esclerose e a estagnação, e assim possa aceder ou manter o seu processo de desenvolvimento: i) Existência de limiares mínimos de densidade organizacional e demográfica; ii) Instituição de sistemas de inter-relações locais⁵⁸; e iii) Aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais. Num outro texto (Reis, 2009), este autor refere também variáveis como massa, peso (termos demográfico, económicos e sociais) e densidade (p.e. populacional), enquanto condições que influem no desenvolvimento dos territórios. Processo no qual se deve ter na devida atenção a necessidade de cada território (ou organização) assegurar a respectiva capacidade de resiliência estratégica, de forma a que se consiga garantir um percurso sustentável (sobre este questão ver: F. T. Santos, 2009).

A. Amaral (2005), debruçando-se sobre o desenvolvimento territorial em economias de mercado aberto e descentralizadas, defende que este processo depende da potencialização de fatores endógenos, tais como:

- ✓ Recursos materiais, humanos e psicossociais;
- ✓ Instituições: flexíveis, inteligentes, maleáveis, velozes;
- ✓ Articulação entre governos e mercados;
- ✓ Actores: indivíduos capazes, corporações e coletivos, com interesses sociais construtivos;
- ✓ Procedimentos modernos de governo e,
- ✓ Cultura: individualidade competitiva com solidariedade cooperativa.

Analisando os novos paradigmas incorporados à Teoria do Desenvolvimento Regional, a partir dos anos 1980, J. Silva (2005) refere-se a elementos potencialmente capazes de actuar como motores do crescimento endógeno, no contexto de uma abordagem de base territorialista, tomando como ponto de partida, a consideração do conhecimento como um bem público, que possibilita ao capital humano e às inovações tecnológicas a condição de servirem como pilares teóricos e pragmáticos para uma política de promoção do desenvolvimento regional.

⁵⁸ Poderá incluir-se neste âmbito o conceito de qualdruple helix o qual se baseia na interacção de quatro pilares (Administração pública, Indústria, Ensino superior e, Sociedade Civil), no sentido de criar novo conhecimento, novas tecnologias e novos produtos e serviços respondendo às necessidades da sociedade.

Refere também um outro paradigma que corresponde ao capital social e institucional, que vem acrescentar possibilidades ampliadas ao tratamento de questões relacionadas com o processo de desenvolvimento, tanto na sua vertente económica como na social. Para a autor, todo esse contexto é permeado pelas inovações tecnológicas que viabilizam a formação de redes expandidas, configurando uma abordagem territorialista de planeamento do desenvolvimento regional, focada na iniciativa local. Esta exposição é complementada com a apresentação e caracterização de estruturas de redes territoriais, a exemplo dos distritos industriais e dos ambientes ou meios inovadores, cujas configurações, conforme também acrescenta, favorecem a constituição e o desenvolvimento de sistemas regionais de inovação, que, por sua vez, têm o potencial de gerar produtividade e qualidade ampliadas, e propiciar competitividade e sustentabilidade ao processo de crescimento endógeno e de desenvolvimento regional, recorrendo, de modo continuado e crescente, ao uso estratégico da informação e à criação de conhecimento.

No Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial (UE 2010) os factores de crescimento costumam ser agrupados nas seguintes categorias gerais: Acumulação de factores de produção, geralmente capital físico e humano, bem como tecnologia. Esta acumulação deveria ser facilitada pelo bom funcionamento dos mercados financeiros e de trabalho e é afectada por outros factores, como sejam: i) a estrutura etária da população; ii) a geografia natural, que inclui a dotação de recursos naturais, mas também a topografia da região; iii) a geografia económica, que se concentra em aspectos como o acesso a grandes mercados de produtos ou factores ou a densidade da actividade económica no interior da região, e, iv) o contexto político e institucional, que engloba aspectos como a qualidade da governação ou o quadro macroeconómico em que se inscreve a economia regional.

Abordando esta problemática pela óptica da conjugação dos recursos e competências dos territórios, J. Cadima Ribeiro (2007) refere que os vectores estratégicos de viabilização do desenvolvimento a considerar no caso de uma região são os seguintes:

- i) Massa crítica (há limiares de massa crítica que importa mobilizar para ser competitivo – as parcerias regionais e, mesmo, internacionais podem ser necessárias);
- ii) Projecto/estratégia (reposicionamento na cadeia de valor, apostando em áreas de negócio com uma forte componente tecnológica e de gestão);
- iii) Inovação/criatividade (importa evoluir de uma e-região – na medida em que esta já tenha sido concretizada - para uma região do conhecimento - o que implica investimento em I&D e desenvolvimento de uma cultura receptiva à novidade e à diferença)⁵⁹;
- iv) Coordenação/cooperação (concentração de esforços no desenvolvimento de uma cadeia de inovação tecnológica envolvendo empresas, universidades e unidades de transferência de tecnologia);

⁵⁹ O que se encontra associado à noção de região em aprendizagem (para mais detalhes sobre este conceito ver o seguinte site: http://7oficios.wikispaces.com/file/view/learning_regions_cedefop.pdf)

- v) Parceria (tirar partido da rede de solidariedades locais e da capacidade de concertação existente, comprometendo agentes económicos e sociais e decisores políticos);
- vi) Ordenamento urbano (assumir uma política urbana activa, expressa no favorecimento do funcionamento em rede, com instrumento de angariação de massa crítica em matéria de oferta de serviços e de qualificação ambiental).
- vii) Liderança (criação de uma liderança clara a partir do sentimento de comunidade).

Refira-se que este enunciado de vectores foi originalmente pensado para uma realidade particular, a do Minho, em Portugal. O autor acredita no entanto que, na sua formulação geral, será válido para muitas outras realidades.

Uma publicação de interesse é a publicada a propósito do desenvolvimento regional, a equipe do CEDEPLAR⁶⁰ (s/d), efectua uma série de recomendações com base na leitura das principais experiências mundiais de planeamento regional e urbano (Lições para o Brasil - Síntese das interpretações).

BIBLIOGRAFIA

Textos sem autor referenciado

ALMEIDA, João Ferreira et al (1994) *Regiões periféricas: Que desenvolvimento? -uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS/CIES

ALVIM, A. A. T. B. (2008). “Novas configurações produtivas como estratégias de desenvolvimento local: perspectivas ao planeamento urbano”. *Exacta*, São Paulo, v. 6, nº 1, pp. 157-168, jan./jun.

<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/810/81011705017.pdf>

AMARAL, Álvaro Lucas (2005). *A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais*, Cáceres-MT: Editora Unemat

http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/Estados_Brasileiros%20Mato_Grosso/Trabalhos_Completos/a_questao_regional_urbana_sob_a_otica_das_desigualdades_territoriais.pdf

BORBA, MFS et al. (s/d). *Possibilidades do local num mundo globalizado: perspectivas para o desenvolvimento endógeno*, s.l., s.e.

www.inclusaodejovens.org.br/.../Possibilidades_do_local_num_mundo_globalizado.doc

BRASIL. (2005). *Diretrizes e metas para o PNRH*, Brasília, Agência Nacional de Águas (on line) Disponível em

<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/Conjuntura_Macro_Global_Nacional.pdf

>
(acesso em: 20/01/2012)

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (2009), *Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local*, Brasília, Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional.

⁶⁰ Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional de Minas Gerais.

http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/102/Curso_Internacional_de_Gestao_Estrategica.pdf

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. (2000). “Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 103-136
http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

CAZELLA, Ademir Antonio. (s/d). *Base de serviços rurais estratégicos à promoção do Desenvolvimento territorial no Brasil: Uma análise prospectiva*, UFSC, Florianópolis
<http://www.sober.org.br/palestra/6/408.pdf>

CEDEPLAR (s/d). Principais Experiências Mundias de Planejamento Regional e Urbano: Lições para o Brasil - Síntese das interpretações
<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/ExperienciasMundiaisintese2ALTERADO.pdf>

DENARDI, Reni Antonio (2000). *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná*, Curitiba, Emater-Paraná
<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/fatores-que-afetam-o-desenvolvimento-local12.pdf>

AREOSA FEIO, Paulo; CHORINCAS, Joana. (2009). “Governança territorial e inovação das políticas públicas”, *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3108/Governacao_Territorial.pdf

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local*, s.l., s.e.
http://www.sep.org.br/artigo/AMARAL_FILHO.pdf

GAMA, Rui (2007). *Cidades do conhecimento e competitividade*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
<http://www1.ci.uc.pt/cegc/pdfs/cidconh.pdf>

GARRIDO, Helena (2011). “Um Estado regulador, fraco e capturado”, *Jornal de Negócios online*, 06 de Janeiro
http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=461607

KALDOR, Nicholas (1982). *The Scourge of Monetarism*, Oxford, Oxford University Press

PAULA, Juarez de. (2009). “Territórios, redes e desenvolvimento”, *Portal RTS - Rede de Tecnologia Social* (on line) Disponível em <www.rts.org.br/.../territorios-redes-e-desenvolvimento> (acesso em: 20/10/2011).

LLORENS, Francisco Albuquerque (2001). *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES

OCDE. (2006). *L'évaluation environnementale stratégique. Guide de Bonnes Pratiques dans le Domaine de la Coopération pour le Développement*, Paris, OCDE.
<http://www.oecd.org/dataoecd/4/20/37354750.pdf>

PONTES, José Pedro. (2005). *A Política Regional Portuguesa e as Economias de Aglomeração*, s.l., s.e.

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73

RAJAN, Raghuram. (2012). “A desigualdade inibe o crescimento?”, *Expresso Economia*, nº 2073, de 21/07, p. 26

SILVA, Jorge Antonio Santos (2005). “O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional”, *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, RS, 10 (2): 129-152, maio/agosto
<http://www.eumed.net/ce/2006/jass-ch.htm>

REIS, José (s.d.), "O Desenvolvimento local é possível", in AAVV, *O Desenvolvimento Local é Possível?*, s.l., SPER, pp. 3-14

REIS, José. (2009). “As relações inter-regionais em Portugal e o “Efeito-Capitalidade”, *Finisterra*, XLIV, 88, pp. 25-36
http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88_02.pdf

RIBEIRO, J. Cadima (2007). “Vectores estratégicos do desenvolvimento de uma região”, *Rede 2020*, Vol. 3, Nº 25, Mar/Abr.
<http://www1.eeg.uminho.pt/gestao/veiriz/Rede2020v3n2.pdf>

RICHARD, Antoine (2001). “A construção de regiões em aprendizagem: o contributo da investigação social”, *Agora XI - As regiões em aprendizagem*, Salónica, 15 e 16 de Março, pp. 35-40
http://7oficios.wikispaces.com/file/view/learning_regions_cedefop.pdf

SALVADO ALVES, António Joaquim da Fonseca (2008). “A competitividade dos territórios num contexto de globalização: uma Utopia ou uma realidade?”, *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa
<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/509.pdf>

SANTOS, Fernando Teigão. (2009). “Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável”, *Estudos Regionais, Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Revista da APDR, Nº 20, 1º Quadrimestre 2009, Coimbra.
<http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER20/20.3.pdf>

SANTOS, Marcos (2006) “Interrogações sobre os desafios que se podem deparar ao desenvolvimento rural no pós 2013”, *VeZ e Voz*.
http://www.animar-dl.pt/vezvoz/ver_artigo.php?id=41

SANTOS, Marcos O. G.; BALTAZAR, Maria da Saudade R. C. (2005). *Experiências de Desenvolvimento Local na Região Portuguesa do Alentejo*, Turim, Centro Internacional de Formação da OIT.

SORGI, Fernando Antonio (2009). *Desenvolvimento Econômico Regional: Um estudo do Norte Pioneiro do Paraná – Microrregião de Cornélio Procópio*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná

UNIÃO EUROPEIA. (2010). *Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion5/pdf/5cr_pt.pdf

VITTE, Claudete de Castro Silva. (2006). “Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações”, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87.

<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf/>

Textos sem autor referenciado

A Inteligência Competitiva e a Prospecção Tecnológica e Estratégica como Suporte ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Reflexão para Aqueles que Acreditam que Não Existe Sustentabilidade sem Construção do Futuro.

http://www.uniethos.org.br/_uniethos/documents/ainteligenciacompetitiva.pdf

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Ao nível dos territórios, de acordo com P. Kotler (1993), as estratégias que os diferentes sistemas territoriais, actualmente e no futuro, devem privilegiar para se afirmarem no panorama competitivo que os rodeia, são as seguintes:

- ✓ Estratégia de identidade («*place identity*»)
- ✓ Estratégia de melhorias básicas locais («*place basic improvement*»)
- ✓ Estratégia de produto local («*place product*»)
- ✓ Estratégia de localizar «massa cinzenta» («*place brain*»)⁶¹
- ✓ Estratégia de sinergia total («*place sinergy*»)
- ✓ Estratégia face aos investidores e decisores externos («*place buyers*»)

A. Anjos (2005) no seu trabalho sobre o município de Camaragibe, refere que no Capítulo II, Art. 58º do Plano Diretor de Desenvolvimento Local, que trata da Política de Desenvolvimento Económico-Social, as estratégias gizadas para o efeito são constituídas a partir do:

- I. Estímulo ao desenvolvimento de atividades económicas em áreas identificadas como "*Territórios de Oportunidades*" do município, em função das especificidades dos lugares, condicionantes ambientais, infra-estrutura instalada, vocação e vantagens locais;
- II. Criar alternativas de fomento às atividades económicas de acordo com a vocação local, além de possibilitar o desenvolvimento das habilidades da população, através de uma política de qualificação profissional, preparando-a para as novas exigências do mercado e necessidades da sociedade;
- III. Estímulo às ações que possibilitem a criação de novos empreendimentos e de redes de economia solidária, através da organização associativa e cooperativa visando à otimização do desempenho económico que resulte em geração de renda;
- IV. Organização e fortalecimento dos pólos existentes e o desenvolvimento de novos pólos comerciais e de serviços visando à ampliação e descentralização das atividades económicas para possibilitar maior acesso à população e interação com o novo desenho urbano gerado pelo crescimento do município;
- V. Apoio e promoção de eventos que estimulem e fortaleçam o empreendedorismo local de negócios, enquanto estratégia de acesso e ampliação de possibilidades económicas;

⁶¹ Conforme referido antes, e em sintonia com outros excertos que constam neste texto, é curial referir também aqui a importância do conceito de quadruple helix o qual se baseia na interação de quatro pilares (Administração pública, Indústria, Ensino superior e, Sociedade Civil), visando a criação de novo conhecimentos, novas tecnologias e novos produtos e serviços, de forma a responder às necessidades da sociedade.

- VI. *Consolidação da Comissão Municipal de Trabalho e Renda* como instância de participação da sociedade civil com competência específica na elaboração de políticas que visem ao desenvolvimento das atividades econômicas do município e o controle social do investimento de recursos públicos com esse fim;
- VII. *Ampliação e consolidação do atendimento integrado de serviços* - intermediação de mão de obra; seguro-desemprego; documentação; oferta de crédito; qualificação profissional e gerencial - visando garantir o acesso da população a políticas públicas que viabilizem oportunidades de trabalho e renda;
- VIII. *Potencialização do cadastro mercantil* na perspectiva de um diagnóstico atualizado das atividades econômicas formais e informais do município.
- IX. *Articulação e fomento à política de acesso ao crédito* para os/as empreendedores/as locais;
- X. *Fortalecimento dos negócios existentes e estímulo à criação de novos empreendimentos* com vistas à elevação das oportunidades de trabalho e renda para a população e para o desenvolvimento econômico local. Para citar alguns artigos, anualmente são previstas medidas que beneficiam à população, no sentido de minimizar os problemas existentes em Camaragibe.

Para outros autores, como é o caso de Juarez de Paula (2009a), o desenvolvimento de um território pode assentar em ideias directrizes, como por exemplo as seguintes:

1. Organizar redes de actores locais e criar instrumentos de governança compartilhada;
2. Identificar as potencialidades locais;
3. Apoiar o empreendedorismo local;
4. Criar um ambiente favorável para as pequenas empresas locais;
5. Difundir o empreendedorismo entre os jovens e as mulheres;
6. Estimular a poupança local e combater a drenagem de recursos para os grandes centros;
7. Ampliar o acesso ao crédito por intermédio do cooperativismo de crédito e das instituições de microfinanças.
8. Desenvolver competências locais para captação de recursos em fundos públicos e de cooperação internacional (elaboração e negociação de projetos).
9. Estimular as compras governamentais de produtos locais e apoiar experiências de comércio justo ou de comércio ético e solidário.
10. Apoiar a criação de marcas próprias, melhorias de design, certificação de produtos, adequação de embalagens e o acesso a novos mercados.
11. Estimular a inovação e a diferenciação de produtos a partir da sua identidade territorial.
12. Estimular o cooperativismo e as experiências de economia solidária.

Já A. Llorens (2001), refere-se a duas estratégias alternativas de desenvolvimento, destacando as seguintes características que as diferenciam:

I - Desenvolvimento Concentrador

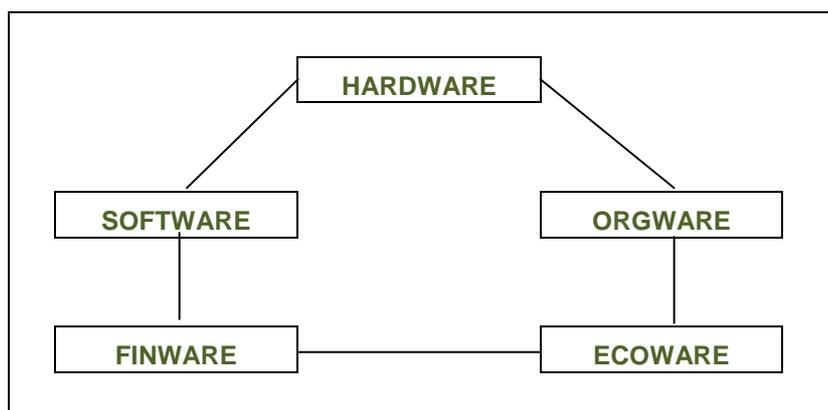
- ✓ Desenvolvimento polarizado;
- ✓ Crescimento hierarquizado e centralizado;
- ✓ Medidas e políticas assistenciais ou compensatórias;
- ✓ Instrumentos e medidas de fomento econômico setorial e
- ✓ Pólos de crescimento, zonas francas e pólos industriais;

II - Desenvolvimento Endógeno

- ✓ Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente;
- ✓ Descentralização e potencialização de comunidades locais e regionais;
- ✓ Iniciativas locais de geração de emprego para enfrentar a pobreza;
- ✓ O importante é criar o “entorno” político, social, económico institucional e cultural para impulsionar o desenvolvimento do potencial local;
- ✓ Difusão de inovações;
- ✓ Reorganização da base empresarial e
- ✓ Formação de capital social.

Segundo A. Amaral (2005), com estas estratégias de desenvolvimento territorial, os seus promotores visam concretizar um processo de acumulação de capacidades com a finalidade de melhorar, de maneira coletiva e continuada, o bem-estar econômico das comunidades, baseado tanto nas circunstâncias da economia territorial (recursos físicos, infra-estruturais e ambientais), como nas relacionadas aos seus actores sócioeconómicos e instituições (organização social e cultural).

A. Vasquez Barquero (1993: 228) citando Cocossis et al., contribui com a apresentação do chamado *Modelo do Pentágono*, através do qual mostra os factores críticos para o êxito da intervenção dos gestores locais.⁶²



Fonte: Cocossis et al., 1991, in Vásquez Barquero, 1993

⁶² Este contributo é retomado e desenvolvido por D. Cremonese (s/d)

O *Hardware do desenvolvimento local* inclui todas as infra-estruturas nas quais se baseiam os processos de mudança estrutural, englobando os instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo, tais como transportes, comunicações, hospitais, escolas;

O *software do desenvolvimento local* respeita aos factores qualitativos necessários para o processo e que têm um carácter imaterial. Incluem-se neste âmbito o “*know-how*” tecnológico e inovador, a capacidade empreendedora;

O *orgware do desenvolvimento* incide sobre a capacidade de organização que existe no território e que permite traçar uma resposta eficaz aos desafios que coloca a competitividade;

O *finware do desenvolvimento local* prende-se com o conjunto de instrumentos financeiros a que se pode recorrer para o investimento no desenvolvimento estratégico de um território;

O *ecoware do desenvolvimento local* por sua vez abarca o conjunto de instrumentos através dos quais se organiza o uso adequado dos recursos naturais identificados (pois a preservação do meio-ambiente e protecção da qualidade dos recursos naturais – água, ar e solo – têm vindo a assumir, progressivamente, um valor estratégico no desenvolvimento dos territórios).

Mais recentemente, C. Nunes e P. Maia (2008), resumiam na óptica do Desenvolvimento Local, os contornos de uma estratégia de desenvolvimento conducente à consecução de resultados pretendidos, enquanto exercício que antecede a selecção e introdução de novos instrumentos de financiamento. Destacam assim os seguintes elementos, a considerar preliminarmente na formulação das estratégias de desenvolvimento local.

- ✓ Identificar os *drivers* subjacentes às fraquezas locais bem como as formas de incentivo sustentado dos investidores e financiadores privados;
- ✓ Estabelecimento de parcerias, identificação das melhores soluções bem como do papel a desempenhar pelos intermediários financeiros;
- ✓ Identificar e procurar superar os *gaps* existentes entre procura e oferta de financiamento, quer na perspectiva da difusão da informação quer da predisposição dos actores envolvidos;
- ✓ Ver na perspectiva do desenvolvimento estratégico, qual o contributo da atracção do investimento privado para a gestão de activos públicos (de notar que, em vários países, permanecem desconfianças nesta frente que exigem uma atitude pedagógica);
- ✓ Identificar e preparar um número reduzido de propostas relevantes para a estratégia local, envolvendo instituições financeiras e altos quadros do sector público;
- ✓ Auditar e avaliar correctamente os activos e os fluxos de fundos a serem utilizados nos projectos a implementar;
- ✓ Convocar *meetings* com instituições e assessores financeiros nas fases de avaliação preliminar, como melhor via para desenvolver as intervenções e atrair investimentos (externos);
- ✓ Elaborar um plano de negócios e de investimentos para cada intervenção;

- ✓ Promover acordos entre os parceiros-chave dos sectores público e privado relativamente a cada plano de negócios.

Os autores salientam que segundo a OCDE (2007), as intervenções mencionadas quando implementadas em conjunto, melhoram substancialmente a prontidão (*readiness*) das estratégias de investimento em causa, tornando mais provável a atracção de fontes de financiamento externas bem como a adequada utilização de instrumentos financeiros adequados.

Também C. Simões e S. Ferreira (2010) afirmam que um plano de desenvolvimento local deve abranger estratégias para o fomento de quatro tipos de capitais, fundamentais para o Ciclo Virtuoso do Desenvolvimento:

- ✓ Capital Social – extensão e qualidade das organizações da sociedade civil, das redes de solidariedade e das capacidades de cooperação e participação cívica;⁶³
- ✓ Capital Humano – pessoas com conhecimentos e competências, incluindo as competências para empreender;
- ✓ Capital Económico – exige que se trabalhe a cultura empreendedora, o acesso a financiamento e a articulação entre os agentes económicos;
- ✓ Capital Natural – preservação e recuperação dos recursos naturais e sustentabilidade ecológica No contexto desta estratégia global, o desenvolvimento económico assume particular relevância na intervenção comunitária de transformação de um território.

Como se verá mais à frente, podem ser considerados como factores decisivos para a concretização de uma estratégia catalizadora de processos desenvolvimento territorial que sejam de base endógena e, se afirmem como sustentáveis, os seguintes: i) o capital social, ii) o capital humano, iii) o conhecimento, a investigação e a inovação⁶⁴; iv) a informação e, v) as instituições presentes num dado território. Em conformidade um território dotado destes factores ou estrategicamente direccionado para desenvolvê-los internamente, disporá das melhores condições para atingir um desenvolvimento equilibrado e sustentável traduzido em elevados índices de coesão social, económica e territorial⁶⁵.

Mónica Lauda (s/d), defende que a estratégia mais adequada para o desenvolvimento de um local é baseada na construção de elementos diferenciadores e únicos, baseados nas vantagens competitivas distintivas desse local.⁶⁶ A estratégia deverá, assim, emergir de um processo estruturado e criterioso que resulte de uma combinação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento. A autora destaca os seguintes tipos de estratégias: i) predominantemente urbanas (zonas especiais, parques de escritórios e industriais, edifícios,

⁶³ Existem vários exemplos de experiências neste âmbito, como por exemplo o funcionamento de Redes Sociais no Brasil (Ver <http://redesocialblogs.com.br/sjbv/page/2/>).

⁶⁴ Alguns autores como por exemplo A. Richard (2001), a este propósito falam de “Região em aprendizagem”.

⁶⁵ Fonte: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/379/4/17949_Cap_1_Teorias_e_Modelos_Final.pdf

⁶⁶ Daí que o Instituto Pólis Brasil (2005), chame a atenção para que o local, pode ser uma espécie de última trincheira para o desenvolvimento, embora com poucos poderes e reduzida capacidade para contrapor-se às macro políticas.” Por vezes uma ação inteligente, por insignificante que possa parecer, pode contribuir enormemente para a redução da pobreza local. Uma dessas ações é a concessão de micro-créditos.

Cfr <http://redesocialblogs.com.br/sjbv/page/2/>

simplificação de procedimentos urbanos, shopsteading, melhoramento da habitação, landbanking, etc.), ii) predominantemente empresariais (*one-stop-centres*, bancos de desenvolvimento, empresas de financiamento local, sistemas de marketing em grupo, promoção de micro-empresas, investigação e desenvolvimento), iii) predominantemente económicas (agências de desenvolvimento económico, cooperativas locais, etc.), iv) predominantemente tecnológicas (indução de base tecnológica, promoção da infra-estrutura *soft*, etc.) e v) predominantemente de recursos humanos (encontro de oferta e procura de emprego, manutenção de emprego, programas de formação customizada à atracção de investimento, iniciativas de auto-emprego, acordos de *first source*, bancos de competências, etc.).

Em alguns planos estratégicos tal como o Plano de Desenvolvimento de Espírito Santo, é apresentada uma representação gráfica onde se procura transmitir um elevado grau de articulação e complementaridade entre onze estratégias com vistas ao alcance da visão de futuro⁶⁷, o que constitui o designado “diamante” da Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo no horizonte 2006-2025, agrupadas em dois conjuntos conforme se pode ver seguidamente:

O núcleo propulsor do processo de transformação, constituído por quatro estratégias principais:

1. Desenvolvimento do capital humano referenciado a padrões internacionais de excelência;
2. Erradicação da pobreza e redução das desigualdades para ampla inclusão social;
3. Diversificação económica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas; e
4. Desenvolvimento do capital social e da qualidade e robustez das instituições capixabas

O núcleo da Estratégia de Desenvolvimento, na qual cabem outras sete que complementam as anteriores:

5. Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no estado;
6. Recuperação e conservação de recursos naturais;
7. Promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre a região metropolitana, o litoral e o interior;
8. Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando seu papel de fator de competitividade da economia capixaba;
9. Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para desenvolver oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse do estado;
10. Desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades que favoreçam o dinamismo económico e a qualidade e sustentabilidade do espaço urbano; e
11. Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do estado.

⁶⁷ Ver mais detalhes em: http://www.espiritosanto2025.com.br/novo/3_1.htm

As componentes fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento territorial incluem os seguintes tópicos⁶⁸:

1. Avaliar o estado do território e da sua região, os seus recursos e os seus desafios, procurando as suas oportunidades e os seus problemas bem como os valores e preferências dos seus residentes;
2. Desenvolver uma visão de longo prazo, reunindo as perspectivas de todos os agentes;
3. Actuar no momento presente mas tendo em vista os resultados futuros, e o controlo e verificação dos resultados sucessivos;
4. Valorizar a contribuição dos mais pobres, capitalizando no enorme potencial da participação de todas as camadas da população;
5. Encorajar a economia local envolvendo os agentes, numa responsabilização e liderança colaboracional, orientando para um negócio que vá de encontro às prioridades ambientais;
6. Criar redes de territórios e promover o intercâmbio e a aprendizagem território a território, com transferência de conhecimento, envolvendo organizações locais;
7. Focar na implementação, e não no desenvolvimento do plano perfeito, apostando numa mistura de estratégias de sucesso, criando responsabilidades institucionais e fornecendo incentivos ao bom desempenho;
8. Concentrar nas prioridades, focando-se num número limitado de escolhas e acções, bem como de recursos, mas agarrando oportunidades emergentes;
9. Motivar lideranças locais, envolvendo activamente os líderes locais como os presidentes da câmara, e representantes de alto nível, ancorando num orçamento anual municipal.

Já numa outra publicação, onde se parte da visão geral, que “o desenvolvimento económico real – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação inteligente de diversos tipos de aportes”, e uma vez o «circuito superior» da economia, segundo a expressão de Milton Santos, tende a ter os apoios necessários, torna-se então necessária a recuperação de equilíbrio que se situa actualmente na área do «circuito inferior», o qual apresenta um imenso potencial não só em termos produtivos, mas também de redução das desigualdades herdadas, através da inclusão sócio-produtiva com sustentabilidade” (AAVV, 2008, p. 10)⁶⁹. Sustentam os autores que neste processo as propostas para combater os entraves ao desenvolvimento local podem ser agrupados em oito eixos distintos, ainda que frequentemente sinérgicos ou superpostos: i) Financiamento e comercialização; ii) Tecnologia; iii) Desenvolvimento institucional; iv) Informação; v) Comunicação; vi) Educação e capacitação; vii) Trabalho, emprego e renda, e viii) Sustentabilidade ambiental. Eixos esses que são abordados individualmente pelos autores, que para o efeito os separam para procederem a uma cuidada análise, entendendo que grande parte da capacidade de gestão dependerá da habilidade em articulá-los transversalmente.

⁶⁸ Adaptado de www.citiesalliance.org/activities-output/topics/cds/cds.html

⁶⁹ Equipa que contou com a coordenação de Paulo Vannuchi, Márcio Pochmann, Silvio Cacciabava, Pedro Paulo Martone Branco, Juarez de Paula, Ladislau Dowbor.

A. Figueiredo (2010), a propósito da competitividade territorial⁷⁰ refere uma proposta conceptual que “constitui o resultado da fertilização cruzada entre diferentes domínios de conhecimento: “*resource-based theory of the firm*” (Barney, 1991, 2001), competências colectivas das organizações, gestão do conhecimento nas organizações (e determinantes territoriais dos processos de inovação. No centro dessa fertilização cruzada, está o conceito de activos (recursos) específicos, sujeitos à avaliação estratégica VRIO: V (geração de Valor), R (Raridade), I (Inimitabilidade) e O (Organização)”. Esta abordagem pode ser muito relevante para elaboração de estratégias de desenvolvimento, nomeadamente local, devido aos contributos que pode proporcionar para que sejam tomadas opções de fundo.

Para a FAO / Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (2005), qualquer estratégia territorial deverá ter em consideração os seguintes princípios conceituais:

- Baseada nos atores: Reconhecimento da heterogeneidade dos interesses e visões dos atores de determinado território.
- Baseada no Território: Reconhecimento dos territórios como unidades especiais de análise, modelados pelas relações sociais e históricas que se produzem entre atores e territórios.
- Dinâmica: Compreensão e aprendizagem da complexidade de um ambiente em constante mudança para apoiar os modelos positivos e ajudar a mitigar os padrões negativos.
- Sistêmica: Suposição da complexidade de um contexto territorial e as interdependências dentre e entre territórios.
- Multissetorial: Integração das dimensões sociais, económicas, políticas e culturais da visão que têm os atores de determinado território.
- Multinível: Integração dos diferentes níveis e escalas territoriais no sistema de governo.
- Participativa e negociada: Consideração do território como uma arena de negociação para se reforçar o diálogo e a confiança mútua, e se aumentar o poder de negociação.

BIBLIOGRAFIA

Textos com autor referenciado

AAVV (2008). *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*, s.l., s.e.

<http://dowbor.org/>

⁷⁰ O autor considera como territórios competitivos todos aqueles que, “mediante uma combinação pertinente de recursos, incluindo o conhecimento e as capacidades organizacionais, conseguem concretizar um padrão imperfeitamente imitável de atractividade reconhecido pelo mercado durante um período de tempo suficientemente longo para gerar uma estratégia local ou regional de criação de valor” (A. Figueiredo, 2010, p. 90).

ALVIM, A. A. T. B. (2008). “Novas configurações produtivas como estratégias de desenvolvimento local: perspectivas ao planejamento urbano”. *Exacta*, São Paulo, v. 6, nº 1, pp. 157-168, jan./jun.

<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/810/81011705017.pdf>

AMARAL, Álvaro Lucas (2005). *A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais*, Cáceres-MT: Editora Unemat

http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/Estados_Brasileiros%20Mato_Grosso/Trabalhos_Completos/a_questao_regional_urbana_sob_a_otica_das_desigualdades_territoriais.pdf

ANJOS, André Gustavo Cosme dos (2005). *Desenvolvimento local sustentável em Camaragibe/Pe: A experiência da gestão 1996-2000*, Recife, s.e.

<http://www.br.monografias.com/trabalhos2/desenvolvimento-camaragibe/desenvolvimento-camaragibe.shtml>

Borba, MFS et al. (s/d). *Possibilidades do local num mundo globalizado: perspectivas para o desenvolvimento endógeno*, s.l., s.e.

www.inclusaodejovens.org.br/.../Possibilidades_do_local_num_mundo_globalizado.doc

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (2009), *Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local*, Brasília, Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional.

http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/102/Curso_Internacional_de_Gestao_Estrategica.pdf

CABUGUEIRA Artur Carlos Crespo Martins (2000). “Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de Política Económica Regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, 103-136

http://www2.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

CARMO, Maristela Simões do; COMITRE, Valeria (2010). “Pensar localmente agir localmente: A perspectiva territorial no rural contemporâneo”, *VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas

<http://www.alasru.org/cdalasru2010/1%20trabalhos%20completos/GT-18/1%20set/GT18%20Maristela%20Sim%C3%B5es%20do%20CARMO.pdf>

CE (2008). *Livro verde sobre a coesão territorial europeia: Tirar partido da diversidade territorial*, COM (2008) 616 final, Bruxelas

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf

CREMONESE, Dejalma (s/d). *Políticas sociais, formação do capital social e desenvolvimento*

<http://br.monografias.com/trabalhos915/politica-capital-desenvolvimento/politica-capital-desenvolvimento.shtml>

FAO / Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. (2005). *Uma estratégia para o desenvolvimento rural*, s.l., Divisão de Desenvolvimento Rural

http://www.fao.org/sd/dim_pe2/docs/pe2_050402d1_pt.pdf

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce (2006). “Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local”, *RAE-eletrônica*, v. 5, nº 2, Art. 11, Jul./Dez.

<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n2/v5n2a02.pdf>

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A endogeneização no desenvolvimento Econômico regional e local*, s.l., s.e.

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local*, s.l., s.e.

http://www.sep.org.br/artigo/AMARAL_FILHO.pdf

JORDÁN, Arturo (s/d). *Experiências de planejamento como ferramenta da governança para o desenvolvimento local*

http://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Arturo_Jordan_Revisado.pdf

KOTLER, Philip et al. (1993). *Marketing Places: Attracting Investment, Industry and Tourism to Cities, States and Nations*, Free Press/MacMillan

LAUDA, Mónica (s/d). *Desenvolvimento Econômico Local Baseado No Talento - O Caso do Município de Boadilla del Monte*, s.l., s.e.

<http://www.leadership-agenda.com/index.php?id=62&act=2&lang=1>

LLORENS, F. A. (2001). *Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES

MACHADO, João Reis (s/d). *Vantagens Comparativas e Competitivas da Área Metropolitana de Lisboa*, Monte da Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Nova de Lisboa

http://www.aml.pt/webstatic/actividades/smig/atlas/docs/atlas_14.pdf

NUNES, Carlos; MAIA, Plácido (2008). *O Financiamento de Projectos Públicos – Algumas Perspectivas Futuras*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

<http://www.dpp.pt/pages/files/POSQREN.pdf>

OCDE. (2006). *L'évaluation environnementale stratégique. Guide de Bonnes Pratiques dans le Domaine de la Coopération pour le Développement*, Paris, OCDE.

<http://www.oecd.org/dataoecd/4/20/37354750.pdf>

PATEO, F.; SÍGOLO, Vanessa (s/d). *Um estudo sobre Desenvolvimento Local Solidário: Conceitos e Estratégias*, s.l., se.e

<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/>

PAULA, Juarez de. (2009a). 12 idéias para promover o desenvolvimento territorial

[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/EF758FCCB250620A83257640006A094B/\\$File/NT00042952.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/EF758FCCB250620A83257640006A094B/$File/NT00042952.pdf)

PAULA, Juarez de. (2009b). "Territórios, redes e desenvolvimento", *Portal RTS - Rede de Tecnologia Social* (on line) Disponível em <www.rts.org.br/.../territorios-redes-e-desenvolvimento> (acesso em: 20/10/2011).

PEREIRA, Margarida (2009). "Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)", *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16

http://www.dpp.pt/pages/files/Desafios_Contemporaneos.pdf

RICHARD, Antoine (2001). "A construção de regiões em aprendizagem: o contributo da investigação social", *Agora XI - As regiões em aprendizagem*, Salónica, 15 e 16 de Março, pp. 35-40

http://7oficios.wikispaces.com/file/view/learning_regions_cedefop.pdf

SILVA, Roberto Marinho Alves da (s/d). *Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do Desenvolvimento sustentável e solidário*, s.l., s.e.

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CpBGtxm6uUEJ:www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/DESAFIOS%2520E%2520PERSPECTIVAS%2520DA%2520CONSTRU%3%87%3%83O%2520TERRITORIAL%2520DO%2520robmarinho.doc+causas+desigualdades+territoriais&cd=28&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

SIMÕES, Cristina; FERREIRA, Susana (2010). “Programa K’Cidade”, *Cidade Solidária*, Janº, pp. 35-41

<http://www.scml.pt/media/revista/2010/23/34-41.pdf>

SORGI, Fernando Antonio (2009). *Desenvolvimento Econômico Regional: Um estudo do Norte Pioneiro do Paraná – Microrregião de Cornélio Procópio*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná

<http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/156%20-%20FERNANDO%20SORGI.pdf>

SWINBURN, G. et al (2006). *Desenvolvimento Económico Local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento económico local e planos de acção*, Bertelsmann Stifund, Gutersloch; Banco Mundial (BIRD), Washington, DC.

http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf

VÁSQUEZ BARQUERO, A. (1993), *Política Económica Local*, Madrid, Pirâmide.

VAZ, José Carlos (2004). *Políticas territoriais e desenvolvimento económico local [A partir de resultados da pesquisa “Aspectos Económicos das Experiências de Desenvolvimento Local” Fundação Friedrich Ebert (ILDES) – Cássio L. De França Instituto Pólis – José Carlos Vaz e Eduardo L. Caldas]*

<http://www.polis.org.br/download/49.pdf>

FARRELL, Gilda et al. (1999). “Da análise do capital territorial à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial”, in *A competitividade territorial. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. Fascículo 1*

<http://www.fao.org/sard/static/leader/pt/biblio/competitivity.pdf>

Textos sem autor referenciado

A Inteligência Competitiva e a Prospecção Tecnológica e Estratégica como Suporte ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Reflexão para Aqueles que Acreditam que Não Existe Sustentabilidade sem Construção do Futuro

<http://www.uniethos.org.br/uniethos/documents/ainteligenciacompetitiva.pdf>



TEORIAS E PARADIGMAS

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Ao longo dos tempos várias têm sido as propostas emitidas para a compreensão e explicação das assimetrias e desigualdades sociais e territoriais.

Antes do século XX já vários autores se tinham debruçado sobre esta questão. De entre esses autores pode-se destacar Auguste Comte que propõe a sua lei dos 3 estados (Teológico, Metafísico e Científico).

No período que decorre entre os anos 40 e 70 do século XX o pensamento e a prática do desenvolvimento assentavam em conceitos tais como: i) «*big push*» do investimento e do capital para despoletar o crescimento económico, conforme defendiam Paul Rosenstein-Rodin e Nurkse, ou ii) a prioridade dos investimentos canalizada para o capital humano, cujos principais defensores eram nomeadamente Theodore Schultz e Hans Singer.

Ainda nesta época teve lugar a partir da segunda Guerra mundial um debate teórico sobre o desenvolvimento, em que emergiram a escola estruturalista na América Latina, o modelo de substituição de importações e Paradigma Cepalino, o Modelo de Lewis e os estágios de crescimento de Rostow, autor este que em 1960, defende que uma sociedade dependente deveria percorrer cinco etapas ou estágios de crescimento (com início na sociedade tradicional com escassa mudança social, até à era do consumo de massas, com elevadas taxas de emprego, aumento do rendimento nacional, acréscimo da procura e da oferta) para alcançar um nível de desenvolvimento⁷¹.

Já nos anos 70, com a desaceleração do ritmo de crescimento, associada a uma severa recessão económica, as atenções dos autores confluíram para os problemas estruturais do continente africano e para as questões da dívida externa dos países latino-americanos. É neste contexto que surgem as políticas de ajustamento estrutural, patrocinadas pelo FMI,

⁷¹ Esses cinco estágios são: 1 - A sociedade tradicional, cuja economia está virada para a agricultura e as matérias-primas; 2 - A sociedade de transição, que iniciou contactos com o exterior sob a forma de trocas de valores; de tecnologias ou de auxílio do estrangeiro, criando muitas vezes situações de vulnerabilidade. 3 - A descolagem, um período durante o qual o país experimenta um forte crescimento e em que certos sectores chegam para gerar capitais e lucros; 4 - A maturidade tecnológica, em que a tecnologia é aplicada ao conjunto dos sectores: produtividade e salários aumentam rapidamente; 5 - O consumo de massas, em que há preocupação pela qualidade de vida.

antecedidas ou acompanhadas entre outras por noções como «deterioração dos termos de troca» (Hans Singer, Raul Prebisch); «pólos de desenvolvimento» (François Perroux); «teoria da dependência» (Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel); «subdesenvolvimento estrutural» (Celso Furtado); «necessidades básicas» (Hans Singer, Paul Streeten, Manfred Max Neef); «small is beautiful» (E. F. Schumacher); «outro desenvolvimento» (Marc Nerfin), «eco-desenvolvimento» (Ignacy Sachs, Maurice Strong), às quais os autores referidos e outros recorram para interpretar a complexidade da realidade dos países em vias de desenvolvimento e formular as suas recomendações políticas.

Outros autores privilegiaram os contributos incluídos no legado Clássico (A perspectiva marxista; A teoria do crescimento de Schumpeter; As condições de crescimento equilibrado de Harrod & Domar; implicações políticas do pleno emprego de Kalecki; Modelo dos hiatos; Modelos pós-Keynesianos); Modelo Solowiano de crescimento; nas teorias do crescimento equilibrado versus crescimento desequilibrado. Modelos de crescimento de Feldman e Mahalanobis. Modelo de Leontief e extensões. Estratégias de industrialização e desenvolvimento econômico. Crescimento equilibrado ou estratégia do “grande impulso”. Desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios. Dualismo tecnológico e o conflito Norte-Sul. Mudança estrutural. “Dynamic Capability” e vantagem comparativa dinâmica à lá Pasinetti.

Uma outra sistematização inclui as seguintes abordagens teóricas: i) Teoria da Modernização (Walt Rostow; A.F.K. Organski; Samuel Huntington); ii) Teoria da Dependência (Marxistas e neo-marxistas); iii) Teoria do Sistema-Mundo (Immanuel Wallerstein; Durham NC: Duke); iv) Teoria do Estado Desenvolvimentista; e, v) Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (baseada nas concepções de Leon Trotsky).⁷²

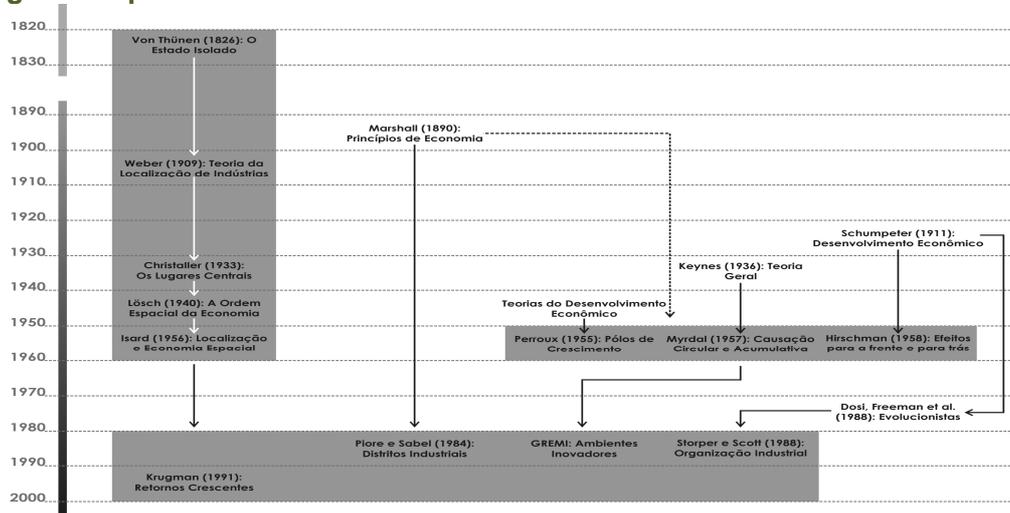
Já Luiz Carlos Bresser-Pereira⁷³ refere as seguintes abordagens: i) Teorias de desenvolvimento causando democracia, e vice-versa; ii) Desenvolvimento e macroeconomia no Sistema Global; iii) Chutando a escada: A estratégia de crescimento com poupança externa e a estagnação da América Latina; iv) Teoria do desenvolvimento nacional dependente; v) Estratégias baseadas nas Instituições ou no Estado: políticas de desenvolvimento; vi) Teorias de desenvolvimento dependente e associado; vii) Teorias baseadas nas Instituições: Neo-institucionalismo?; viii) Teorias baseadas nas instituições: Estado e Nação; ix) Teorias baseadas na inovação: Schumpeter e neo-schumpeterianos; x) Teorias baseadas no conhecimento ou capital humano; xi) O processo histórico do desenvolvimento no centro; xii) Teorias clássicas baseadas na distribuição da renda; xiii) Teorias baseadas no equilíbrio ou na sua falta: neoclássicos, keynesianos e modelos endógenos; xiv) O Conceito de Desenvolvimento e de Subdesenvolvimento.

⁷² Retirado de http://en.wikipedia.org/wiki/Development_theory

⁷³ URL: <http://www.bresserpereira.org.br/selected/syllabus/04.ProgramaDesenv.pdf>

Numa perspectiva mais circunscrita, são apresentadas seguidamente algumas das principais correntes teóricas que incidem sobre o desenvolvimento regional.

Fig . Principais correntes teóricas sobre o tema do desenvolvimento territorial



Fonte: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/379/4/17949_Cap_1_Teorias_e_Modelos_Final.pdf

Outras abordagens sobre esta matéria surgiram a partir do final dos anos 70 do século XX, na literatura da especialidade começam então a ser referidos dois paradigmas que segundo os proponentes, caracterizavam as concepções e práticas que até então tinham vindo a orientar as dinâmicas socioeconómicas (o Paradigma funcionalista), ou que passaram também a orientar essas dinâmicas (o Paradigma territorialista)⁷⁴.

O paradigma funcionalista associado às concepções do desenvolvimento “from below”, à abordagem Top-Down e à Teoria da Polarização / Teoria difusionista, predominou até ao início da década de 70 do século XX e tinha por base, a ideia de que, qualquer processo de desenvolvimento, era inicialmente desencadeado nos sectores mais dinâmicos da sociedade (e a partir de áreas geográficas específicas). Pressupunha portanto que o desenvolvimento era desencadeado de «cima para baixo», ou seja, fundamentado em apenas alguns sectores de actividade económica e em determinadas zonas geográficas, que se tornariam motores de desenvolvimento, através de um processo de difusão, alastrando a partir daí em sistema de mancha de óleo. Ou seja, este paradigma assenta segundo J. M. Henriques (1990) nos dois seguintes grandes pressupostos: i) o desenvolvimento é inicialmente desencadeado nalgumas grandes áreas e sectores (diíundindo-se, posteriormente, à totalidade do território e aos sectores a ele inerentes) e por último, ii) é induzido e planeado.

⁷⁴ Sobre esta temática veja-se os contributos de R. R. Amaro (1991); T. Mendes (2004)

Os instrumentos de política de desenvolvimento que caracterizam este paradigma são para J. M. Henriques (1990, pp. 53-54) os seguintes:

- ✓ Transferência de capital e tecnologia, mediante os incentivos às empresas para que estas desloquem das áreas centrais para as periféricas;
- ✓ Promoção de indústrias modernas na periferia, aproveitamento as potencialidades dessas regiões;
- ✓ Transferência de investimento públicos para as regiões periféricas, procurando-se criar economias externas através de investimentos públicos em infra-estruturas e redes de transportes;
- ✓ Expansão de redes de transportes e comunicações das áreas desenvolvidas para as áreas periféricas, de modo a se promover a integração das economias periféricas; Promoção da integração funcional das áreas periféricas e centrais, mobilizando os factores produtivos e maximizando as vantagens de aglomeração;
- ✓ Criação de pólos de crescimento, fazendo-se investimentos públicos na criação de complexos industriais em áreas seleccionadas;
- ✓ Expansão da rede de equipamentos colectivos, relacionados com a educação e a formação profissional;
- ✓ Expansão para as áreas periféricas de organizações privadas e públicas existentes nas áreas centrais;
- ✓ Reforço da unidade ideológica e cultural, com base nas normas e sistemas de valores do centro.

Este modelo de desenvolvimento fúndamenta-se no pensamento neoclássico e na inevitável controvérsia entre as teorias do crescimento equilibrado e as teorias do crescimento desequilibrado.

Estamos portanto na presença de um “modelo que enfatiza um tipo específico de desenvolvimento e busca a sua sustentabilidade em três grandes vectores: i) a sociedade desenvolvida será uma sociedade urbano-industrial; ii) o desenvolvimento é essencialmente de capital intensivo e, iii) finalmente, as tecnologias avançadas são portadoras de desenvolvimento e estão associadas a economias de escala e de aglomeração. (Calheiros 2003)

Como referem Pinho (1990), R. R. Amaro (1994), Catarino (1995) e R. Breitenbach et al. (2009), F. Zani (2010), esta concepção de desenvolvimento, baseada na industrialização, urbanização e burocratização, enferrou porém de limites tais como a primazia do capital sobre o factor humano, ausência de processo de participação e prejuízo do desenvolvimento pessoal, tendo sofrido severas críticas pelos seus “efeitos indesejados”: deterioração ambiental,

concentração urbana, desertificação rural e fracasso nas tentativas de reduzir as desigualdades sócioeconômicas, criando condições para o aparecimento de um novo paradigma que seguidamente se aborda.

O paradigma ou modelo territorialista associado às concepções do desenvolvimento “From above” e à abordagem “Bottom-up”,⁷⁵ assenta no pressuposto de que, o desenvolvimento e a satisfação das necessidades das populações, implicam a mobilização das potencialidades endógenas dos respectivos territórios e, em particular, a mobilização daqueles que se encontram associados e envolvidos no próprio processo de desenvolvimento local, exortando assim ao empenho no designado desenvolvimento pela base. Processo este que implica portanto a mobilização das pessoas e das associações locais, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos territórios.⁷⁶

Esta perspectiva pode porém originar uma situação de autarcismo / auto-suficiência (ou seja atender só aos recursos próprios), pelo que vários autores têm destacado a importância da formação de redes, procurando assim superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos. (A. Cardoso, 2001).

Ainda segundo J. M. Henriques (1990, pp. 53-54), este paradigma assenta numa escala que integra os seguintes valores:

- ✓ Satisfação das necessidades básicas de todos os elementos da sociedade (não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos);
- ✓ Desenvolvimento determinado pela população de território e fundamentado na mobilização dos recursos humanos, materiais e institucionais;
- ✓ Desenvolvimento igualitário e cumulativo (assente no desenvolvimento local);
- ✓ Desenvolvimento fundamentado por um elevado grau de autodeterminação do território;
- ✓ Prioridade ao desenvolvimento das pessoas e não dos lugares;
- ✓ Crescimento económico selectivo, orientado para a redistribuição, procurando que as pessoas sejam envolvidas em todo este processo;
- ✓ Desenvolvimento que pressupõe estruturas de tomada de decisão a diversos níveis.

Actualmente a dicotomia entre estes dois paradigmas pode ser ultrapassada com uma abordagem adaptada do princípio da subsidiariedade, termo feminino que significa: i)

⁷⁵ Que se distanciou da *perspectiva difusionista* e cuja classificação como se pode ver, tem assumido essencialmente três designações: “territorialista” (Friedmann e Weaver, 1979; Pecqueur, 1987; Henriques, 1990); “endógena” (Grefe *et al.*, 1986); “a partir da base” (Stöhr e Taylor, 1981).

⁷⁶ A este propósito Cardoso (2001) refere que “Nesta perspectiva vários investigadores, entre os quais, R. R. Amaro (1991) e J. Reis (1992) analisam o local como uma dimensão duplamente relacional. Para que tal processo seja exequível e eficaz importa obter, como referem J. Reis (1994), Pérez *et al.* (1994), um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnicoeconómica, institucional e humana, dimensões essas necessárias ao sucesso do processo de desenvolvimento”.

qualidade de subsidiário, ii) Complementaridade, iii) Reforço, iv) Apoio, v) Corroboração e vi) Colaboração.⁷⁷ O princípio da subsidiariedade estabelece que as estruturas institucionais e poderes mais próximos da realidade são os que devem ter a competência para solucionar os respectivos problemas, sendo as estruturas e poderes mais longínquos (como os da União, no caso da UE) apenas subsidiários. Daí que este seja considerado como um princípio que escalona atribuições aos diversos níveis de decisão, em função da complexidade da resposta aos interesses das populações.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (1991). “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”. *SOCIOLOGIA Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 161-182
<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/30/322.pdf>

BORBA, M.F.S.; GOMES, J.C.C.; TRUJILLO, R.G. (s/d). Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais.
http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Desenvolvimento_Endogeno_e_Potencial_Endogeno.doc

BREITENBACH, Raquel et al (2009). “O boom do leite em Ajuricaba-RS - análise crítica de uma estratégia emergencial reativa de desenvolvimento local”, *47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Porto Alegre, 26 a 30 de julho
<http://www.sober.org.br/palestra/13/480.pdf>

CABUGUEIRA Artur Carlos Crespo Martins (2000). “Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de Política Económica Regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, 103-136
http://www2.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

CALHEIROS, António Almeida. (2003). *Globalização e Desenvolvimento Local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*, (Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15081/2/5335TM01000076519.pdf>.

CARDOSO, António Maria Ferreira (2001). “Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais”. *1º Congresso de Estudos Rurais - Ambiente e Usos do Território*, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
<http://www.sper.pt/ICER/DOWNLOAD/2022.PDF>

DELUQUI, Monica. (2007). *Desenvolvimento, o novo olhar*. s/l. Fator Brasis
<http://www.fatorbrasis.org/node/45>

FERREIRA, Catarina (1998). “Desenvolvimento Humano Revisitado”, *Brief Papers*, nº 3/98, CEsa, Lisboa
http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief_98_3.PDF

⁷⁷ Fonte: Infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora.

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A endogeneização no desenvolvimento Econômico regional e local*, s.l., s.e.

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde (1979) – *Territory and function: the evolution of regional planning*, Berkeley, University of Califórnia Press

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R.(2003). “As três versões do Neo-Institucionalismo”, Lua Nova, nº 58

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

HENRIQUES, José M. E. (1990). *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher.

HENRIQUES, José M. E. 1983. *As Necessidades Humanas e a Problemática do Desenvolvimento: o conceito de 'Necessidades Básicas'*. Lisboa: Instituto Damião de Góis.

MATOS, António de Jesus Fernandes de (2000). *Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional* (Dissertação apresentada na universidade da Beira Interior Para obtenção do grau de Doutor em Economia, Covilhã, Universidade da Beira Interior - Departamento de Gestão e Economia

<http://www.dge.ubi.pt/fmatos/Tese.pdf>

MENDES, Tiago Carrilho Ribeiro. (2004). *Parcerias para a promoção local do emprego* (Tese de Doutoramento), Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

NUNES, Sérgio Paulo Leal (s/d). *Abordagens de Políticas do Desenvolvimento Regional*. Departamento de Gestão do Território. Escola Superior de Tecnologia. Instituto Politécnico de Tomar

http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/801_4.%20Abordagens%20de%20pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20Regional.pdf

PECQUEUR, Bernard. (1987). *De l'espace fonctionnel a l'espace territoire: Essai sur le développement local*, Paris, Université des Sciences Sociales de Grenoble (UE, 54221

RIBEIRO, J. Cadima; SANTOS, J. Freitas (s/d). *Desenvolvimento Endógeno e Política Regional*, s.l., s.e.

http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes_Actas_conferencias/2005/Cadima_Freitas_2005_APDR.pdf

VITTE, Claudete de Castro Silva (2007). “Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (50).

<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24550.htm>

ZANI, Felipe Barbosa. (2010). *Gestão Social do Desenvolvimento: A Exclusão dos Representantes dos Empresários? O Caso do Programa Territórios da Cidadania Norte – RJ*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

http://pegs.ebape.fgv.br/sites/pegs.ebape.fgv.br/files/dissertacao_final_felipe_zani_0.pdf

**FACTORES CHAVE E
OBSTÁCULOS AO
DESENVOLVIMENTO**

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Numa perspectiva macro mais abrangente são apontados como factores que favorecem o desenvolvimento os cinco indicados seguidamente.

Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Riqueza acumulada ✓ Grande produtividade ✓ Expansão dos serviços ✓ Recursos humanos qualificados ✓ Grande investimento científico e tecnológico ✓ Utilização de técnicas de marketing 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ População jovem ✓ Grande mercado ✓ Incentivos fiscais ✓ Programas de ajuda ao desenvolvimento ✓ Actuação preferencial das ONG's

Fonte: <http://pedrotildes.home.sapo.pt/ContrastesdeDesenvolvimento.pdf>

Um dos factores chave que permite compreender um processo de desenvolvimento é a capacidade de inovação de uma sociedade. Este factor está associado às designadas vantagens competitivas que resultam na maior parte dos casos de valores imateriais que são, principalmente, os trunfos políticos e sociais, os trunfos económicos, os trunfos culturais (J. Machado, s/d), ou por outras palavras consistem na qualificação de mão-de-obra, tecnologia avançada, elites intelectuais, políticas, artísticas e criativas⁷⁸. Estas vantagens permitem a oferta de bens e serviços de alto valor acrescentado.

Sobre esta questão, V. Silva e Henrique Barros (s/d) referem que a significativa vantagem competitiva um território não pode ser considerada somente sob a óptica económica e empresarial, mas deve incorporar outros aspectos complementares, tais como:

- ✓ Ambiente de relações políticas e sociais que favoreça o desenvolvimento local, permeável à incorporação de práticas sociais includentes e capazes de romper com inércias herdadas;
- ✓ Capital sinérgico, de modo que as redes locais de cooperação, sejam elas formais ou informais, realizem projectos com objectivos comuns, combinados e afinados para impulsionar a adoção de diferentes formas de inovação;
- ✓ Governança local, pressupondo que as instituições públicas, locais e regionais, não actuem apenas como protagonistas da inovação e do desenvolvimento territorial, por meio de iniciativas próprias, ou pelo estabelecimento de acordos, mas também garantam à sociedade civil a participação nos processos de informação e decisão (ou

⁷⁸ A propósito é referido o “efeito Medici” para ilustrar o papel da família que, com a sua criatividade contribui para transformar Florença numa cidade à qual afluíram escultores, cientistas, arquitectos, e filósofos entre outros, tendo por base a habilidade de ligar questões, problemas e ideias de áreas diferentes, que aparentemente não têm conexão umas com as outras. Este conceito foi avançado por Frans Johansson (2008) para caracterizar a “intersecção de domínios, disciplinas ou culturas em que é possível combinar conceitos existentes para criar um grande número de ideias novas e extraordinárias”.

seja, a boa governação é também, como se refere mais à frente, um factor que pode ajudar a explicar diferentes níveis de desenvolvimento, e,

- ✓ Melhoria na formação de recursos humanos, desde a educação formal à qualificação e reciclagem de empresários e trabalhadores”.

Outros autores debruçam-se também a esta questão referindo tópicos, que como não poderia deixar de ser, se assemelham muito aos referidos, acima. É o caso de A. Amaral (2005) que sublinha o facto de que o novo cenário de globalização, privilegia outros factores de localização distintos dos tradicionais (custos de transporte e mão-de-obra), que parecem não ser tão determinantes para a rentabilidade das empresas. Acrescenta o autor que qualquer território pode ser atractivo para distintas actividades económicas sempre que detenha outros requisitos que hoje em dia são indispensáveis, tais como: i) disponibilidade de capital humano qualificado, ii) a infra-estrutura comunicacional, iii) acesso a serviços e protecção ao meio ambiente, iv) saneamento, v) segurança e, vi) outros factores que melhoram as condições competitivas das unidades económicas do território⁷⁹.

L. Mira Amaral (2009), aponta como itens favoráveis ao crescimento económico: i) A aposta na educação; ii) A abertura à mudança; iii) A abertura ao mundo, ao comércio internacional e à economia global; iv) Estabilidade macroeconómica; v) Sistema de justiça transparente e célere, não criando incertezas e desconfianças à sociedade em geral e aos agentes económicos em particular; vi) Sistema fiscal que combine a equidade com a competitividade internacional das empresas; vii) Estado mínimo mas eficiente, e, viii) Boas estruturas de transporte, de telecomunicações e de energia.

Por sua vez D. Landes (2001), identifica os seguintes factores não-económicos (responsáveis pelo surgimento do modo de produção capitalista), subjacentes ao desenvolvimento das nações: recursos naturais, mão-de-obra, geografia, o clima, a religião, o ensino e a cultura, em sentido amplo (valores e atitudes vigentes numa sociedade, em especial a aptidão pela liberdade individual, a curiosidade e a criatividade, como também de uma vontade individual de alcançar a riqueza através do trabalho, raciocínio este baseado na descrição weberiana da ética do trabalho).

Relacionado com esta problemática aplicada a Portugal, A. Lopes (2012) refere como dimensões do desenvolvimento que permitem criar um bom mix de absorção do desemprego as cinco seguintes: i) Cidades; ii) Prevenção de desastres; iii) Energia e redes; iv) Alimentação e, v) Turismo. Já L. Valadares Tavares (2012) mostra a necessidade de acabar com os bloqueios na contração entre procura e oferta.

P. S. de Carvalho e J. F. Ribeiro (2009), com base em Garelli (2002) destacam as seguintes 11 “regras de ouro” da competitividade de um país: i) Redução da disparidade social e fortalecimento da classe média; ii) Manutenção da relação nível salarial/productividade/fiscalidade; iii) Qualidade transparência e celeridade na administração pública e governação; iv) Investimento reforçado na educação e na aprendizagem ao longo da vida; v) Definir uma estrutura económica flexível e de confiança; vi) Criar um ambiente legislativo estável e previsível; vii) Desenvolvimento de política agressiva de exportações e atracção IDE; viii) Equilíbrio entre proximidade e globalização; ix) Criação de riqueza e preservação dos sistemas de valor; x) Dotação de infraestruturas, incluindo as tecnológicas, e, xi) Promoção da poupança e investimento.

Já S. Boisier (2001), refere os seis factores seguintes que considera essenciais em qualquer processo de desenvolvimento: i) recursos (materiais, humanos, psicossociais e culturais); ii) actores (Individuais, corporativos e colectivos); iii) instituições (organização e planeamento

⁷⁹ Mais contributos sobre esta questão podem ser consultados em A. Figueiredo (2010).

regional institucional, rapidez, flexibilidade e inteligência organizacional⁸⁰); iv) procedimentos (de governação, gestão e administração da informação); v) cultura (enquanto capacidade de criar produtos alternativos e enquanto sistema de valores, crenças, atitudes face a determinadas realidades como trabalho, lazer, competitividade, associativismo, etc), e vi) conectividade exteriores (capacidade de estabelecer redes de relações com os mercados globais, com os sistemas internacionais e com o próprio estado). Assim, complementarmente, poderá afirmar-se que os factores considerados decisivos para o desenrolar de um processo de desenvolvimento territorial que seja de base endógena e se torne sustentável, são: i) o capital social, ii) o capital humano, iii) o conhecimento, a investigação e a inovação⁸¹; iv) a informação e, v) as instituições presentes num dado território. Por conseguinte uma região dotada destes factores ou estrategicamente direccionada para desenvolvê-los internamente terá as melhores condições de atingir um desenvolvimento equilibrado e sustentável com ecos em elevados índices de coesão social, económica e territorial⁸².

Porém há territórios que usufruem também de vantagens comparativas, estas associadas aos factores naturais (abundância de recursos renováveis e de recursos não renováveis, localização geográfica, menor custo dos fatores como trabalho, matéria-prima, capital ou infra-estruturas)⁸³ e que segundo (J. Machado (s/d), resultam portanto da existência de valores naturais e construídos, limitados, frágeis e perecíveis.

Ainda sobre esta temática, J. Fox e D. Beurle (2010) destacam os dez seguintes atributos inerentes às comunidades bem sucedidas:

1. Existência de uma forte cultura inclusiva;
2. Investimento no futuro – com efeitos duradouros;
3. Abordagem participativa nas decisões sobre a vida da comunidade;
4. Procura criativa de novas oportunidades económicas;
5. Apoio às empresas locais;
6. Deliberada transição do poder para novos líderes;
7. Forte crença e apoio à educação;
8. Forte presença das instituições tradicionais que são parte integrante da vida comunitária;
9. Vontade de procurar a ajuda no exterior;
10. Auto-suficiência.

Actualmente a perspectiva partilhada por muitos autores aponta para uma preocupação acentuada de análise integrada das realidades, sendo colocada por esses autores especial ênfase nos aspectos sociais e políticos do desenvolvimento, na capacitação institucional dos Estados e Instituições Públicas, na boa governação e na prevenção, gestão e resolução de conflitos, na redução da pobreza, na capacitação funcional e no desenvolvimento sustentado.⁸⁴

A. Gomes (s/d), R. Mamede (s/d), A. Barros e C. Pereira (2008), entre outros referem também o papel e importância do empreendedorismo para os processos de desenvolvimento.

Como obstáculos ao desenvolvimento surgem à localização geográfica adversa, sistemas políticos imobilistas, catástrofes naturais (cheias, sismos e furacões).⁸⁵

⁸⁰ O que se encontra relacionado com o conceito de resiliência estratégica, indispensável para assegurar um futuro sustentável (ver F. T. Santos, 2009).

⁸¹ Ver a propósito o conceito de região em aprendizagem, utilizado por autores como A. Richard (2001).

⁸² Fonte: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/379/4/17949_Cap_1_Teorias_e_Modelos_Final.pdf

⁸³ As quais, na generalidade, já não são tão importantes hoje como o foram no passado.

⁸⁴ Adaptado de: <http://www.plataformaongd.pt>

⁸⁵ No entanto, num estudo do Banco Mundial defende-se que pequenas inundações e terremotos podem impulsionar o PIB. Nesse estudo, publicado em Junho de 2009, é referido que “apesar de grandes catástrofes

Para P. Campeão (2004), que aborda esta problemática pela via das possíveis causas do baixo nível de competitividade de um sistema local de produção, essas causas podem ser agrupadas em quatro conjuntos, a saber: Ambiente Geral, Capital Organizacional, Capital Institucional e Capital Humano que o autor detalha como segue:

- ✓ “O grupo ‘Ambiente Geral’ refere-se aos fatores que estão presentes no sistema local e que são decorrentes de aspectos ambientais, representados pelas características naturais do território, e de aspectos de ordem social e econômica, representados por recursos herdados ou construídos ao longo do tempo.
- ✓ O grupo ‘Capital Humano’ engloba os aspectos decorrentes das características individuais e/ou coletivas das pessoas, os recursos humanos que atuam de forma direta ou indireta nas organizações locais.
- ✓ O grupo ‘Capital Institucional’ representa as organizações coletivas públicas e privadas, aqui denominadas de instituições, que visam o fornecimento de produtos e serviços canalizados no fortalecimento ou aprimoramento da atividade central do sistema produtivo.
- ✓ O grupo ‘Capital Organizacional’ representa os fatores decorrentes de ações que são adotadas pelas organizações produtivas atuantes no sistema, e que caracterizam a dinâmica econômica do sistema produtivo”.

Num outro texto⁸⁶, são apontados como factores que dificultam o crescimento económico nos países em desenvolvimento os seis seguintes: i) Falta de capital; ii) Fraca produtividade; iii) Elevadas importações; iv) Instabilidade política; v) Guerras e, vi) Corrupção.

Nesse mesmo texto, são ainda detalhadas como causas actuais do subdesenvolvimento as que constam abaixo.

1. Explosão demográfica (elevada natalidade que se verifica nos países em desenvolvimento gerando problemas) porque:
 - a) As débeis infra-estruturas não acompanham o crescimento populacional
 - b) Problemas de fome
 - c) Desemprego
2. Agricultura tradicional (de fraca produtividade e virada para o auto consumo, sendo insuficiente para as necessidades de uma população crescente).
3. Economia frágil (Baseada na produção e exportação de matérias-primas, de recursos energéticos e mineiros, que na sua maioria a exploração é levada a cabo por empresas estrangeiras e multinacionais, situação associada a trocas comerciais desfavoráveis: pois esses países exportam matéria prima a custos baixos e importam produtos industriais elaborados ou semi-elaborados).
4. Baixo nível de escolaridade e baixa formação profissional (O que inviabiliza o investimento estrangeiro, e logo a criação de emprego, sobretudo de empresas ligadas aos sectores das tecnologias mais produtivos e lucrativos).
5. Debilidade das infra-estruturas económicas (rede viária, aeroportos, rede ferroviária), facto que também condiciona o investimento estrangeiro.
6. Dívida externa
7. Instabilidade social e política (guerras, golpes de estado, conflitos étnicos, etc.).
8. Corrupção.

Uma outra sistematização sobre esta matéria,⁸⁷ agrupa através dos seguintes tópicos, alguns dos obstáculos ao desenvolvimento territorial:

corroerem sempre o crescimento, os pequenos desastres, como inundações e terremotos, podem, de facto, alavancar a economia, um efeito que se nota sobretudo em países em desenvolvimento”. (P. Romano, 2010).

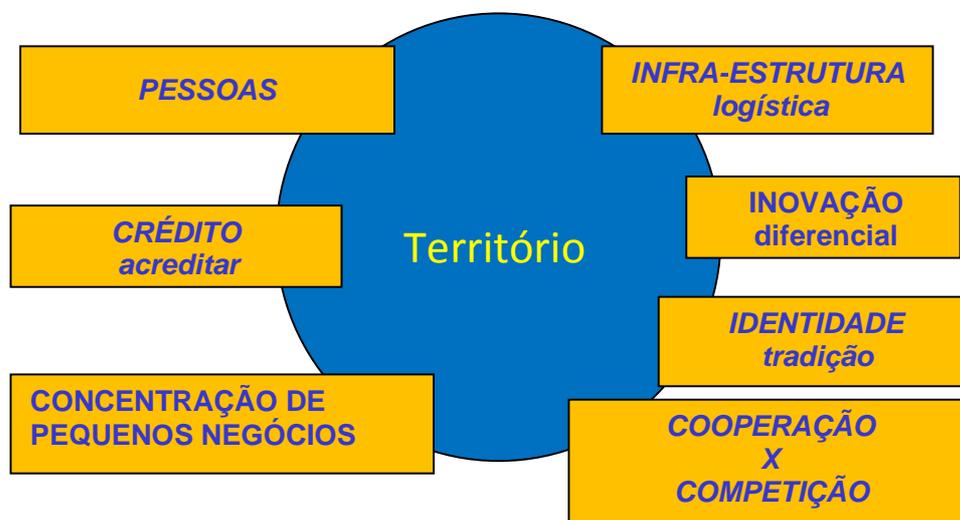
⁸⁶ Cfr: <http://pedrotildes.home.sapo.pt/ContrastesdeDesenvolvimento.pdf>

⁸⁷ Retirado de www.slideshare.net/luiztemp/desafio-local - Estados Unidos

- ✓ Lideranças locais possuem visões, soluções e objetivos individuais diferentes;
- ✓ Políticas públicas – locais e regionais – clientelistas e dependentes;
- ✓ Sentimento de que o setor público é único responsável pelo desenvolvimento local/regional;
- ✓ Rivalidades políticas (politicagem) entravam entendimentos;
- ✓ Cada município quer encontrar a sua solução individual;
- ✓ As comunidades locais só imaginam desenvolvimento através da agricultura;
- ✓ Acomodamento dos empresários locais;
- ✓ Experiências mal sucedidas;
- ✓ Baixo nível de cooperação
- ✓ Baixo nível da educação;
- ✓ Esperar soluções externas.

Autores como por exemplo A. Sicsú et al. (s/d) referem que no processo de intervenção nos territórios, deve ter-se presente que há sete forças que apresentam condições para serem mobilizadas com a finalidade de alterar a situação com que esses territórios se deparam, as quais são: i) qualificação de recursos humanos, ii) logística adequada, iii) aproveitamento das vantagens competitivas locais como diferencial inovador; iv) aproveitamento da tradição e cultura locais para a criação de marcas diferenciadoras; v) a interação dos diferentes atores que permita maior cooperação e aumento de competitividade; vi) a ênfase nos pequenos negócios como fator de geração de emprego e renda; e, vii) a viabilização de crédito compatível que permita a consolidação e expansão das atividades. Lógica essa que se encontra espelhada na figura seguinte⁸⁸.

Territórios Produtivos: Forças Transformadoras



Fonte: A. Sicsú et al. (s/d)

J. Oliveira (s/d), ao abordar a problemática das desigualdades no Brasil chama também a atenção para os contributos de G. Myrdal, autor que baseado na teoria do círculo vicioso da pobreza de Nurkse (1957), refere os efeitos regressivos (*backwash effects*) que ocorrem

⁸⁸ E que pode ser complementada com a aplicação do modelo VRIO: Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização.

através do comércio interregional que beneficia as regiões mais prósperas e prejudica as regiões mais pobres, efeitos estes que todavia não chegam a ser contrabalançados pelos efeitos propulsores (*spread effects*), também de carácter acumulativo, derivados da região em expansão, e que proporcionam aspectos positivos ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas. J. Oliveira cita ainda A. Hirschman autor para quem a expansão de uma região provoca, simultaneamente, efeitos favoráveis e desfavoráveis ao crescimento de outras regiões. Quanto aos efeitos favoráveis, chamados de efeitos de fluência (*trickling-down*), aumentam as compras e investimentos nas regiões mais pobres, principalmente se as economias possuírem uma relação de complementaridade, e absorvem parte do desemprego disfarçado, aumentando a produtividade do trabalho e os níveis de consumo *per capita* dessas regiões. Já os efeitos desfavoráveis, denominados de regressivos (*polarization effects*), além de fazerem concorrência com as empresas das regiões atrasadas, retiram seus técnicos e administradores, bem como seus empresários mais qualificados, em direcção à região desenvolvida.

S. Boisier *et alii.* (1995), referem que o desenvolvimento (endógeno) o primeiro fator do desenvolvimento endógeno refere-se ao processo decisional dos atores presentes na malha social do território, O segundo fator do desenvolvimento endógeno engloba as Instituições: os organismos de governo (a Administração Central desconcentrada), as universidades e centros de investigação, os serviços públicos, as empresas públicas, a imprensa, as associações de carácter associativo, os municípios e as ONGs. O terceiro fator consiste na cultura, no sentido da capacidade para produzir uma autoreferência, isto é a capacidade para produzir a identificação da população com seu próprio território. O quarto fator compreende os procedimentos utilizados pelas diferentes instituições da área geográfica. O quinto fator assenta nos recursos materiais, nos recursos humanos, e, nos conhecimentos e psicossociais com que conta o território. Finalmente, o sexto fator abrange as envolventes (o entorno ou meio externo), onde há uma multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle. Ainda num outro texto, é referido que “O desenvolvimento económico real – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação inteligente de diversos tipos de aportes. O “circuito superior” da economia (para utilizar a categoria de Milton Santos), tende a ter os apoios necessários. A necessária recuperação de equilíbrio situa-se, hoje, na área do “circuito inferior”, que apresenta um imenso potencial não só em termos produtivos, mas também de redução das desigualdades herdadas, através da inclusão sócio-produtiva com sustentabilidade” (AAVV, 2008, p. 10)⁸⁹. A partir dessa visão geral, o programa de estudos realizado pelos autores concluiu que os entraves ao desenvolvimento local (e as propostas correspondentes para superá-los) podem ser agrupados em oito eixos distintos, ainda que frequentemente sinérgicos ou superpostos: i) Financiamento e comercialização; ii) Tecnologia; iii) Desenvolvimento institucional; iv) Informação; v) Comunicação; vi) Educação e capacitação; vii) Trabalho, emprego e renda, e viii) Sustentabilidade ambiental. Estes eixos são abordados individualmente pelos autores, que os separam para efeito de análise, entendendo que grande parte da capacidade de gestão dependerá da habilidade em articulá-los transversalmente.

Mais recentemente D. Acemoglu e J. Robinson (2012) na sua publicação intitulada “Why nations fail”, questionam-se sobre por que é que alguns países são ricos e outros pobres (divididos pela riqueza e pobreza, saúde e doença, comida e fome). Será da cultura, do clima, ou da geografia? ou talvez da ignorância sobre o que são políticas certas? Para responder a

⁸⁹ Equipa que contou com a coordenação de Paulo Vannuchi, Márcio Pochmann, Silvio Cacciabava, Pedro Paulo Martone Branco, Juarez de Paula, Ladislau Dowbor.

essas interrogações os autores defendem que são as instituições políticas e económicas que sustentam o sucesso económico (ou falta dele), argumentando assim que o principal diferenciador entre os países se consubstancia nas "instituições", pelo que as nações prosperam quando desenvolvem instituições políticas e económicas "inclusivas", e falham quando essas instituições se tornem "extrativistas" e concentram o poder e oportunidade nas mãos de poucos.⁹⁰

Para além destes autores podem ainda ser consultados os contributos nomeadamente de C. Vitte (2006).

Por sua vez G. Neto (s/d), com base em contributos de vários autores⁹¹ sobre o tema Economia Constitucional, sustenta a importância das decisões constitucionais na estrutura da governança, que em última instância irá determinar a "performance" da economia no longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

Textos com autor identificado

AAVV (2008). *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*, s.l., s.e.

<http://dowbor.org/>

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*, s.l., Random House, Inc.

AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de; SILVA FILHO, Edison Benedito da. (2010). "A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento económico", *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 19, nº. 2 (39), pp. 211-232.

<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a01v19n2.pdf>

AMARAL, Álvaro Lucas do (2005). *A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais*, Cáceres-MT: Editora Unemat

http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/Estados_Brasileiros%20Mato_Grosso/Trabalhos_Completos/a_questao_regional_urbana_sob_a_otica_das_desigualdades_territoriais.pdf

AMARAL, Luís Mira (2009). *A crise financeira e a economia portuguesa: a perspectiva dos engenheiros*, Ordem dos Engenheiros - Comissão de Engenharia e Gestão Industrial

http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier_artigo/ea4740f7fe9633eeffc88a44e09372d4.pdf

BARROS, Aluizio Antonio de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo (2008), "Empreendedorismo e Crescimento Económico: uma Análise Empírica", *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 12, nº 4, pp. 975-993, Out./Dez.

⁹⁰ O que chama a atenção para o enfoque avançado pelos neoinstitucionalistas, nomeadamente Douglass North (sobre esta questão ver o artigo de H. Aguilar Filho e E. Silva Filho (2010).

⁹¹ Nomeadamente Buchanan & Tullock (1962, 1965); North & Weingast (1989); Buchanan (1990); R. Scully (1992); De Long & Shleifer (1993), e Montenegro (1995).

BOISIER, S. *et alii.* (1995). *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. Santiago de Chile, Ilpes/Cepal.

BOISIER, Sergio. (2001). “Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial”, *Interações*, Campo Grande: vol. 02, nº 03, pp. 09-28.

BRASIL. (2005). *Diretrizes e metas para o PNRH*, Brasília, Agência Nacional de Águas (on line) Disponível em
<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/Conjuntura_Macro_Global_Nacional.pdf >
(acesso em: 20/01/2012)

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (2009), *Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local*, Brasília, Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional.
http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/102/Curso_Internacional_de_Gestao_Estrategica.pdf

CAMPEÃO, Patrícia (2004). “Fatores de Competitividade para Sistemas Locais de Produção Agroindustrial”, *IV JCEA – Campo Grande, MS, Brasil 6 a 8 de Outubro*.
http://www.ufms.br/dea/oficial/HTM/artigos/administra%E7%E3o/Gest%E3o%20de%20Agroneq%F3ci%20os/des_local.pdf

CARVALHO, Paulo Soeiro de; RIBEIRO, José Félix (2009). *Territórios em Transformação: O Caso do Alentejo*, Lisboa, DPPRI.
<http://www.dpp.pt/pages/files/Alentejo2030.pdf>

DIAP POLITECNICO DI MILANO. (2011). *Instead institutional capacity for territorial development (Targeted Analysis 2013/2/16*. Inception Report. Version 08/September, ESPON & Politecnico di Milano.
http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/TargetedAnalyses/SMART-IST/Revised_Inception_Report_and_Annexes.pdf

FEITOSA, Maísa de Holanda (2009). *O Empreendedor como Agente do Desenvolvimento*, s.l., s.e.
<http://territorioemrede.wordpress.com/artigos/o-empresendedor-como-agente-do-desenvolvimento-por-maissa-de-holanda-feitosa/>

FIGUEIREDO, António Manuel. (2010). “Competitividade Regional e Ordenamento do Território”, *Prospectiva e Planeamento*, vol. 17.
http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3209/Competitividade_Regional.pdf

FILHO, Jair do Amaral (s/d). *A endogeneização no desenvolvimento Econômico regional e local*, s.l., s.e.
<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>

FOX, Juliet; DAVID Beurle, (2010). *Winnemucca Futures Project Scenario Planning Report*, Winnemucca / Nevada, Humboldt Development Authority.
<http://hdanv.org/wp-content/uploads/2011/02/WMCA-Scenario-Planning-Report-Final.pdf>

GARELLI, S. (2002). *Competitiveness of nations: The Fundamentals*, IMD.

GOMES, Almiralva Ferraz (s/d). *O Empreendedorismo como uma alavanca para o Desenvolvimento Local*, s.l., s.e.

http://www.facef.br/rea/edicao07/ed07_art04.pdf

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R.(2003). “As três versões do Neo-Institucionalismo”, *Lua Nova*, nº 58.

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

JOHANSSON, Frans (2008). *O Efeito Medici: Como Realizar Descobertas Revolucionárias na Interseção de Idéias, Conceitos e Culturas*, Lisboa, Livraria Apolo 70.

LANDES, David. (2001). *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*, Gradiva.

LOAYZA, Norman et al. (2009). *Natural Disasters and Growth. Going beyond the Averages* (Working Paper 4980). The World Bank. East Asia and Pacific Social Protection Unit & Development Research Group.

LOPES, Aníbal Freitas. (2012). “Avaliação Geral do Património”, *Jornal de Negócios*, Ano XII, 2291, 11 de Julho.

MACHADO, João Reis (s/d). *Vantagens Comparativas e Competitivas da Área Metropolitana de Lisboa*, Monte da Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Nova de Lisboa.

http://www.aml.pt/webstatic/actividades/smig/atlas/docs/atlas_14.pdf

MAMEDE, Ronney Robson (s/d). *Educação Em Empreendedorismo Como Fator de Desenvolvimento Econômico: Uma Proposta Para o Município de Campo Grande-MS*, Campo Grande, Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.

http://www.oei.es/etp/educacao_empreendedorismo_fator_desenvolvimento_economico.pdf

MONTEIRO, Eugénio Viassa. (2012). “Ser competitivos com competências distintivas : Remédio certo para a crise”, *Expresso Economia*, nº 2078, 25 de Agosto, p. 23.

NETO, Giácomo Balbinotto. (s/d). *Finanças Públicas, Escolha Pública e Processo Político*, s.l., s.e.

<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/finpub/aula2.pdf>

OCDE. (2006). *L'évaluation environnementale stratégique. Guide de Bonnes Pratiques dans le Domaine de la Coopération pour le Développement*, Paris, OCDE.

<http://www.oecd.org/dataoecd/4/20/37354750.pdf>

OLIVEIRA, Júlio César de (s/d). *Análise do crescimento econômico e das desigualdades Regionais no Brasil*, s.l., s.e.

www.online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1004/764

PONTES, José Pedro. (2005). *A Política Regional Portuguesa e as Economias de Aglomeração*, s.l., s.e.

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73

RATTNER, Henrique (s/d). *Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento*, s.l., s.e.

<http://www.abdl.org.br/article/articleview/694/1/97/>

RAJAN, Raghuram. (2012). “A desigualdade inibe o crescimento?”, *Expresso Economia*, nº 2073, de 21/07, p. 26.

RICHARD, Antoine (2001). “A construção de regiões em aprendizagem: o contributo da investigação social”, *Agora XI - As regiões em aprendizagem*, Salónica, 15 e 16 de Março, pp. 35-40.

http://7oficios.wikispaces.com/file/view/learning_regions_cedefop.pdf

ROMANO, Pedro (2010). “Quando os desastres naturais criam riqueza”. *Jornal de Negócios*, ano XII, nº 1701, de 02/Março.

RÜCKERT, Aldomar A. (2005). “Reforma do Estado, Reestruturas Territoriais, Desenvolvimento e Novas Territorialidades”, *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 17, pp. 79 – 94.

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp17/Artigo5_Aldomar.pdf

SANTOS, Fernando Teigão. (2009). “Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável”, *Estudos Regionais, Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Revista da APDR, Nº 20, 1º Quadrimestre 2009, Coimbra.

<http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER20/20.3.pdf>

SANTOS, Marcos Olímpio G. (2011). *Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento: Contributos para o debate sobre o tema*, (texto em aberto), s.l., s.e.

SCHUMPETER, Joseph (1978). *The Theory of Economic Development*, Oxford, Oxford University Press.

SICSU, Abraham B. et al. (s/d). *Novas lógicas do planeamento regional e a valorização do local: Estudos de casos em Alagoas e Pernambuco*, s.l., s.e.

<http://www.fenecon.org.br/Artigo-NovasLogicas.pdf>

SILVA, Vicente Eudes Veras da; BARROS, Jorge Henrique Costa (s/d). *Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social na Cidade de Duque de Caxias*.

URL: http://www.aedb.br/seget/artigos07/656_Desenvolvimento_Local.pdf

VALADARES TAVARES, L. (2012). “Crescimento, mercado e contratação”, *Expresso Economia*, nº 2072 de 14 de Julho, p. 30.

VITTE, Claudete de Castro Silva. (2006). “Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações”, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87.

<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf/>

Textos sem autor identificado

Contrastes de Desenvolvimento: 1ª parte - Países desenvolvidos vs Países em desenvolvimento.

<http://pedrotildes.home.sapo.pt/ContrastesdeDesenvolvimento.pdf>

DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E DESENVOLVIMENTO COLECTIVO

TEXTO EM CONSTRUÇÃO

Neste ponto articula-se as especificidades do desenvolvimento de cada ser humano⁹² com as características do desenvolvimento colectivo⁹³.

Como é que a realidade dá ou deveria dar resposta ao que se considera ser as condições formativas e evolutivas do ser humano ao longo do seu processo de socialização, articuladas por exemplo com os valores inerentes ao desenvolvimento autêntico⁹⁴ (H. Lacey, 1998, p. 150 e K. Koide, 2011), é a questão que se coloca como linha orientadora da pesquisa.

No que se refere ao desenvolvimento individual, uma primeira referência para o modelo dos 4 A's de Long (citado por Amado & Freire, 2002): *Attachment* (vinculação e relações sociais positivas), *Achievement* (sucesso e recusa em aceitar o insucesso), *Autonomy* (maior exigência de responsabilidade e não de obediência) e *Altruism* (através da ajuda dos outros os jovens encontram a sua própria auto-confiança).

São assim referidos os contributos de A. H. Maslow (hierarquia das necessidades humanas), Erik Erikson (estágios de desenvolvimento do ser humano), Jean Piaget (degraus sucessivos, estádios e períodos do desenvolvimento do ser humano), e Sigmund Freud (fases do desenvolvimento sexual).⁹⁵ São ainda respigados contributos de Ronald Inglehart (1977) através de um triptíco de valores fundamentais, Ronald Inglehart (1977), também com uma

⁹² Entendendo-se por desenvolvimento humano “o processo através do qual a pessoa em crescimento adquire uma concepção mais expandida, mais diferenciada e mais válida do ambiente ecológico, tornando-se assim motivada e capaz para se envolver em actividades que revelam as propriedades, sustentam ou reestruturam esse ambiente a níveis de cada vez maior complexidade em termos de forma e conteúdo” Fonte:

http://w3.ualg.pt/~jfarinha/activ_docente/pda_mestR7/projeccoes/3-EcolDesenvHuman_PDA-MestR7.pdf

⁹³ Sobre a sistematização das teorias da psicologia e do desenvolvimento humano ver J. Tudge (s/d) que refere que as mais importantes dessas teorias são as seguintes três: i) contextualismo, ii) o mecanicismo e iii) o organicismo.

⁹⁴ Através do qual se visa promover “valores tais como a cooperação, a participação ampla, o compromisso com os direitos sociais e económicos (bem como direitos civis e políticos), a autoconfiança e o respeito pela natureza”, ao invés do desenvolvimento modernizador comprometido com valores do neoliberalismo, do progresso tecnológico, e de capital e mercado.

⁹⁵ A propósito refira-se a classificação apresentada por A. Ribeiro, (2005) sobre as abordagens que se têm afirmado na explicação de fenómenos estudados pela Psicologia do Desenvolvimento: i) Os Ambientalistas, entre eles Skinner e Watson (do movimento behaviorista), para quem as crianças nascem como *tábulas rasas*, que vão aprendendo tudo do ambiente por processos de imitação ou reforço; ii) os Inatistas, como Chomsky, que defendem a ideia de que as crianças já nascem com tudo que precisam na sua estrutura biológica para se desenvolver. Nada é aprendido no ambiente, e sim apenas disparado por este; iii) Os Construcionistas, tendo como expoente Piaget, segundo os quais o desenvolvimento é construído a partir de uma interação entre o desenvolvimento biológico e as aquisições da criança com o meio; iv) os Sociointeracionistas, de Vygotsky, segundo a qual o desenvolvimento humano se dá em relação nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação; v) os Evolucionistas, influenciada pela teoria de Fodor, segundo a qual o desenvolvimento humano se dá no desenvolvimento das características humanas e variações individuais como produto de uma interação de mecanismos genéticos e ecológicos, envolvendo experiências únicas de cada indivíduo desde antes do nascimento, e vi) os Psicanalíticas, cujos expoentes são Freud, Klein, Winnicott e Erikson. Tal perspectiva procura entender o desenvolvimento humano a partir de motivações conscientes e inconscientes da criança, focando seus conflitos internos durante a infância e pelo resto do ciclo vital.

proposta bifocalizada de valores, do PNUD (com o paradigma de desenvolvimento humano), e com o leque de competências a aperfeiçoar ao longo da vida (CE, 2007).

O contributo de J. Piaget revoluciona a teoria do desenvolvimento intelectual e, o seu trabalho sobre a criança enquanto "sujeito epistémico" (não enquanto sujeito individual mas como parte do desenvolvimento do pensamento humano) constitui aquilo que se designa por epistemologia genética. Este autor desenvolve uma teoria psicobiológica que se baseia em assimilação de elementos do meio numa estrutura prévia do sujeito. Sobrevém seguidamente uma acomodação, onde os processos mentais se modificam em prol das experiências. Segue-se uma adaptação, que consiste numa regulação interior entre o organismo e o meio, e, por fim uma equilibração, que se expressa sendo um mecanismo auto-regulador que permite uma nova destabilização. J. Piaget sub-divide o desenvolvimento intelectual em quatro estádios: i) Estádio sensório-motor (dos 0 aos 18/24 meses); ii) Estádio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos); iii) Estádio das operações concretas (dos 7 aos 11/12 anos), e iv) Estádio das operações formais (dos 11/12 anos aos 15/16 anos).⁹⁶

S. Freud, sustenta que o desenvolvimento humano e a constituição da mente explicam-se pela evolução da psicosexualidade. Para o autor, um dos conceitos mais importantes da teoria psicanalítica sobre o desenvolvimento é a existência de uma sexualidade infantil. Sobre esta temática Freud define cinco estádios do desenvolvimento psicosexual: i) Estádio oral (0 - 12/18 meses); ii) Estádio anal (12/18 meses - 2/3 anos); iii) Estádio fálico (2/3 anos - 5/6 anos); iv) Estádio de latência (5/6 anos - puberdade), e v) Estádio genital (depois da puberdade).⁹⁷

E. Erikson defende que o ser humano atravessa em geral oito estádios de desenvolvimento, tendo em conta aspectos biológicos, individuais e sociais. Cada estádio é atravessado por uma crise psicossocial, conforme seguidamente referido:

- 1ª idade - Confiança *versus* Desconfiança (0 - 18 meses)
- 2ª idade - Autonomia *versus* Dúvida e Vergonha (18 meses - 3 anos)
- 3ª idade - Iniciativa *versus* Culpa (3 - 6 anos)
- 4ª idade - Indústria/Mestria *versus* Inferioridade (6 - 12 anos)
- 5ª idade - Identidade *versus* Difusão/Confusão (12 - 18/20 anos)
- 6ª idade - Intimidade *versus* Isolamento (18/20 - 30 e tal anos)
- 7ª idade - Generatividade *versus* Estagnação (30 e tal - 60 e tal anos)
- 8ª idade - Integridade *versus* Desespero (depois dos 65 anos).⁹⁸

Por sua vez U. Bronfenbrenner (1996) aplica o seu paradigma ecológico ao estudo do desenvolvimento humano⁹⁹. Para este autor as pesquisas ecológicas deveriam examinar as relações multivariadas existentes ao longo do tempo entre as medidas relativas a *Pessoas, Processos e Contextos* (PCC)¹⁰⁰. Neste modelo PCC, (tal como referem M, Veríssimo e A.

⁹⁶ Adaptado de: <http://li.romao.tripod.com/concepcoes.html>. Para mais pormenores ver <http://afilosofia.no.sapo.pt/11.piagetconhecimento.htm>

⁹⁷ Adaptado de <http://li.romao.tripod.com/concepcoes.html>

⁹⁸ Adaptado de <http://li.romao.tripod.com/concepcoes.html>.

Para mais pormenores ver <http://teoriaspersonalidade.no.sapo.pt/indice1.htm>

⁹⁹ Para Bronfenbrenner "O desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa em crescimento adquire uma concepção mais expandida, mais diferenciada e mais válida do ambiente ecológico, tornando-se assim motivada e capaz para se envolver em actividades que revelam as propriedades, sustentam ou reestruturam esse ambiente a níveis de cada vez maior complexidade em termos de forma e conteúdo. O processo de desenvolvimento pode ser inferido através da análise de das actividades, papéis e relações em que o sujeito participa".

¹⁰⁰ As principais características do modelo ecológico do desenvolvimento humano são as seguintes: i) Identifica os contextos em que vivem os indivíduos; ii) Distingue microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e

Santos, 2008), Bronfenbrenner sugere que as variáveis relativas à Pessoa deverão incluir características do indivíduo avaliadas aos níveis socio-histórico, psicológico e biológico. O *Contexto* respeita a constrangimentos situacionais que podem ir desde as diferenças nos sistemas socio-culturais (e.g., Nativos americanos *versus* Euro-americanos), diferenças contemporâneas no acesso aos recursos (e.g., classe operária *versus* classe média), aos modos prevalentes de interação familiar (e.g., estilos parentais autoritário *versus* democrático). Quanto aos *Processos* alteram-se ao longo do tempo e existem como função conjunta da pessoa e do contexto; a interação entre variáveis da pessoa e do contexto não é nem linear, nem aditiva, mas sim sinérgica.

Por outro lado, veja-se também os contributos sobre os valores que medeiam a harmonia dos seres humanos com os seus semelhantes, consigo próprios e com as envolventes que os rodeiam. Erik Allardt (1973) é um desses autores que propõe o seguinte conjunto de valores: *having* (ter), *loving* (amar) e *being* (ser).

Para E. Allardt, *having* compreende os recursos individuais de satisfação das necessidades primárias de vida e segurança, *loving* respeita aos valores afiliativos, sociais e interpessoais, enquanto *being* prende-se com a satisfação das necessidades de desenvolvimento do *self*, agregando a singularidade do sujeito como ser único no mundo.¹⁰¹

Estes valores que são pela generalidade dos são contrariados pela dinâmica da vida social pelos fenómenos designados por anomia, alienação e privação (absoluta e relativa).

É também considerado o contributo de Ronald Inglehart (1977), segundo o qual os valores podem ser agrupados em 2 tipos conforme consta seguidamente:

Valores Materialistas, onde se incluem: i) Luta contra a criminalidade; ii) Manutenção da ordem; iii) Estabilidade da economia; iv) Crescimento do PIB; v) Luta contra a alta dos preços, e, vi) Uma potente defesa nacional

Valores Pós Materialistas, onde por sua vez cabem: i) Embelezamento das cidades, protecção da natureza; ii) Uma sociedade onde as ideias contêm mais do que o dinheiro; iii) Liberdade de expressão; iv) Uma sociedade menos impessoal; v) Participação acrescida no quadro de vida e do trabalho, e vi) Participação acrescida ao nível político.

Ao longo da curva vital (ou percurso de vida), através do processo de socialização (primária e secundária), o ser humano vai estabelecendo o relacionamento consigo, com os outros e com a sua envolvente, relacionamento esse, mediado pelos valores que interiorizou no contacto com os grupos primários (família, amigos) e com os grupos secundários (organizações).

As condições de existência que são proporcionadas a cada ser humano influenciam assim a qualidade da sua vida, pelo que, se o desenvolvimento individual for considerado como variável dependente, coloca-se a questão de conhecer como é que o desenvolvimento colectivo condiciona a personalidade de cada um(a) de nós.

cronossistema; iii) Mostra que os diferentes contextos são interdependentes; iv) Analisa as interações que ocorrem nos contextos; v) Caracteriza as redes sociais; vi) Identifica os efeitos das redes sociais nos indivíduos; vii) Defende que os contextos afectam os comportamentos dos indivíduos; viii) Sustenta que o indivíduo pode exercer influência nos contextos em que está integrado; ix) Alega que os indivíduos atribuem significados aos contextos e x) Explicita que o desenvolvimento humano é resultado da interação entre a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (A. Rocha, s/d).

¹⁰¹ Rafaela Assis de Souza e Alysson Massote Carvalho afirmam que, “enquanto a categoria, *having* é espelhada através de dados sócio-demográficos dos indicadores sociais, as categorias *loving* e *being* são de carácter psicológico e social.” <http://www.scielo.br>

O processo de desenvolvimento colectivo nas suas vertentes económica, social e ambiental e, nos seus requisitos (integrado, sustentável, endógeno, local), tem de se articular estreitamente com os processos de desenvolvimento individual criando condições para que cada ser humano possa realizar-se, de acordo com as suas potencialidades, contribuindo para o bem comum.¹⁰²

Os educadores podem recorrer para o efeito a diversos métodos, nomeadamente: i) Sócio-interacionismo; ii) Tradicional; iii) Freinet; iv) Construtivismo; v) Montessori, e, vi) Waldorf.¹⁰³

O paradigma de desenvolvimento humano que o Programa das Nações Unidas Desenvolvimento (PNUD), adoptou em 1990 e que desde então está na origem de uma publicação anual, constitui uma base para se reflectir sobre a articulação da sociedade e do indivíduo. Esse paradigma resume em dez pontos uma proposta para a educação e formação do ser humano que compete aos agentes educativos proporcionar:

1. O fundamento real do desenvolvimento humano é o universalismo do direito à vida;
2. Cada ser humano nasce com um potencial, que necessita de certas condições para se desenvolver;
3. O objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente no qual todas as pessoas possam expandir suas capacidades;
4. Esse ambiente deve ainda propiciar que a presente e as futuras gerações ampliem suas possibilidades;
5. A vida não é valorizada apenas porque as pessoas podem produzir bens materiais, nem a vida de uma pessoa vale mais que a de outra;
6. Cada indivíduo, bem como cada geração, tem direito a oportunidades que lhe permitam melhor fazer uso de suas capacidades potenciais;
7. A forma pela qual realmente são aproveitadas essas oportunidades e quais os resultados alcançados têm a ver com as escolhas que cada um faz ao longo de sua vida;
8. Todo ser humano deve ter capacidade de escolha, agora e no futuro;
9. Há uma necessidade ética de se garantir às gerações futuras condições ambientais pelo menos iguais às que as gerações anteriores desfrutaram (desenvolvimento sustentável);
10. Esse universalismo torna as pessoas mais capazes e protege os direitos fundamentais (civis, políticos, sociais, económicos e ambientais).

De acordo com esta perspectiva, a preparação do ser humano para viver e trabalhar numa sociedade pós-moderna assim tem de assentar numa educação pluridimensional enformada pela aplicação dos princípios ético-políticos desse paradigma ao desenvolvimento pessoal e social das novas gerações e também das gerações adultas¹⁰⁴.

Um importante contributo relacionado com esta questão consistiu na identificação e definição das competências essenciais necessárias à realização pessoal, à cidadania activa, à coesão social e à empregabilidade na sociedade do conhecimento. O Quadro de Referência estabelece as seguintes oito competências essenciais: i) Comunicação na língua materna; ii)

¹⁰² É oportuno lembrar que: “O mundo que nós vamos deixar para os nossos filhos depende muito do tipo de filho que nós vamos deixar para o mundo” (cfr: <http://ludicalivros.blogspot.com/2008/11/o-que-antroposofia.html>)

¹⁰³ Para mais pormenores ver: <http://cewk.pbworks.com/f/M%C3%89TODOS+PEDAG%C3%93GICOS.doc>.

¹⁰⁴ Adaptado de A. Costa (s/d)

Comunicação em línguas estrangeiras; iii) Competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia; iv) Competência digital; v) Aprender a aprender; vi) Competências sociais e cívicas; vii) Espírito de iniciativa e espírito empresarial; e viii) Sensibilidade e expressão culturais (CE, 2007).

De referir ainda entre outros, os contributos de M. Poletto e H. Koller (2008) sobre os contextos ecológicos enquanto promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. É de interesse também aprofundar a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner (1983), o Modelo de Bob Samples (1987), A teoria da inteligência emocional de Daniel Goleman (1993), o modelo triárquico de inteligência de Robert Sternberg (1992), a teoria dialéctica de Klaus Riegel (1979), Teoria socioecológica de Jaan Valsiner (1987).

BIBLIOGRAFIA

ALLARDT, E. (1973). "A welfare model for selecting social indicators of national development", *Policy Sciences*, nº 4, pp. 64-74.

Almeida, Neide Lúcia de Oliveira. (2009). "Diversidade cultural: O expatriado no contexto da dinâmica social corporativa num mundo globalizado", *V Congresso Nacional de Excelência em Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade*, Niterói, RJ, Brasil, 2, 3 e 4 de julho
http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0164_0679.pdf

BRONFENBRENER, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, Harvard University Press.

BRONFENBRENER, U. (1996). *The process-person-context model in developmental research: Principles, applications and implications*. Quebec, Laval.

CANAVARRO, Maria Cristina. (2008). *Psicopatologia Cognitivo-Desenvolvimental. Relatório da Unidade Curricular*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9896/1/relatorio_unidade_curricular.pdf

CARVALHO, Luiz Felipe Nasser. (2004). *Cognição em Organizações: Complexidade cognitiva e seus impactos no desempenho organizacional*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2301/127147.pdf?sequence=2>

CASTRO, Bernardo Monteiro de (2006). *Projeto de pesquisa: Comportamentos e fatores de risco e proteção na adolescência e juventude no município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
<http://www.metodistademinas.edu.br/proreitoriaacademica/pesquisa/p3.pdf>

CE. (2007). *Competências-chave para a Aprendizagem ao Longo da Vida – Quadro de Referência Europeu*, s.l., DG Educação e Cultura. Europeias
http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/publ/pdf/ll-learning/keycomp_pt.pdf

COSTA, Antonio Carlos Gomes da (s/d). *Educação: Tendências e Desafios no Século XXI*, s.l., s.e.
<http://4pilares.net/text-cont/costa-educacao.htm>

ERIKSON, E. H. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar editores

- ERIKSON, E. H. (1987). *Infância e Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores
- ERIKSON, E. H. e ERIKSON, J. (1998). *O ciclo da vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas
- HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R.(2003). “As três versões do Neo-Institucionalismo”, *Lua Nova*, nº 58
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>
- JOENK, Inhelora Kretzschmar. (s/d). *Uma Introdução ao Pensamento de Vygotsky*
<http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276/1087>
- KOIDE, Kelly Ichitani. (2011). “O modelo reticulado e as estratégias de pesquisa: sobre o papel dos valores cognitivos na atividade científica e a perspectiva de uma epistemologia engajada”, *Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar*.
www.ufscar.br/~sempqfil/wp-content/uploads/2012/05/kellykoide.pdf
- LACEY, H. (1998). *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial.
- MASLOW, A. H. (s/d). *Introdução à Psicologia do Ser*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Eldorado
- MENEZES, Wellington Fontes (2008). “A ilusão da felicidade: autofagia, angústia e barbárie na sociedade de hiperconsumo”, *VI Congresso Português de Sociologia*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/601.pdf>
- OLIVEIRA, Edenis César de (s/d). *Crescimento e desenvolvimento econômico: a sustentabilidade como modelo alternativo*, s.l., s.e.
www.artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1189789541_81.doc
- PNUD (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 - Edição do 20º Aniversário (Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano)*, New York, PNUD.
http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
- POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. (2008). “Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção”, *Estudos de Psicologia*, Campinas, 25(3), pp. 405-416, julho – Setembro.
<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>
- RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira (s/d). *Vygotsky e o desenvolvimento humano*, s.l., s.e.
<http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf>
- RIBEIRO, A. M. (2005). *Curso de Formação Profissional em Educação Infantil*. Rio de Janeiro: EPSJV / Creche Fiocruz.
- ROCHA, André. (s/d). *Ficha de trabalho nº 10*, s.l., s.e.
<http://webcache.googleusercontent.com/search?hl=pt-PT&q=cache:VRLJV40kefKJ>
- SANTOS, Paulo Lucio dos. (s/d). *Violência e segurança urbana: o papel do município e da sociedade civil na prevenção*
<http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao1/Autores/Paulo%20Lucio.pdf>

SILVA, Nadja Medeiros Justino da. (2009). *Análise da eficácia dos serviços prestados pelo NTI, como gestor de TI, a UFPE (Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste – MPANE)*. Recife, Centro de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal de Pernambuco.

TUDGE, Jonathan. (s/d). *A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista?*, Greensboro, Universidade da Carolina do Norte (EUA)
<http://www.uncg.edu/hdf/facultystaff/Tudge/Tudge,%202008.pdf>

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. (2007). “Aplicação de Teorias Cognitivas no Tratamento da Informação”, *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, vol.3, nº 2, pp.116-128, jul-dez.
rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/65/56

VERÍSSIMO, Manuela; SANTOS, António J. (2008). “Desenvolvimento social: Algumas considerações teóricas”, *Análise Psicológica*, nº 3, vol. XXVI, pp. 389-394
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v26n3/v26n3a02.pdf>

VYGOTSKY, L. S (1996). *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto tem vindo a ser elaborado com o intuito de ser actualizado sempre que se justifique e, também para que alguns dos tópicos antes expostos possa ser desenvolvido em conjunto com interessados(as) na matéria que para o efeito for seleccionada.

Sendo uma documentação em construção (*living document*) deverá também incorporar novos tópicos que permitam melhor conhecer um tema tão vasto como é o Desenvolvimento, sobretudo abordagens que possibilitem inserir explicações sobre a actual crise que se abate praticamente sobre todo o planeta.



**BIBLIOGRAFIA
ADICIONAL**

BOYER, Robert (1999).” Estado, mercado e desenvolvimento: Uma nova síntese para o século XXI?”, *Economia e Sociedade*, Campinas, (12): 1-20, jun.

http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V8-F1-S12/01_Boyer.pdf

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2006). “Estratégia Nacional e Desenvolvimento”, *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/102-3.pdf>



SITES E BLOGS COM INTERESSE

Agroportal - Associações de Desenvolvimento

www.agroportal.pt/.../desenvolvimento.htm

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

<http://www.animar-dl.pt/associacao.php?id=14>

Bresser-Pereira Website

<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1573>

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ([Grupo de Pobreza](#), Escritório de Políticas para o Desenvolvimento, Nova York)

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) é o fórum global das Nações Unidas para o diálogo e aprendizado Sul-Sul sobre políticas inovadoras para o crescimento inclusivo. A partir de sua sede em Brasília, o IPC-IG dedica-se à promoção de conhecimento entre os países em desenvolvimento visando à formulação, implementação e avaliação de políticas e programas que levem a um processo de crescimento com inclusão social.

<http://www.ipc-undp.org/PagePort.do?id=134&active=0>

Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress

<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/documents.htm>

Ideia Sustentável – Estratégia e inteligência em sustentabilidade

Consultoria especializada em estratégia e inteligência em sustentabilidade. Criada, em 1994, como Ofício Plus Comunicação, pelo jornalista e consultor Ricardo Voltolini, a empresa acompanha de perto a trajetória de evolução dos temas socioambientais na gestão das corporações brasileiras, tendo trabalhado com terceiro setor, investimento social privado, responsabilidade social empresarial e, mais recentemente, com sustentabilidade.

Hoje, a Ideia Sustentável atua em quatro linhas.

Em Consultoria, atende empresas de diferentes portes, apoiando-as no diagnóstico, na proposição, no desenho e na comunicação de políticas de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, com especial ênfase para a criação de cultura organizacional e gestão de conhecimento.

Em Educação, ministra programas abertos e *in company* para executivos de empresas interessados em aplicar o conceito da sustentabilidade na condução dos negócios.

Em Conteúdos, produz desde 2005 a revista trimestral Ideia Sustentável que se propõe a fazer um aprofundamento das tendências em responsabilidade social empresarial e sustentabilidade. Nessa linha, realiza estudos, pesquisas, relatórios, seminários e publicações especiais — por livre iniciativa ou sob demanda de clientes. Muitos desses materiais você pode encontrar aqui no nosso portal.

E em Comunicação, desenvolve planos e ações de comunicação, ajudando as empresas a definirem uma identidade/posicionamento sustentável, selecionarem públicos, meios e mensagens mais adequados para estreitar relacionamento com os seus diferentes públicos de interesse.

NOTA: Disponibiliza um Glossário com ineteresse

<http://www.ideiasustentavel.com.br/quem-somos/>

Ladislau Dwobor – Artigos on line

<http://dowbor.org/artigos.asp>

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

<http://www.minhaterra.pt/spip.php?article1>

OPINIONSUR - Revista Mensual y Gratuita

www.opinionsur.org.ar

Planeta Sustentável

É o primeiro projeto liderado por uma grande empresa de comunicação a debater, informar e produzir conhecimento sobre Sustentabilidade de maneira sistemática para os mais diversos públicos. Com o apoio das empresas parceiras CPFL Energia, Bunge, SABESP, Petrobras, Grupo Camargo Corrêa e CAIXA, este movimento lançado pela **Editora Abril** combina um detalhado planejamento anual à realização de novas ações para atender esta missão: disseminar informação e referências sobre sustentabilidade.

<http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/>

Rede DLIS - Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6731.html>

Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE (Desenvolvimento Territorial)

<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/o-que-e/o-que-e-desenvolvimento-territorial>

Territórios em Rede

<http://territorioemrede.wordpress.com/artigos/>



ANEXO
DEFINIÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO

Combinação das mudanças mentais e sociais que tornam as pessoas aptas a fazer aumentar de modo cumulativo e durável as suas condições e o bem-estar pessoal e social (Perroux, 1981).

“Processo dinâmico de melhoria, que implica uma mudança, uma evolução, crescimento e avanço.”

“É uma noção qualitativa que se exprime no nível de bem-estar de uma população e na consequente sociedade, usando como referenciais os indicadores sociais, culturais políticos e económicos.”

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento>

“Capacidade de satisfação das necessidades da população. É o resultado da aplicação do crescimento económico na criação de melhores condições de vida para a população (Ex. Construção de escolas, hospitais, habitação, redes de transporte, industrialização, criação de emprego, etc)”

Fonte: <http://pedrotildes.home.sapo.pt/ContrastesdeDesenvolvimento.pdf>

“O Desenvolvimento é algo que todas as sociedades perseguem de forma a proporcionar às suas populações um nível de vida que lhes permita, não só a satisfação das suas necessidades básicas, mas também todo o conjunto de necessidades inerentes ao Homem, cujo resultado será um bem-estar económico e social”.

Fonte:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Eg5GDmZeT0IJ:https://woc.uc.pt/fluc/getFile.do%3Ftipo%3D2%26id%3D4783+crescimento+versus+desenvolvimento+industrializa%C3%A7%C3%A3o+e+desenvolvimento+econ%C3%B4mico&cd=37&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

Processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconómica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>

Processo através do qual se “busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os

avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas multinacionais, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.”

Fonte: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.”

Fonte: OLIVEIRA, Gilson Batista de (2002). “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”, *Revista da FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago.

Fonte: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf

“O termo desenvolvimento significa uma mudança social que ocorre em todas as seis dimensões da cultura: tecnológica, econômica, política, interactiva, ideológica e perspectiva mundial.”

Fonte: <http://www.scn.org/mpfc/key/key-dp.htm>

“Desenvolvimento significa tornar a evolução da sociedade e da economia como um processo continuamente progressivo de bem estar e de nível de vida, com crescentes níveis de equidade social assegurando os equilíbrios com a natureza e a exploração sustentada de recursos em benefício dos cidadãos e dos objectivos do país, reproduzível através de mecanismos sociais que assegurem estabilidade social e política, o aprofundamento da democracia e da participação livre dos cidadãos nos seus destinos e do país. A definição anterior tem subjacente que o desenvolvimento deveria estar assente em níveis de soberania ajustados simultaneamente aos processos de globalização e integração regional econômica e política, às capacidades competitivas das economias e à clareza das governações nacionais na definição das suas estratégias e políticas econômicas e sociais.”

Fonte: <http://www.savana.co.mz/opiniao/colunistas/economicando/2004-endogeneizacao-do-desenvolvimento-o-que-e>